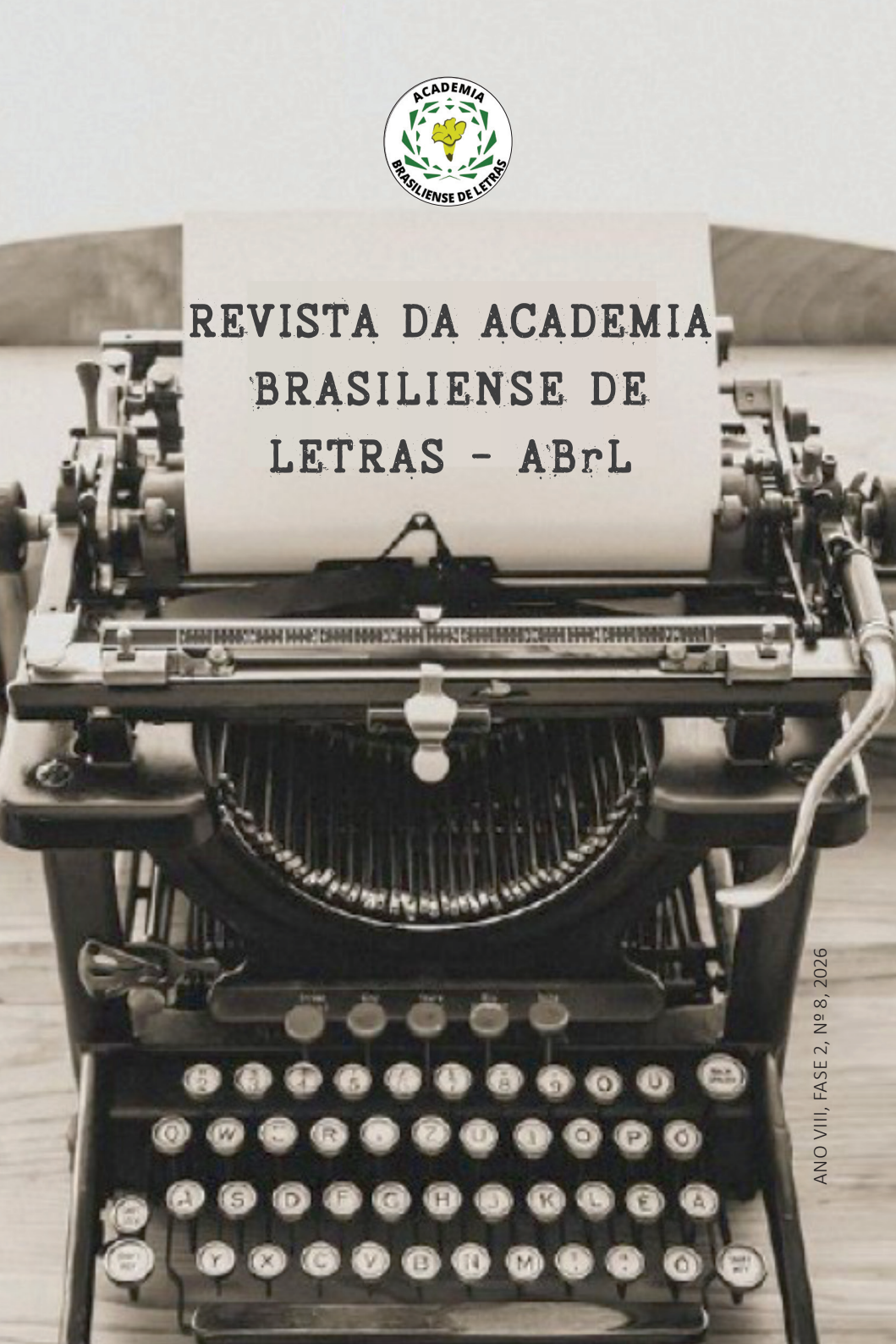

REVISTA DA ACADEMIA BRASILIENSE DE LETRAS - ABrL

ANO VIII, FASE 2, Nº 8, 2026

REVISTA DA ACADEMIA BRASILIENSE DE LETRAS - ABrL

ANO VIII, FASE 2 , Nº 8 – 2026

Presidente
Fabio de Sousa Coutinho

Vice-Presidente
Roberto Rosas

Secretário Geral
Edmílson Caminha

1º Secretário
Ronaldo Costa Fernandes

2° Secretário
Danilo Gomes

Tesoureiro
Afonso Ligório

Comissão de Contas
Anderson Braga Horta e Napoleão Valadares

Todos os direitos reservados de acordo com a lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **5**

POESIA

Poemas de Anderson Braga Horta

Rito 8
Aéreo 9
Celacanto 10
Amor 12
Telex 13
Versículos (fragmento) 14

CONTOS E CRÔNICAS

Notas para a "Autobiografia Literária"
que não escreverei 18
Edmílson Caminha

Bala(da) Perdida 25
Ronaldo Cagiano

ARTIGOS E RESENHAS

Aurélio: O encantador de palavras 30
Raul de Taunay

Cuba, Münster e o cerco 35
Vera Lúcia de Oliveira

"Oração aos moços", de Rui Barbosa:
Um roteiro após 105 anos 39
Ednardo C. Benevides

A Literatura e o ódio da direita 90
Ronaldo Costa Fernandes

ORAÇÕES ACADÊMICAS

Discurso de posse de Fabio de Sousa Coutinho
na Academia Carioca de Letras - ACL 96

Discurso de posse no IHGB –
Lucilia de Almeida Neves Delgado 106

Discurso de Recepção a
José Theodoro Mascarenhas Menck 133

Discurso de posse de
José Theodoro Mascarenhas Menck 139

Discurso de Recepção a
Maria Elizabeth Rocha 161

Discurso de posse de Maria Elizabeth Rocha 171

Quadro Acadêmico e Patronos 181

APRESENTAÇÃO

Às vésperas de completar os primeiros 60 anos de existência, a Academia Brasiliense de Letras-ABrL reafirma, pela presente edição de sua Revista, o compromisso original de fidelidade à nobre causa da cultura de língua portuguesa.

Este número, o oitavo seguido em periodicidade anual e formato digital, após largo período de abstenção editorial, contempla diversos gêneros da literatura e temáticas de incontornável atualidade, buscando assegurar leitura intelectualmente prazerosa e de qualidade a quantos a ele tiverem acesso.

Reúne-se aqui mostra expressiva da produção literária de Brasília no ano que ora se encerra, na expectativa de sempre poder prosseguir, mantendo a ABrL viva e proativa em trajetória de excelência acadêmica.

Ao tempo em que agradeço o interesse geral por nossa publicação, desejo a todos os leitores um ano de 2027 de relevantes conquistas nos planos pessoal e profissional, sem esquecer a força e o prestígio traduzidos por suas presenças nas atividades da Casa de Hermes Lima.

Brasília, DF, 5 de novembro de 2026 (Dia Nacional da Cultura)

Fabio de Sousa Coutinho
Presidente da ABrL


POESIA

Poemas de
Anderson Braga Horta
Titular da Cadeira XXXIV da ABrL

RITO

cantam sereias no mar
sirenas
cantam no mar

um corpo de baile
indene ao encanto
baila e baila
ao canto
colhe amor um rito

§

§

dança de hipocampos
no mar infinito

Poemas de
Anderson Braga Horta
Titular da Cadeira XXXIV da ABrL

AÉREO

O melhor de mim
está solto no vento.
Mãos, raízes, searas
e outras nuvens que invento.

Ai, o melhor de mim
no vento é que está.
Utopias, pandorgas
que menino avento.

Entretanto maduro
para todos os ares,
os semeio, e mais colho
aurassóis: cata-vento.

E, arando brisas, onde
me lamento, aí canto.
Pois o melhor de mim
frutifica no vento.

Poemas de
Anderson Braga Horta
Titular da Cadeira XXXIV da ABrL

CELACANTO

Nadando em costas d'África
Fruía o Celacanto
Emissário do outrora
O seu quinhão de pranto
No sal que imita a lágrima
Das águas no acalanto.

Talvez último príncipe
De extinta dinastia
Em seus rudes sentidos
A solidão doía
Gritava o alto silêncio
Da profundeza fria.

Poemas de
Anderson Braga Horta
Titular da Cadeira XXXIV da ABrL

Do seu mundo apartado
Por muitos milhões de anos
Só — atual e pré-histórico
Assombrando os oceanos
Que mistérios guardava
Nos seus pobres arcanos?

Na viuvez atônita
Tu Celacanto corres
De ti e contra ti
Que de lembrar te morres
E que em tua orfandade
De ninguém te socorres.

Tosco irmão Celacanto
Em solitário nado
Brasão de sonho em fuga
Em campo blau plantado
É verde o teu enigma!
E eu te decifro e calo.

Poemas de
Anderson Braga Horta
Titular da Cadeira XXXIV da ABrL

AMOR

Amor é, não possuí-lo: amor, vivê-lo.
Possuí-lo é desvendá-lo. E amor —verdade,
beleza, poesia—, sarça ardente,
é refratário a toda matemática.

Amor é sol que não se vê mas queima.
Ave, não canta, mas lhe o canto ouvimos,
— mas de um outro entender, que só de ouvidos
da alma é ouvir cantigas represadas.

Sol e ave. Mas, ave, é um sol que brilha.
Queimar-se dele. Por suprema graça,
ver-lhe do espectro as invisíveis cores.

Jamais situá-lo, em tosca astronomia.
Pesquisá-lo é destruí-lo.
Amor, portanto:
queimar-se, e só, sem mais filosofia.

Poemas de
Anderson Braga Horta
Titular da Cadeira XXXIV da ABrL

TELEX

Para Rumen Stoyanov

A POESIA É A FONTE EM QUE ATIVAMOS A SEDE.
A POESIA É O ALIMENTO QUE IMPEDE A SACIEDADE.
A POESIA É O ESPINHO QUE NOS PROTEGE DA FLOR.
MAS A POESIA É FLOR, OU PROMESSA DE FLOR.
A POESIA É A ROSA QUE INVENTAMOS PRÉVIA.
A POESIA É O NADA NOS-CRIADOR QUE MODULAMOS.
A POESIA NÃO É A REDE, NEM O MAR,
MAS O LANÇAR DA REDE AO MAR.
A POESIA É O PLÁGIO DO NÃO VISTO.

ATENÇÃO:
A POESIA É UMA EXPLOSÃO CONTROLADA.

Poemas de
Anderson Braga Horta
Titular da Cadeira XXXIV da ABrL

VERSÍCULOS (FRAGMENTO)

Os elementais, as almas e os anjos exerciam plenamente o seu ofício de ser. § O Sol e a Lua cumpriam suas funções com regularidade. § A Natureza tecia naturalmente o seu interminável dever. § Deus permanecia imóvel no centro de sua eternidade.

E de repente vieram os cavalos.

Manhãs e noites alternavam, bichos na terra e no mar reiteravam, feitos sísifos, o seu ciclópico trabalho de viver, pássaros voavam e cantavam. § O relógio de existir debulhava os segundos com meticuloso furor.

E de repente vieram os cavalos.

Homens e mulheres amavam-se e se matavam, homens matavam homens, homens matavam mulheres, mulheres desamavam, tudo conforme traçado parecia desde o remoto início.

E de repente vieram os cavalos.

Seres abnegados tiravam da terra e das águas o sustento de todos, açougueiros, padeiros e leiteiros multiplicavam os pães e os peixes, professores tentavam ensinar a vida, políticos e militares professavam a morte. § A máquina do mundo recitava o seu destino de rotinas, tudo corria tranquilo, ou nem tanto, em seus eixos e engonços.

E de repente vieram os cavalos.

Escravos levavam a vida (os donos iam de liteira), advogados tratavam de codificá-la, médicos a remendavam, filósofos e religiosos esforçavam-se por entendê-la e justificá-la.

§ Artistas a reinventavam, o poeta a embalava em seus sonhos alucinantes.

E de repente


CONTOS E
CRÔNICAS

NOTAS PARA A "AUTOBIOGRAFIA LITERÁRIA" QUE NÃO ESCREVEREI

Edmílson Caminha
Titular da Cadeira XXIV da ABrL

Repórter, aos 14 anos de idade, do jornal *O Povo*, em Fortaleza, há mais de seis décadas escrevo artigos e crônicas, "ou coisa parecida", como gosta de dizer Luis Fernando Verissimo da obra de que é autor... Nunca me preocupei com os gêneros literários, rótulos, para melhor compreensão da matéria, que se põem nos textos como nos vidros de geleia. Deve o escritor sentir-se com a liberdade de esquecê-los, misturá-los, transpô-los como lhe convier. Assim, creio situar-me entre a reportagem e a crônica, o artigo e o ensaio, na partilha com o leitor do que possa interessar-lhe: experiências, opiniões, leituras, memórias, viagens... Porque literatura é isto, essencialmente: partilha, comunhão, troca. Nunca me senti, como professor, dono do saber, proprietário do conhecimento, mas apenas intermediário, meio pelo qual se transmitirá a informação de quem a possui para os que a ela têm direito.

Penso escrever, sobretudo, como jornalista, com olhos nos três grandes valores do texto que aclamam o bom profissional: correção, objetividade e clareza. Lembro Verissimo, de novo: se alguma leitura se fizer diferentemente da que esperamos, é atirar a folha no lixo, com a certeza de que se pode

melhorar. Há quem reconheça, também, a marca do professor nos meus escritos: foram, afinal, 17 anos em sala de aula, no esforço cotidiano para transmitir as ideias da maneira mais clara, mais direta, mais precisa.

Evitar, sempre, a opção tentadora de dizer o já dito, escrever o já escrito, para que não se perca, por inútil, o tempo do leitor. Seguir a lição de Ruy Castro e de Sérgio Augusto: jamais os leio sem que aprenda algo, sem que me enriqueça com o que desconhecia, com informações e comentários que vão além do já sabido.

Esse, o sentimento com que escrevo. Tome-se, por exemplo, a minha (meio literária, meio jornalística), "Greta Garbo, quem diria, não morreu em Araxá". Vem de "Garbo: novidades", crônica publicada por Drummond em 1955, no jornal carioca *Correio da Manhã* e depois incluída na coletânea *Fala, amendoeira* (1957). Consta que, em 1929, a estrela do cinema, à força de uma solitária "greve" por aumento de salário, enfurnara-se durante cinco meses em um hotel da Califórnia, até que os produtores lhe pagassem o exigido. Vinte e seis anos depois, o cronista brasileiro vale-se da sua coluna para fazer uma revelação bombástica: a atriz não se confinara em um apartamento, mas viajara anônima pela América do Sul e dera com sua enigmática figura em... Belo Horizonte! Na companhia do poeta Abgar Renault, que porá seus conhecimentos de inglês a serviço da exótica visitante, o narrador ajuda-o nos preparativos e vão os dois esperá-la na estação de trem.

Passeiam pela Serra do Curral, vão a restaurantes e nem para amigos próximos, como Gustavo Capanema e Mílton

Campos, abrem o jogo: dizem tratar-se de uma naturalista em férias, *miss* Gustafsson (sobrenome de Greta, na certidão de nascimento). Ao ganhar de presente um papagaio que os cicerones furtam do parque municipal, confessa-lhes a estrangeira que gostaria de ficar para sempre em Minas, a tirar leite de vacas num sítio em Cocais...

A repercussão da crônica deve ter surpreendido Drummond, com testemunhos de quem dizia lembrar-se, 26 anos depois, daquela dupla a andar, para cima e para baixo, com uma visitante que permanecera incógnita... "É facílimo enganar uma cidade", reconhece o autor, tão crível se fizera a brinCadeira – e a lembrar-se, talvez, da própria Garbo, no papel da Rainha Cristina: "Qualquer mentira encontrará adeptos, se dita com a força necessária". Na semana seguinte, Drummond assume no jornal a peça que pregara nos leitores e evoca o Macunaíma de Mário de Andrade para reconhecer, como a pedir desculpas: "Eu menti." Admirável cronista, conclui que, com o passar do tempo, mais verdadeiras parecem as coisas a quem delas sabe apenas por ouvir falar.

Drummond era fantasioso, mas não ao ponto de imaginar que a mítica sueca poderia ter dois sobrinhos que vieram ao mundo... em Itabira, como ele! Sobre o assunto escreveu Marcos Caldeira, editor do jornal *O Trem Itabirano*, ao descobrir reportagem da revista *O Cruzeiro*, em edição de 1952, intitulada "Reside em Goiás um irmão de Greta Garbo", com texto de Álvares da Silva e fotos de Eugênio Silva. O suposto mano da atriz era Tor Olof Sjobom, de 69 anos, engenheiro de minas que trabalhara em Itabira na década de 1930.

Aqui entro eu, como jornalista: a história é muito boa, e poderia render mais. Pelo *notebook*, consulto, de casa em Brasília, a excelente Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (até há pouco, teria de viajar ao Rio de Janeiro, para acesso à coleção da revista...). E vou em frente: leio que os repórteres foram encontrar o "Sueco" na cidade goiana de Corumbaíba, com apenas 2000 habitantes – podia não ser irmão de Garbo, mas sua vida era coisa de cinema. Viajara por meio mundo, e declara aos jornalistas, quando se referem à estrela de quem se dizia irmão: "Fugi para cá, me meti neste sertão, justamente porque não gosto de aparecer. Não quero retrato, não quero nada. Se vai bater fotografia, eu ponho a mão no rosto. Faço como ela". Na cidade, construiu rodovias, prédios e escolas, além da oficina mecânica, do posto de gasolina e do cinema de que era dono.

Nos Estados Unidos, gerara seis filhos. Em Itabira, casara-se em segundas núpcias e tivera mais seis descendentes, os dois primeiros, conterrâneos de Drummond. Sobre a pretensa irmã, Tor é esquivo: "Sou meio-irmão dela. Meu pai era outro, mas a mãe é a mesma". A reportagem de *O Cruzeiro* pede-lhe documentos, cartas: "Tive correspondência com ela há muitos anos. Depois, tudo se perdeu". Conversou por 15 minutos e saiu. Morreu em 1972, aos 89 anos, em Goiânia.

Como vemos, o parentesco tem tudo para não ser verdade. Conforme as biografias, são apenas dois os irmãos de Greta Garbo, Sven e Alva. O sueco Tor Olof Sjobom devia ter algum talento literário. A história da mana que certamente

nunca viu é muito boa. Nem o criativo Drummond conseguiu inventá-la. Conto isso tudo, e, inspirado pelo cronista, resolvo, também, brincar com os leitores. Invento:

> Ao abrir caixas de documentos deixados por uma certa senhora falecida em 2003, que conviveu com o escritor itabirano, bibliotecária de quem sou amigo encontrou verdadeira joia: uma carta endereçada ao cronista por ninguém menos do que... Greta Garbo, a própria! Duas folhas de papel fino, cor-de-rosa, já manchadas pelo tempo, datilografadas sem rasuras, em que o destinatário como de costume anotou com sua letra pequena, acima do cabeçalho: *Greta Garbo*, *s/r* (sem resposta?). Deixou-me a "garimpeira" da pepita não apenas lê-la, mas tirar-lhe cópia para publicação, sob o juramento de mantê-la em rigoroso anonimato. Assim o farei ao menos pelos próximos 25 anos, a exemplo do segredo guardado por Drummond... Eis a carta, que aqui se divulga pela primeira vez:
>
> New York, 27 de setembro de 1982
>
> Senhor Carlos Drummond de Andrade,
>
> Permita que me apresente como de hábito, quando conheço alguém: meu nome é Greta, nasci na Suécia e sou uma pessoa comum. Escrevo em inglês e fui traduzida para o português pela brasileira Lygia, amiga do coração, com quem partilho segredos e aprendo essa língua cheia de vogais, que lhe dão sonoridade e doçura. Sei que o senhor é um grande poeta, escritor importante, autor do primeiro verso que Lygia me ensinou a dizer: "Amor é privilégio de maduros", só desfrutado por homens e mulheres com a idade a que chegamos...

São duas as razões desta carta: cumprimentá-lo pelos 80 anos, que fará no próximo dia 31 de outubro, e dizer que somente agora soube de uma crônica, escrita pelo senhor há quase 30 anos, sobre a imaginária visita de uma atriz com o sobrenome Garbo, então em evidência, à cidade brasileira de Belo Horizonte, em 1929... Logo eu, com tantos contratos por cumprir naquela época que não pude realizar o sonho de conhecer o seu belo país! (...)

Se não pude ir ao Brasil em 1929, digo-lhe: irei, neste ano ainda, conhecer a terra a que devo a existência de Lygia. Conto (agora de verdade!) com sua discrição para não revelar a ninguém essa viagem. Chegaremos ao Rio de Janeiro, onde espero ter a honra de conhecê-lo, e já lhe faço uma proposta: irmos não a Sabará, mas a Araxá (quanto sabor nas vogais desses nomes!).

Explico-me. Soube por um jornalista brasileiro que, nos anos 1930, anunciou-se na cidade a exibição do filme *A Dama das Camélias*. Apaixonada por Mimilo, jovem que operava o projetor, a bela Mafalda confessou-lhe que nada a faria mais feliz do que eu não morrer no fim da história... Não fosse por isso! O rapaz pegou da tesoura, cortou as últimas cenas e as substituiu por outras, em que apareço aos beijos e abraços com Robert Taylor. Inconformado com a mudança, o promotor da cidade reclama de Mimilo: "Na semana passada, assisti a esse mesmo filme em Uberaba, e a atriz morre tuberculosa no final. Aqui não?!". E o pretendente de Mafalda: "Ora, doutor, todo mundo sabe que o clima de Araxá é melhor que o de Uberaba... Bastou Greta Garbo chegar aqui pra ficar boa!". Emocionei-me com a homenagem, das maiores e mais belas que recebi em toda a minha vida.

> Convido-o, pois, a visitarmos Araxá. Estou com uns probleminhas no joelho, e talvez, de acordo com meu médico, tenha de submeter-me a uma cirurgia. Vou deixar para ver isso depois da viagem. Quem sabe não voltarei de Araxá vendendo saúde?
>
> Um abraço com a amizade da sua leitora e admiradora,
> Greta

Lygia, a bibliotecária, alude à senhora que manteve com Drummond relação afetiva por mais de 30 anos. O verso "amor é privilégio de maduros" sugere fosse amante da atriz, bissexual sob segredo. A história de Araxá é do ex-deputado mineiro Paulo Delgado, que a ouviu do jornalista conterrâneo Toninho Drummond. Assim como leitores se deixaram iludir com o passeio de Garbo por Belo Horizonte, há quem acreditou na minha lorota, amigos elogiaram-me a descoberta da carta: "Verdadeiro documento histórico! E como Greta Garbo escrevia bem!".

Fizéssemos uma cronologia, parte-se da crônica de Drummond, descobre-se a reportagem da revista *O Cruzeiro*, passa-se pelo cinema de Araxá e imagina-se a carta que forjei, com a liberdade plena de jogar artigo, reportagem e crônica em um liquidificador literário, mistura que se pode temperar, até, com pitadas de ficção.

Se o filme que Orson Welles rodou no Brasil se chama *É tudo verdade*, não devemos, jamais, abrir mão do direito de assumir o oposto. Para, se quisermos, chegar ao extremo de dizer, como o poeta Manoel de Barros: "Noventa por cento do que escrevo é invenção, só dez por cento é mentira...".

BALA(DA) PERDIDA

Ronaldo Cagiano

A morte o esperava como um ventre.
Carlos Nejar

Desceu apressado o último lance da ladeira que liga a favela ao asfalto, tênue a fronteira entre dois mundos.

Embaixo, a agitação feérica em tudo difere da camaradagem do morro, onde a comunidade se (re)conhece nas solidárias demandas de cada dia.

O dorso à mostra decalcado de tatuagens: uma caveira nas costas, a estrela de David no peito, versículo dos Provérbios na panturrilha esquerda, Sandra esculpida no ventre e o rosto de Che no calcanhar direito. Apenas um *short*, suado da caminhada sob o calor implacável, a epiderme expondo-se como um *outdoor* de mensagens, textos e traços que se misturam num convívio simbiótico de expressões religiosas e políticas. O marxismo e a bíblia lado a lado, o insondável por testemunha.

O guri continua seu passo, numa das mãos uma sacola vazia, o cabelo de um louro artificial recebendo os raios de um sol escaldante, o trânsito ali impedindo-o de vencer o espaço que o separa da outra ponta, onde a avenida é um *boulevard* de ofertas, um *pout-pourri* de gente a caminho do trabalho ou de casa, outros em busca de alguma coisa, vai-e-vem de pas-

sos antagônicos, no entretempo dos que-fazeres e olhos que se cruzam e não se veem.

Uma senhora de óculos com lentes fundo-de-garrafa, entre balbucios inaudíveis, divide com ele a atenção no fluxo divergente de automóveis, mas recua depois de tentar em vão ziguezaguear entre o escorrer da centopeia metálica naquele meio-dia repleto de velocidade e urgências. Vai-não-vai, passos indecisos em meio ao trânsito que se retroalimenta numa fluidez descomunal. Os dois ali, estáticos e inermes, diante da força bruta do movimento que parece nunca ter fim.

Ergue-se na ponta dos pés e reconhece na calçada oposta a figura de Wesley, o parceiro que iria tocar naquela noite no baile funk daquele fim de semana, a quem grita pelo apelido: "Bazuca, ô Bazuca!", expande a voz num ricochete inócuo e ainda mais uma vez insiste no apelo, mas o "parça" segue sem ouvir o chamado, certamente sua audição impugnada pelo burburinho e estridência dos sons na hora do *rush*. E sua figura se esfuma no emaranhado de vozes, sons e imagens da metrópole apressurada. Anônimo e resoluto, como areia na ampulheta, continua na apreensiva tentativa de seguir em direção ao seu destino.

Nem bem o semáforo alternou-se para o verde, a mulher já a meio da via só escutou o barulho surdo do projétil que o derrotaria naquela sexta-feira sem outra novidade qualquer, senão o calvário de que são feitas certas vidas.

Para não tumultuar o trânsito, uns poucos que flagraram o acontecimento antes de a Polícia chegar, retiraram o

corpo (silenciado, pálido, já desligado da feroz mecânca daquele dia), a sacola de plástico já havia se extraviado com o aparato de ventos naquele corredor de veículos e motos, um chinelo ainda guarnecia um dos pés. Entre a indiferença e o temor, curiosos olhavam de soslaio; um bêbado chegou com uma vela e colocou-a rente à cabeça do cadáver, que não trazia celular nem documentos, somente no bolso uma bagana pela metade que já se encharcava com o fio vermelho a escorrer vultoso do lado esquerdo inundando-lhe a epiderme como uma severa e sinistra pichação.


ARTIGOS E
RESENHAS

AURÉLIO: O ENCANTADOR DE PALAVRAS

Raul de Taunay
Titular da Cadeira XXVIII da ABrL

No fim dos anos 1970, quando comecei a escrever para valer, parecia-me sempre necessário explicar ao leitor brasileiro que, embora tivesse vivido os primeiros vinte e cinco anos, majoritariamente, no exterior, carregava comigo um círculo imaterial de brasilidade na forma de escrever.

Havia sempre essa explicação a oferecer ao leitor nas introduções ou preâmbulos de meus primeiros livros, fossem versos ou romances. Sem me dar conta, acabava confessando minha necessidade de provar que, vindo de longe, o Brasil também me pertencia. Assim, esforcei-me para mostrar ao público que, como escritor brasileiro, também fazia parte do tropicalismo, da bossa nova, das forças integradoras que se haviam reunido para construir Brasília; provar que também conhecia as tendências modernas da literatura do país; demonstrar que também havia acompanhado os dilemas universitários dos anos de chumbo. Enfim, procurei reconhecer-me naquela plêiade de manifestações de uma nação imensa que se exibia diante de mim pela primeira vez, deixando-me, paradoxalmente, a sensação de que eu já a conhecia suficientemente.

Pobre de mim, mal sabia o caminho do Maracanã...

Recém-chegado, então, debrucei-me sobre uma realidade que era nova e, ao mesmo tempo, estranhamente familiar. Senti-me impelido a escrever e expressar opiniões sobre tudo: política, costumes, literatura, linguagem, vida cotidiana. Levava comigo uma Europa já ressecada em algumas de suas fontes de inspiração poética, mas trazia nas veias o elixir desse Brasil que me subjugava com seus paradigmas, sua miscigenação, seus remorsos, suas inquietudes políticas, suas extravagâncias culturais e, sobretudo, sua extraordinária criatividade linguística e literária.

Ainda me lembro quando, bem jovem, fui levado por uma amiga a conhecer Aurélio Buarque de Holanda, que dava os últimos retoques em seu grande dicionário Aurélio da língua portuguesa. De início, impressionou-me sua candura, sua delicadeza, a forma gentil e serena com que me recebeu, com seus cabelos brancos bem aparados, sua camisa clara de mangas longas, seu aspecto asseado. Ele olhou meus cabelos compridos, meu jeito de hippie, mas em nenhum momento fez-me sentir mal. Pelo contrário, com enorme educação e interesse, como se estivesse recebendo o próprio Papa, fez-me sentar ao seu lado e começou a puxar assunto. A cada palavra que dizia senti seu brilhantismo, sua cultura, sua riqueza vocabular. Em poucos minutos fez-me experimentar seu profundo amor às palavras, como se devêssemos ter respeito a cada um de seus significados e admiração à beleza de suas ressonâncias. Me disse que a língua portuguesa tem caprichos, podendo uma

palavra ter energia leve e outra, da mesma família, ser como homônima, de energia pesada. Num determinado momento, para minha surpresa, perguntou se eu queria cooperar com ele.

- "Mas eu não sei nada", respondi.
Ele reagiu de imediato:
- "Sabe sim, o linguajar dos jovens".

E antes que pudesse dizer algo, ele perguntou quais as gírias que minha geração estava usando. Fiz um esforço danado para recordar e traduzir o significado dos modos marginais de falar que eu mal conhecia direito, como "curtir", "maneiro", "tá ligado", "bolado", "irado", "parada", "na boa", "tirar onda", "mina", "gata", "grilo", "ir nessa", "chegar junto" e tantas outras - muitas das quais com o tempo, acabaram se inserindo no linguajar cotidiano - atravessando as fronteiras das gerações para ajudar o país a abandonar, pouco a pouco, sua condição de sociedade "careta", assumindo um idioma mais solto, descolado, irreverente e descontraído.

E descontraído senti-me ao partir daquele encontro memorável, em que me pareceu haver contribuído, à minha maneira, em algo grandioso como a obra do eminente Aurélio, um verdadeiro encantador de palavras. Tanto estava fascinado com aquele encontro que me vi escutando trombetas e clarins pela calçada, como se eu também pudesse encantar ou encantar-me com o som e o significado das palavras. Pensei em alguma que sintetizasse o que sentia o meu coração e de imediato me deparei com a palavra "alvorada", como se ela ti-

vesse me esperado para, só então, marcar o início de um novo principio descortinando-se ante mim.

E passou a ocorrer-me, a partir dali, uma espécie de reconhecimento mútuo: eu começava a ver-me parte integrante da modernismo daqueles tempos e, ao mesmo tempo, pressentia que o Brasil começava a reconhecer em mim um de seus autores legítimos, da "gema".

Num inesperado retorno das caravelas, baixou-me a consciência de estar mais próximo de um novo país: o Brasil dos intelectuais, e fui descobrindo que não eram poucos os autores que definiam a literatura brasileira como manifestação de uma miscigenação esplendorosa que tanto me enfeitiçava. Entre eles, Silvio Romero, Darcy Ribeiro, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Vinicius de Moraes e tantos outros, ajudaram-me a perceber a expressão polifônica de um país no qual não deveria prevalecer este ou aquele eixo regional, mas o conjunto de suas múltiplas unidades culturais, de suas vozes, de suas tradições e de seus modos de existir.

Era como se todas essas vertentes, misturando-se sem cessar, preparassem o terreno para aquilo que percebia como um novo estilo brasileiro: uma maneira própria de ser, de escrever, de falar e olhar o mundo — feita menos de uma identidade única do que da convivência, às vezes harmoniosa, às vezes turbulenta, de muitas identidades.

Talvez tenha sido esse o meu verdadeiro batismo de Brasil, a benção dos antigos e novos escritores, em cujas obras conheci novas formas de expressão, num mar de palavras de

múltiplas identidades.

No fundo, eu chegava de fora, mas descobria que meu país, que sempre estivera em mim, havia chegado junto.

Bora nessa!

CUBA, MÜNSTER E O CERCO

Vera Lúcia de Oliveira
Titular da Cadeira XXXVII da ABrL

Havana está sitiada. Não somente a cidade de Havana, mas a ilha de Cuba, país soberano. Está cercada pela água da ameaça do poderoso vizinho que deseja ocupar, apropriar-se de seu pequeno território. Um peixinho ameaçado por um tubarão, os Estados Unidos da América. Quer fazê-la seu quintal, como na era do corrupto Fulgêncio Batista.

Nesse momento tão difícil para o povo cubano, não há como não lembrarmos da cidade alemã de Münster, igualmente sitiada em 1534, por motivo religioso. Quem nos conta essa história de ferocidades é José Saramago em seu livro *In Nomine Dei*, (SP: Companhia das Letras, 1993). Trata-se de peça de teatro que nos comove e entristece pela desumanidade, crueldade com que foi tratada a população da pequena cidade de três mil habitantes, por ter sido tomada pelo protestantismo, religião de Lutero, que promoveu a Reforma Protestante em 1517. (Münster foi ocupada pela seita anabatista, governada por tiranos). A resposta do bispo católico Waldeck foi impiedosa e radical: não entraria mais alimentos se a gente rebelde não abandonasse a nova crença. Não adiantou. Houve recrudescimento. Todos morreram de fome em meio à chacina que pôs fim ao combate. Uma cidade dizimada pela intolerância, ódio e poder.

Essa história dolorosa está quase a se repetir na pequena e valorosa Cuba, que há seis décadas resiste bravamente ao poder do "império" americano que, à maneira dos príncipes que se aliaram contra a Münster ocupada, decide pelo cerco à ilha, aplicando a tática do isolamento e rendição do país pela fome, com o bloqueio de alimentos, medicamentos e combustíveis. (Como o muro construído ao redor de Münster). Assim, a população de Cuba, asfixiada, assiste, inerte, à violação dos direitos internacionais pelos bem nutridos e maus vizinhos.

A peça de Saramago é contra o fanatismo religioso. Diz ele, à guisa de Prefácio:

> Não é culpa minha nem do meu discreto ateísmo se em Münster, no século XVI, como em tantos outros tempos e lugares, católicos e protestantes andaram a trucidar-se uma aos outros em nome do mesmo Deus – In Nomine Dei – para virem a alcançar o mesmo Paraíso. (p. 9).

Essa é apenas mais uma história da intolerância humana. E, ao lado da intolerância religiosa, temos a intolerância política que, no caso de Cuba, assim como na peça de Saramago, a utopia igualitária serve de pretexto para a dominação com todos os seus desdobramentos. A atualidade da peça nos faz refletir sobre o terrível espetáculo da violência humana, que não cessa, e mostra o desamparo dos pequenos perante os grandes e poderosos. E mais: na peça podemos constatar, como disse Shakespeare, que o Diabo muitas vezes vem com a Bíblia na mão.

A Reforma Protestante de Lutero introduzida sobretudo no norte da Alemanha teve muitos seguidores, provocando

a reação católica imediata e brutal. A guerra religiosa pelo domínio não foi diferente de outras guerras. Todas as armas foram utilizadas, como diz o personagem Síndico na peça de Saramago:

> Aqui tendes o resultado das vossas imprudências.
>
> Aqui tendes como responde o bispo Waldeck à introdução da Reforma nas igrejas paroquiais, que pela força haveis ocupado.
>
> Todas as mercadorias destinadas a Münster, onde quer que se encontrem e donde quer que provenham, serão confiscadas.
>
> Estão cortadas as estradas que dão acesso à cidade.
>
> Não será levantado o bloqueio enquanto não for restituído à Igreja Católica o pleno magistério das paróquias.
>
> Estas são as ordens do bispo Waldeck. (p. 24).

Como podemos ver, não é mera semelhança com a situação atual de Cuba. É a repetição da velha estratégia de domínio territorial, de ambição de poder ilimitado, de desumanidade, já denunciada pelo indignado Velho do Restelo, de Camões, em *Os Lusíadas*: "Ó glória de mandar!". Assim como Münster foi disputada, puxada num cabo de guerra por duas religiões, Cuba se mantém no fio da navalha entre duas ideologias, dois sistemas político-econômicos: socialismo e capitalismo.

Diferentemente da mulher personagem da peça de Saramago que não quer batizar o bebê para que no futuro, adulto, ele possa escolher sua religião, o povo de Cuba, adulto e culto, não pode escolher a sua "religião", o seu destino político. E a população, como a de Münster em 1535, assolada pela fome,

aguarda, no entanto, dias melhores. Só resta pedir auxílio aos irmãos, onde quer que estejam. *In Nomine Dei.*

"ORAÇÃO AOS MOÇOS", DE RUI BARBOSA: UM ROTEIRO APÓS 105 ANOS

Ednardo C. Benevides[1]

1. BREVES COMENTÁRIOS DO ORGANIZADOR SOBRE A "ORAÇÃO AOS MOÇOS"

Importa recordar que ao tempo em que o discurso foi escrito, Rui Barbosa não gozava de plena saúde. O breve trecho escrito por um dos responsáveis pelo convite feito ao autor, do qual se aproximara face a incumbência surgida em um contexto pessoal desfavorável, comprova que não se tratou de uma simples confecção. Pode-se, com a declaração de José Soares de Melo, um dos formandos da turma de 1920, ter uma dimensão com detalhes daquela conjuntura. Lê-se:

> "(...) Ficou esculpido na minha alma o que pausado e sussurrantemente disse a respeito do discurso que compusera para a turma de 1920. Escreveu-o doente. Entre acessos febris. Deitado. Avançando lentamente na composição. Com os joelhos alçados, havendo neles colocado pequena plancha, onde trabalhava."[2]

1 Membro do IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros.

2 SOARES DE MELO, José. História da oração aos moços. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1974. pp. 89-90.

O episódio narra uma característica de Rui Barbosa: Lutador infatigável. Ainda que combalido pelo delicado estado de saúde, com mais de setenta anos, e tendo mesmo declinado da tarefa por algumas vezes (o que explica o porquê da solenidade da formatura da turma de 1920 ter ocorrido apenas em março de 1921), comprometeu-se ele com a missão.

O discurso ultrapassa eras, gerações. 105 anos após a sua escrita, ainda desperta interesse e ainda merece atenção. A redação de Rui Barbosa, em que pese manuscrita no papel, em verdade, se gravou em pedra. Dado o contexto em que fora escrita e a perene importância que conserva, em verdade o texto foi entalhado mais aprofundadamente, em material mais duro, o qual ainda conserva-se e conservar-se-á, pois sempre haverá uma nova turma de formando ávida pelos ensinamentos do autor.

O discurso do autor, pormenorizadamente lido pelo organizador, por reiteradas vezes, no intento de compor o roteiro que segue, em cinquenta e dois pontos, impressiona por não se restringir ao seu tempo de escrita, como se verá. Passados 105 anos, o conteúdo é um texto de vanguarda, para a vanguarda.

Em inúmeras passagens, Rui Barbosa aconselha para o porvir, um aconselhamento íntimo não apenas para a turma de formandos de 1920, mas para as vanguardas, para as sucessivas turmas que a partir daquele seu texto e desde então se influenciaram, influenciam-se e influenciar-se-ão com a típica sensibilidade, argúcia e sobretudo amor ao Brasil, sem-

pre presentes na tinta de autor, que tanto nos engrandece enquanto civilização.

O texto se inicia com um simbolismo: O encontro entre a geração de 1870, a qual Rui Barbosa pertencia, com a geração de recém-formados, de 1920. O ocaso da vida nos permite um autor amadurecido pelas muitas batalhas travadas, que reflete sobre seus atos, que vasculha contextos do passado, que de toda forma, o trouxeram até aquele ponto.

É bem possível que em alguns trechos o autor tenha se emocionado ao escrevê-los. Escreve sobre o coração, em um matiz predominantemente humano, o que para alguns pode ser uma surpresa. Também por isso o discurso é enriquecedor, pois de certa forma remove Rui Barbosa do pedestal no qual o colocaram. Lê-se um autor que se dirige com intimidade, chegando em uma passagem até mesmo a se referir aos alunos como "amiguinhos".

A distância física entre o autor e os alunos formandos, por isso, não é capaz de dissociá-los. A capacidade do autor é tanta que ainda ausente, se faz presente. Nesse cenário, vem à mente do organizador uma passagem de La Rochefoucaud: "A ausência diminui as paixões medíocres e aumenta as grandes, como o vento apaga as velas e atiça as fogueiras." É disso que se trata. A grandeza se mede pelo impacto que a ausência causa.

O amor ao Brasil é uma tônica nas linhas do autor. Por esses tempos que correm, temos uma conjuntura política (interna e externa) a qual nos fornece razões para insuflá-la. O Brasil muito pode ser, tal qual como àquele tempo de Rui

quanto ao nosso tempo. O organizador é da linha de que não se trata apenas de patriotismo.

Patriotismo pressupõe formalidade, elementos políticos em decorrência de elementos administrativos. Não se trata disso. A defesa de Rui Barbosa é por algo essencialmente orgânico.

Trata-se de uma dimensão real, política, que nos une não apenas enquanto povo em uma dimensão territorial, mas algo mais profundo, mais pessoal. É a consciência de que o desenvolvimento de um povo tem que passar por uma consciência social, que nos interliga. Não é o indivíduo pelo indivíduo, uma tônica desagregadora. É o contrário. É o indivíduo que se reconhece como força motriz de um amplo e complexo processo, processo esse que se compõe de diretrizes como autonomia, civilidade, sociedade. O progresso não se faz em restritos ciclos, por restritos ciclos. A emancipação por uma educação básica pública, sobre a qual por vezes Rui Barbosa escreveu, demonstra a relevância dada ao assunto por ele.

A emancipação política do Brasil, analiticamente compreendida, ao mesmo tempo em que é meta, é base desse pensamento. Talvez por isso, também por isso, Rui Barbosa tenha desagradado às elites, contra as quais por vezes se insurgira. Noutra ponta, muito infelizmente, acabou ele sendo vítima de preconceitos das alas mais progressistas de seu tempo, as quais viam nele apenas mais um defensor de um liberalismo burguês, o que não é verdade. Pouca leitura do autor cria esses equívocos, reconhece-se esse fato.

O autor imprescinde uma leitura atida, pelo conteúdo (também), mas especialmente pelos matizes ideológicos políticos que defendeu ao longo de sua vida. Em breve reflexão, veja-se, não se pode dizer que o Rui Barbosa ao tempo do Manifesto Republicano de 1870 era o mesmo Rui Barbosa presente no discurso "A questão social e política no Brasil", de 1919, insurgindo-se também pela regulamentação dos direitos dos trabalhadores.

É preciso, nessa linha, afastar preconceitos. Que não tenhamos nós, hoje, os mesmos preconceitos de outrora sobre a pessoa de Rui Barbosa e sobre o seu legado. Um profícuo caminho, defende-se, é a leitura do que ele escreveu, e sobretudo a leitura que ele mesmo faz posteriormente sobre as conjunturas políticas pela qual passou. Um assunto, por exemplo, é o que consta em "Plataforma", apresentado no contexto da eleição presidencial de 1910. Rui Barbosa remete ao assunto "sistemas de governo", definido já na constituinte de 1890.

É uma colossal produção, seja pelo volume, seja pela quantidade de assuntos versados pelo autor, de fato. Agora, que se reflita: Dessa tamanha produção, será que não há nada que se aproveite? Há muito para ser conhecido, em primeiro lugar.

O contemporâneo frenesi da prática forense, infelizmente – e há bastantes anos – tem afastado o universo de Rui Barbosa dos operadores do direito. É algo contraproducente, não se pode questionar, em especial quando se lê que o autor

dedica páginas de seu discurso à magistratura e à advocacia. Dessa forma, no atual contexto que se nos acerca, é preciso voltar às origens, é preciso resgatar as lições deixadas pelos mestres fundadores de nossa cultura. Na cadência do cotidiano, sem muitas dificuldades se pode constatar as consequências de as ter retirado o protagonismo que lhes é ínsito. Ao desmerecê-los, encurtamo-nos, apequenamo-nos.

Finalmente, espera-se que essa singela pesquisa possa servir para aproximar Rui Barbosa das novas gerações e que mais pessoas se interessem pela literatura deixada por ele. O progresso que esse país tanto anseia deve ser, obrigatoriamente, lastreado por personalidades que creem nessa terra, que creem nessa gente. Rui Barbosa é, indubitavelmente, uma personalidade dessa natureza. Tenhamo-lo, pois, como um conselheiro, tal como a nomeação conferida por D. Pedro II, em 1884.

Aconselhemo-nos com o grande pensador, o grande arquiteto também da república brasileira. Pelos seus erros e pelos seus acertos, enfim, como um ser humano, deve ser compreendida a sobretudo veemente personalidade de Rui Barbosa, que merece o nosso respeito. Faça-se justiça ao legado deixado por ele. Após 105 anos, a tinta da "oração aos moços" ainda não secou.

Teresópolis, 19 de abril de 2026.

2. NOTA PRELIMINAR

A ordem dos temas aqui destacados segue a ordem em que os temas são apresentados originalmente pelo autor. As transcrições realizadas foram consideradas imprescindíveis para a compreensão dos assuntos enumerados, no intento de possibilitar ao leitor a criação de uma linha de raciocínio, de desenvolvimento de ideias.

Todavia, ressalta-se a importância incontornável da leitura na integralidade do discurso. O presente roteiro, como bem sugere, não constrói uma nova redação, não teria (e não tem) a pretensão (por decerto frustrada, caso se propusesse) de se colocar no mesmo patamar da importância histórica, insuperável, presente na redação escrita por Rui Barbosa.

3. RUI BARBOSA E A DEDICAÇÃO AO ENSINO DA JUVENTUDE: UMA PREOCUPAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES MANIFESTADA TAMBÉM NO LONGÍNQUO ANO DE 1903 – O DISCURSO NO COLÉGIO ANCHIETA EM NOVA FRIBURGO

A proximidade com as novas gerações e a preocupação em lhes instruir, em verdade, era um elemento presente na vida do jurista. Em 1903, dedica – também após sucessivas relutâncias pelo quadro de saúde – o discurso "Palavras à Juventude", proferido no Colégio Anchieta em Nova Friburgo. Lê-se:

> "Mocidade vaidosa não chegará jamais a virilidade útil. Onde os meninos camparem de doutôres, os doutôres não

passarão de meninos. A mais formosa das idades ninguém porá em dúvida que seja a dos moços: tôdas as graças a enfloram e coroam. Mas de tôdas se despiu, em sendo presunçosa. Nos tempos de preguiça e ociosidade cada indivíduo nasce a regurgitar de qualidades geniais. Mal esfloram os primeiros livros, e já se sentem com fôrça de escrever tratados. Dos seus lentes desdenham, nos seus maiores desfazem, chocarreiam dos mais adiantados em anos. Para saber a política, não lhes foi mister conhecer o mundo, ou tratar os homens. Extasiados nas frases postiças e nas idéias ressonantes, vogam à discrição dos enxurros da borrasca, e colaboram nas erupções da anarquia. Não conhecem a obediência aos superiores e a reverência aos mestres. São os árbitros do gôsto, o tribunal das letras, a última instância da opinião. Seus epigramas crivam de sarcasmos as senhoras nas ruas; suas vaias sobem, nas escolas, até à cátedra dos professôres. É uma superficialidade satisfeita e incurável, uma precocidade embotada e gasta, mais estéril que a velhice. Deus a livre a esta de tais sucessores, e vos preserve de semelhantes modelos.

Sêde, meus caros amiguinhos, tais quais o verdor florescente de vossos anos o exige: afervorados, entusiastas, intrépidos, cheios das aspirações do futuro e inimigos dos abusos do presente. Mas não vos reputeis o sal da terra.

Habituai-vos a obedecer, para aprender e mandar. Costumai-vos a ouvir, para alcançar a entender. Não delireis nos vossos triunfos. Para não arrefecerdes, imaginai que podeis vir a saber tudo; para não presumirdes, refleti que, por muito que souberdes, muito pouco tereis chegado a saber. Sêde, sobretudo, tenazes, quando o objeto almejado se vos furtar na obscuridade avara do ignoto. Profundai a escavação, incansáveis como o mineiro no garimpo. De um momento para

o outro, no filão resistente se descobrirá, talvez, por entre a ganga, o metal precioso."[3]

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DA "ORAÇÃO AOS MOÇOS"

Narra Antônio Contijo de Carvalho[4] que a ideia para o convidar Rui Barbosa para ser o paraninfo dos formandos da turma de 1920 da Faculdade de Direito do Largo São Francisco partiu de José Soares de Melo. Soares de Melo foi um dos formandos daquela solenidade, e decidiu homenagear Rui pelos cinquenta anos da sua formatura, nas Arcadas, que se deu em 28 de outubro de 1870. Havia, pois, um grande simbolismo na comemoração.

Cumpre salientar que, no ano anterior, Rui Barbosa havia tido um ano bastante atribulado, em especial pela campanha à presidência da República que disputou contra Epitácio Pessoa. A saúde do jurista, naturalmente fragilizada, lhe demandava cuidados médicos, com a recomendação de repouso e sobretudo distanciamento do frenesi laboral.

Nesse contexto de delicado estado de saúde de Rui, importa transcrever a seguinte passagem:

"(...)

Rui aquiesceu. Seria padrinho da turma do seu jubileu jurídico e iria a São Paulo pronunciar o discurso paranínfico.

3 BARBOSA, Rui. Escritos e discursos seletos. Rio de Janeiro: Companhia Aguillar Editora. 1966. pp. 635-636.

4 No livro "História da oração aos moços", de José Soares de Melo, publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa em 1974.

Logo depois, porém, retira, enleado, a palavra empenhada, alegando enfermidade.

Os bacharelandos não anuíram. Insistiram.

Rui assente. Mas, passado algum tempo, e pelo motivo anteriormente apresentado, invalida o consentimento dado.

Os estudantes voltam a bater à sua porta. Teimam. E é solenemente, nesse ensejo, que lhe reiteram os convites.

Rui concorda, outra vez. E mais outra vez, desiste.

Os moços, obstinados, não se sujeitam. Porfiam. Fincaram-se em seus propósitos. Não substituiriam o paraninfo. Querem unicamente Rui. E dando prova de não ceder adiaram a colação de grau, que só a realizariam quando Rui pudesse comparecer.

Comoveu-se Rui diante desse gesto. A atitude de raro desprendimento expressa com muita sinceridade, levou-o a compor a *Oração aos moços*. Dada a circunstância de não poder, à última hora, comparecer à festa, realizada, de acordo com ele, a 29 de março de 1921, substituiu-o mestre Reinaldo Porchat, que leu o discurso".[5]

5. ROTEIRO DOS TEMAS TRAZIDOS POR RUI BARBOSA NA "ORAÇÃO AOS MOÇOS"

5.1. O CONTATO ENTRE A GERAÇÃO FORMADA EM 1870 E A GERAÇÃO FORMADA EM 1920

"Em verdade vos digo, jovens amigos meus, que o coincidir desta existência declinante com essas carreiras nascentes agora, o seu coincidir num ponto de interseção

5 SOARES DE MELO, José. História da oração aos moços. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.1974. Introdução.

tão magnìficamente celebrado, era mais do que eu merecia; e, negando-me a divina bondade um momento de tamanha ventura, não me negou senão o a que eu não devia ter tido a consciência de aspirar."[6]

5.2. A AUSÊNCIA FÍSICA DE RUI BARBOSA NÃO O FAZ DISTANCIAR-SE DOS FORMANDOS

"Mas recusando-me o privilégio de um dia tão grande, ainda me consentiu o encanto de vos falar, de conversar, convosco, presente entre vós em espírito; o que é, também, estar presente de verdade.

Assim que não me ides ouvir de longe, como a quem se sente arredado por centenas de quilômetros, mas de ao pé, de em meio a vós, como a quem está debaixo do mesmo teto, e à beira do mesmo lar, em colóquio de irmãos, ou junto dos mesmos altares, sob os mesmos campanários, elevando ao Criador as mesmas orações, e professando o mesmo credo.

(...)

Embora o realismo dos adágios teime ao crontrário, tolerem-me o arrôjo de afrontar uma vez a sabedoria dos provérbios. Eu me abalanço a lhes dizer e redizer de não. Não é certo, como corre mundo, ou, pelo menos, muitas e muitíssimas vêzes, não é verdade, como se espalha fama, que 'longe da vista, longe do coração'."[7]

6 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 3-4.

7 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 4-5.

5.3. SOBRE O CORAÇÃO

"(...) O coração não é tão frívolo, tão exterior, tão carnal, quanto se cuida. Há, nêle, mais que um assombro fisiológico: um prodígio moral. É o órgão da fé, o órgão da esperança, o órgão do ideal. Vê, por isso, com os olhos d'alma, o que não vêem os do corpo. Vê ao longe, vê em ausência, vê no invisível, e até no infinito vê. Onde pára o cérebro de ver, outorgou-lhe o Senhor que ainda veja; e não se sabe até onde. Até onde chegam as vibrações do sentimento, até onde se perdem os surtos da poesia, até onde se somem os vôos da crença: até Deus mesmo, inviso como os panoramas íntimos do coração, mas presente ao céu e à terra, a todos nós presente, enquanto nos palpite, incorrupto, no seio, o músculo da vida e da nobreza e da bondade humana."[8]

5.4. AINDA NO TEMA ANTERIOR: DE QUE VIVE O CORAÇÃO?

"Metei a mão no seio, e aí o sentireis com a segunda vista. Desta, sôbre tudo, é que êle nutre sua vida agitada e criadora. Pois não sabemos que, com os antepassados, vive êle da memória, do luto e da saudade? E tudo é viver no pretérito. Não sentimos como, com os nossos conviventes, se alimenta êle na comunhão dos sentimentos e índoles, das idéias e aspirações? E tudo é viver num mundo, em que estamos sempre fora dêste, pelo amor, pela abnegação, pelo sacrifício, pela caridade. Não nos será claro que, com os nossos descendentes e sobreviventes, com os nossos sucessores e pósteros, vive

8 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 6-7.

êle de fé, esperança e sonho? Ora, tudo é viver, previvendo, é existir, preexistindo, é ver, prevendo. E, assim, está o coração, cada ano, cada dia, cada hora, sempre alimentando em contemplar o que não vê, por ter em dote dos céus a preexcelência de ver, ouvir e palpar o que os olhos não divisam, os ouvidos não escutam, e o tato não sente.

Para o coração, pois, não há passado, nem futuro, nem ausência. Ausência, pretérito e porvir, tudo lhe é atualidade, tudo presença. Mas presença animada e vivente, palpitante e criadora, neste regaço interior, onde os mortos renascem, prenascem os vindoiros, e os distanciados se ajuntam, ao influxo de um talismã, pelo qual, nesse mágico microcosmo de maravilhas, encerrado na breve arca de um peito humano, cabe, em evocações de cada instante, a humanidade tôda e a mesma eternidade."[9]

5.5. A MAIOR DAS DISTÂNCIAS É A MORTE. MAS NEM A MORTE TUDO SEPARA

"A maior de quantas distâncias logre a imaginação conceber, é a da morte; e nem esta separa entre si os que a terrível apartadora de homens arrebatou aos braços uns dos outros. Quantas vêzes não entrevemos, nesse fundo obscuro e remotíssimo, uma imagem cara? quantas vêzes não a vemos assomar nos longes da saudade, sorridente, ou melancólica, alvoroçada, ou inquieta, severa, ou carinhosa, trazendo-nos o bálsamo, ou o conselho, a promessa, ou o desengano, a recompensa, ou o castigo, o aviso da fatalidade, ou os presságios de bom agoiro? Quantas nos não vem conversar, afável

9 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 8-9.

e tranqüila, ou pressurosa e sobressaltada, com o afago nas mãos, a doçura na bôca, a meiguice no semblante, o pensamento na fronte, límpida, ou carregada, e lhe saímos do contacto, ora seguros e robustecidos, ora transidos de cuidado e pesadume, ora cheios de novas aspirações, e cismando, para a vida, novos rumos? Quantas outras, não somos nós os que vamos chamar êsses leais companheiros de além-mundo, e com êles renovar a prática interrompida, ou instar com êles por um alvitre, em vão buscado, uma palavra, um movimento do rosto, um gesto, uma réstia de luz, um traço do que por lá se sabe, e aqui se ignora?"[10]

5.6. A DISTÂNCIA "PETRÓPOLIS – SÃO PAULO" QUE AINDA ASSIM NÃO É CAPAZ DE IMPEDIR UM ENCONTRO INTIMISTA

"Se não há, pois, abismo entre duas épocas, nem mesmo a voragem final desta vida à outra vida, que não transponha a mútua atração de duas almas, não pode haver, na mesquinha superfície do globo terrestre, espaços, que não vença, com os instantâneos de presteza das vibrações luminosas, êsse fluido incomparável, por onde se realiza, na esfera das comunicações morais, a maravilha da fotografia à distância no mundo positivo da indústria moderna.

Tão pouco medeia de Rio a S. Paulo! Por que não conseguimos enxergar de um a outro cabo, em linha tão curta? Tentemos. Vejamos. Estendamos as mãos, entre os dois pontos que a limitam. Dêste àquele já se estabeleceu a corrente. Rápida como o pensamento, corre a emanação magnética desta

10 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 10-11.

extremidade à oposta. Já num apêrto se confunfiram as mãos, que se procuravam. Já num amplexo de todos, nos abraçamos uns aos outros. Em S. Paulo estamos. Conversemos, amigos, de presença a presença."[11]

5.7. OUTRA VEZ SOBRE O ENCONTRO ENTRE AS GERAÇÕES

"Entrelaçando a colação do vosso grau com a comemoração jubilar da minha, e dando-me a honra de vos ser eu paraninfo, urdis, desta maneira, no ingresso à carreira que adotastes, um como vínculo sagrado entre a vossa existência intelectual, que se enceta, e a do vosso padrinho em letras, que se acerca do seu têrmo. Do acaso de uma surde o arrebol da outra."[12]

5.8. AS FORÇAS DO CORPO NO OCASO DA VIDA E AS DERROTAS SUPORTADAS

"Essa remoção da metade total de um século de vida laboriosa para o desentulho do tempo não se podia consumar sem abalo sensível numa existência repentinamente decepada. Mas a comoção foi salutar; porque o espírito encontrou logo seu equilíbrio na convicção de que, afinal, me chegava eu a conhecer a mim mesmo, reconhecendo a escassez de minhas reservas de energia, para acomodar o ambiente da época às minhas idéias de reconciliação da política nacional com o regímen republicano.

11 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 11-12.

12 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. p. 12.

Era presunção, era temeridade, era inconsciência insistir na insana pretensão da minha fraqueza. Só um predestinado poderia arrostar emprêsa tamanha. Desde 1892 me empenhava eu em lutar com êsses mares e ventos. Não os venci. Venceram-me êles a mim. Era natural. Deus nos dá sempre mais do que merecemos. Já me não era pouco a graça (pela qual erguia as mãos ao céu) de abrir os olhos à realidade evidente da minha impotência, e poder recolher as velas, navegante desenganado, antes que o naufrágio me arrancasse das mãos a bandeira sagrada."[13]

5.9. O CONSOLO DO AUTOR POR TER DADO AO PAÍS TUDO O QUE ESTAVA AO SEU ALCANCE

"Tenho o consôlo de haver dado a meu país tudo o que me estava ao alcance: a desambição, a pureza, a sinceridade, os excessos de atividade incansável, com que, desde os bancos acadêmicos, o servi, e o tenho servido até hoje.

Por isso me saí da longa odisséia sem créditos de Ulisses. Mas, se o não soube imitar nas artes medrançosas de político fértil em meios e manhas, em compensação tudo envidei por inculcar ao povo os costumes da liberdade e à república as leis do bom govêrno, que prosperam os Estados, moralizam as sociedades, e honram as nações.

Preguei, demonstrei, honrei a verdade eleitoral, a verdade constitucional, a verdade republicana. Pobres clientes estas, entre nós, sem armas, nem oiro, nem consideração, mal achavam, em uma nacionalidade esmorecida e indiferente,

13 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 14-15.

nos títulos rotos do seu direito, com que habilitar o mísero advogado a sustentar-lhes com alma, com dignidade, com sobrançaria, as desprezadas reivindicações. As três verdades não podiam alcançar melhor sentença no tribunal da corrupção política do que o Deus vivo no de Pilatos."[14]

5.10. O HÁBITO DE PERDOAR E ESPERAR

"Quem, por uma causa destas combateu, abraçado com ela, em vinte e oito anos da sua Via Dolorosa, não se pode ter habituado a maldizer, senão a perdoar, nem a descrer, senão a esperar. Descrer da cegueira humana, sim; mas da Providência, fatal, nas suas soluções, bem que (ao parecer) tarda nos seus passos, isso nunca."[15]

5.11. A BENÇÃO DO PARANINFO NÃO TRAZ FEL: O CRISTO IRADO A EXPULSAR OS VENDILHÕES DO TEMPO É O MESMO CRISTO QUE PROVA A ESPONJA AMARGA NO GÓLGOTA

"Assim que a benção do paraninfo não traz fel. Não lhe encontrareis no fundo nem rancor, nem azedume, nem despeito. *Os maus* só lhe inspiram tristeza e piedade. Só *o mal* é o que inflama em ódio. Porque o ódio ao mal é amor do bem, e a ira contra o mal, entusiasmo divino. Vêde Jesus despejando os vendilhões do templo, ou Jesus provando a esponja amarga no Gólgota. Não são o mesmo Cristo, êsse ensangüentado Jesus do Calvário e aqueloutro, o Jesus iroso, o Jesus armado,

14 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 15-16.

15 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. p. 17.

o Jesus do látego inexorável? Não serão um só Jesus, o que morre pelos bons, e o que açoita os maus?"[16]

5.12. AINDA SOBRE A IRA. NEM TODA IRA É MALDADE

"Nem tôda ira, pois, é maldade; porque a ira, se, as mais das vêzes, rebenta agressiva e daninha, muitas outras, oportuna e necessária, constitui o específico da cura. Ora deriva da tentação infernal, ora de inspiração religiosa. Comumente se acende em sentimentos desumanos e paixões cruéis; mas não raro flameja do amor santo e da verdadeira caridade. Quando um braveja contra o bem, que não entende, ou que o contraria, é ódio iroso, ou ira odienta. Quando verbera o escândalo, a brutalidade, ou o orgulho, não é agrestia rude, mas exaltação virtuosa; não é soberba, que explode, mas indignação que ilumina; não é raiva desaçaimada, mas correção fraterna. Então, não sòmente não peca o que se irar, mas pecará, não se irando. Cólera será; mas cólera da mansuetude, cólera da justiça, cólera que reflete a de Deus, face também celeste do amor, da misericórdia e da santidade.

Dela esfuzilam centelhas, em que se abrasa, por vêzes, o apóstolo, o sacerdote, o pai, o amigo, o orador, o magistrado. Essas faúlhas da substância divina atravessam o púlpito, a cátedra, a tribuna, o rostro, a imprensa, quando se debatem, ante o país, ou o mundo, as grandes causas nacionais, as grandes causas populares, as grandes causas sociais, as grandes causas da consciência religiosa. Então a palavra se eletriza, brame, lampeja, atroa, fulmina. Descargas sôbre des-

16 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 17-18.

cargas rasgam o ar, incendeiam o horizonte, cruzam em raios o espaço. É a hora das responsabilidades, a hora da conta e do castigo, a hora das apóstrofes, imprecações e anátemas, quando a voz do homem reboa como o canhão, a arena dos combates da eloqüencia estremece como campo de batalha, e as siderações da verdade, que estala sôbre as cabeças dos culpados, revolvem o chão, coberto de vítimas e destroços incruentos, com abalos de terremoto. Ei-la a cólera santa! Eis a ira divina!"[17]

5.13. VOLTA AO TEMA DO PERDÃO: O AUTOR NARRA NÃO POSSUIR O MENOR RASTRO DE VINGANÇA NA ALMA, CITA O "PAI NOSSO" E PEDE PERDÃO AOS QUE TENHA OFENDIDO

"Nest'alma, tantas vêzes ferida e traspassada tantas vêzes, nem de agressões, nem de infamações, nem de preterições, nem de ingratidões, nem de perseguições, nem de traições, nem de expatriações perdura o menor rastro, a menor ideia de revindita. Deus me é testemunha de que tudo tenho perdoado. E, quando lhe digo, na oração dominical: 'Perdoai-nos, Senhor, as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores', julgo não lhe estar mentindo. E a consciência me atesta que, até onde alcance a imperfeição humana, tenho conseguido, e consigo todos os dias obedecer ao sublime mandamento. Assim me perdoem, também, os a quem tenho agravado, os com quem houver sido injusto, violento, intolerante, maligno, ou descaridoso."[18]

17 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 19-21.

18 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. p. 23.

5.14. SE O DISCURSO NÃO MERECE SER RECEBIDO COMO UMA EXPRESSÃO FIEL DA REALIDADE, QUE SEJA RECEBIDO COMO UM ATO DE FÉ, COMO UM CONSELHO DE PAI A FILHOS, OU COMO UM TESTAMENTO DE UMA CARREIRA, QUE SE DISCREPOU DO BEM, EVANGELIZOU COM ENTUSIASMO E ADOROU COM SINCERIDADE

> "Estou-vos abrindo o livro da minha vida. Se me não quiserdes aceitar como expressão fiel da realidade esta versão rigorosa de uma das suas páginas, com que mais me consolo, recebei-a, ao menos, como ato de fé, ou como conselho de pai a filhos, quando não como o testamento de uma carreira, que poderá ter discrepado, muitas vêzes, do bem, mas sempre o evangelizou com entusiasmo, o procurou com fervor, e o adorou com sinceridade."[19]

5.15. OS INIMIGOS E DESFORTUNAS QUE, EM VERDADE, RARO NOS CAUSAM MAL TAMANHO QUE NÃO NOS FAÇAM AINDA MAIOR BEM

> "Desde que o tempo começou, lento lento, a me decantar o espírito do sedimento das paixões, com que o verdor dos anos e o amargor das lutas o enturbavam, entrando eu a considerar com filosofia nas leis da natureza humana, fui sentindo quanto esta necessita da contradição, como a lima dos sofrimentos a melhora, a que ponto o acerbo das provações a expurga, a tempera, a nobilita, a regenera. Então vim

19 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 23-24.

a perceber vivamente que imensa dívida cada criatura da nossa espécie deve aos seus inimigos e desfortunas. Por mais desagrestes que sejam os contratempos da sorte e as maldades dos homens, raro nos causam mal tamanho, que nos não façam ainda maior bem. Ai de nós, se esta purificação gradual, que nos deparam as vicissitudes cruéis da existência, não encontrasse a colaboração providencial da fortuna adversa e dos nossos desafetos. Ninguém mede em conta o serviço contínuo, de que lhes está em obrigação.

Diríeis, até, que, mandando-nos amar aos nossos inimigos, em boa parte nos quis o divino legislador entremostrar o muito, de que êles nos são credores. A caridade com os que nos malquerem, e os que nos malfazem, não é, em bem larga escala, senão pago dos benefícios, que, mal a seu grado, mas muito de veras, êles nos granjeiam.

(...)

Não poucas vezes, pois, razão é lastimar o zêlo dos amigos, e agradecer a malevolência dos opositores. Êstes nos salvam, quanto aquêles nos extraviam. De sorte que, no perdoar aos inimigos, muita vez não sòmente caridade cristã, senão também justiça ordinária e reconhecimento humano. E, ainda quando, aos olhos do mundo, como aos do nosso juízo descaminhado, tenham logrado a nossa desgraça, bem pode ser que, aos olhos da filosofia, aos da crença e aos da verdade suprema, não nos hajam contribuído senão para a felicidade."[20]

20 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 24-27.

5.16. DEIXE-SE O LIVRO DA CIÊNCIA POR ALGUM INSTANTE E FOLHEIE-SE O LIVRO DA EXPERIÊNCIA

"Eis ao que vem o padrinho, o velho, o abendiçoador, carregado de anos e tradições, versado nas longas lições do tempo, mestre de humildade, arrependimento e desconfiança, nulo entre os grandes da inteligência, grande entre os experimentados na fraqueza humana. Que se feche o livro da ciência; e folheemos juntos o da experiência. Desaliviemo-nos do saber humano, carga formidável, e voltemo-nos uma hora para êste outro, leve, comezinho, desalinhado, conversável, seguro, se, altitudes, nem despenhadeiros."[21]

5.17. AS DUAS PORTAS DA VIDA: A PORTA DO NASCIMENTO E A PORTA DA MORTE

"(...) A vida não tem mais que duas portas: uma de entrar, pelo nascimento; outra de sair, pela morte. Ninguém, cabendo-lhe a vez, se poderá furtar à entrada. Ninguém, desde que entrou, em lhe chegando o turno, se conseguirá evadir à saída. E, de um ao outro extremo, vai o caminho longo, ou breve, ninguém o sabe, entre cujos têrmos fatais se debate o homem pesaroso de que entrasse, receoso da hora em que saia, cativo de um e outro mistério, que lhe confinam a passagem terrestre.

Não há nada mais trágico do que a fatalidade inexorável dêste destino, cuja rapidez ainda lhe agrava a severidade."[22]

21 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 28-29.

22 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 29-30.

5.18. HERDA-SE PELA NATUREZA, CONSTRÓI-SE PELO TRABALHO

"Em tão breve trajeto cada um há de acabar a sua tarefa. Com que elementos? Com os que herdou, e os que cria. Aquêles são a parte da natureza. Êstes, a do trabalho."[23]

5.19. A REGRA DA IGUALDADE E OS APETITES HUMANOS QUE A INVERTEM: A ORGANIZAÇÃO DA MISÉRIA AO INVÉS DA SUPREMACIA DO TRABALHO

"A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se equivalessem.

Essa blasfêmia contra a razão e a fé, contra a civilização e a humanidade, é a filosofia da miséria, proclamada em nome dos direitos do trabalho; e, executada, não faria senão inaugurar, em vez da supremacia do trabalho, a organização da miséria.

Mas, se a sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais, cada um, nos limites da sua energia moral,

23 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. p. 30.

pode reagir sôbre as desigualdades nativas, pela educação, atividade e perseverança. Tal a missão do trabalho."[24]

5.20. A ORAÇÃO E O TRABALHO: OS RECURSOS MAIS PODEROSOS NA CRIAÇÃO MORAL DO HOMEM

"Oração e trabalho são os recursos mais poderosos na criação moral do homem. A oração é o íntimo sublimar-se d'alma pelo contacto com Deus. O trabalho pe o inteirar, o desenvolver, o apurar das energias do corpo e do espírito, mediante a ação contínua de cada um sôbre si mesmo e sôbre o mundo onde labutamos.

O indivíduo que trabalha, acerca-se continuamente do autor de tôdas as coisas, tomando na sua obra uma parte, de que depende também a dêle. O Criador começa, e a criatura acaba a criação de si própria.

Quem quer, pois, que trabalhe, está em oração ao Senhor. Oração pelos atos, ela emparelha com a oração pelo culto. Nem pode ser que uma ande verdadeiramente sem a outra. Não é trabalho digno de tal nome o do mau; porque a malícia do trabalho o contamina. Não é oração aceitável a do ocioso; porque a ociosidade a dessagra. Mas, quando o trabalho se junta à oração, e a oração com o trabalho, a segunda criação do homem, a criação do homem pelo homem, semelha às vêzes, em maravilhas, à criação do homem pelo divino Criador."[25]

24 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 32-33.

25 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 33-34.

5.21. NUNCA VOS NEGUEIS AO TRABALHO QUE BATE À PORTA DIA E NOITE

"O trabalho, pois, vos há de bater à porta dia e noite; e nunca vos negueis às suas visitas, se quereis honrar a vossa vocação, e estais dispostos a cavar nos veios de vossa natureza, até dardes com os tesoiros, que aí vos haja reservado, com ânimo benigno, a dadivosa Providência. Ouvistes o aldrabar da mão oculta, que vos chama ao estudo? Abri, abri, sem detença. Nem, por vir muito cedo, lho leveis a mal, lho tenhais à conta de importuna. Quanto mais matutinas essas interrupções do vosso dormir, mais lhas deveis agradecer."[26]

5.22. O TRABALHO DEVE SE INICIAR ANTES DO AMANHECER DO DIA

"O amanhecer do trabalho há de antecipar-se ao amanhecer do dia. Não vos fieis muito de quem esperta já sol nascente, ou sol nado. Curtos se fizeram os dias, para que nós os dobrássemos, madrugando. Experimentai, e vereis o quanto vai do deitar tarde ao acordar cedo. Sôbre a noite o cérebro pende ao sono. Antemanhã, tende a despertar."[27]

5.23. NÃO TROQUEIS A NOITE PELO DIA. TOMAI O EXEMPLO DAS ESTRELAS DA MANHÃ

"Não invertais a economia do nosso organismo: não troqueis a noite pelo dia, dedicando êste à cama, e aquela às distrações. O que se esperdiça para o trabalho com as noitadas inúteis, não se lhe recobra com as manhãs de extemporâ-

26 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 37-38.

27 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. p. 38.

neo dormir, ou as tardes de cansado labutar. A ciência, zelosa do escasso tempo que nos deixa a vida, não dá lugar aos tres-noites libertinos. Nem a cabeça já exausta, ou estafada nos prazeres, tem onde caiba o inquirir, o revolver, o meditar do estudo.

Os próprios estudiosos desacertam, quando, iludidos por um hábito de inversão, antepõem o trabalho, que entra pela noite, ao que precede o dia. A natureza nos está mostrando com exemplos a verdade. Tôda ela, nos viventes, ao anoitecer, inclina para o sono. A esta lição geral só abrem triste exceção os animais sinistros e os carniceiros. Mas, quando se avizinha o volver da luz, muito antes que ela arraie a natureza, e ainda primeiro que alvoreça no firmamento, já rompeu na terra em cânticos a alvorada, já se orquestram de harmonias e melodias campos e selvas, já o galo, não o galo triste do luar dos sertões do nosso Catulo, mas o galo festivo das madrugadas, retine ao longe a estridência dos seus clarins, vibrantes de jubilosa alegria.

(...)

Tomai exemplo, estudantes, e doutôres, tomai exemplo das estrêlas da manhã, e gozareis das mesmas vantagens: não só a de levantardes mais cedo a Deus a oração do trabalho, mas a de antecederdes aos demais, logrando mais para vós mesmos, e estimulando os outros a que vos rivalizem no ganho bendito."[28]

5.24. A VOCAÇÃO DO HOMEM PARA O TRABALHO

28 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 38-41.

"Há estudar, e estudar. Há trabalhar, e trabalhar. Desde que o mundo é mundo, se vem dizendo que o homem nasce para o trabalho: '*Homo nascitur ad laborem'*. Mas o trabalhar é como o semearm onde tudo vai muito das sazões, dos dias e das horas. O cérebro, cansado e sêco do laborar diurno, não acolhe bem a semente: não a recebe fresco e de bom grado, como a terra orvalhada. Nem a colheita acode tão suave às mãos do lavrador, quando o torrão já lhe não está sorrindo entre o sereno da noite e os alvôres do dia.

Assim, todos sabem que para trabalhar nascemos. Mas muitos somos os que ignoramos certas condições, talvez as mais elementares, do trabalho, ou, pelo menos, mui poucos os que as praticamos. Quantos serão os que acreditam que os melhores trabalhadores sejam os melhores madrugadores? que os mais estudiosos não sejam os que oferecem ao estudo os sobejos do dia, mas os que o honram com as primícias da manhã?"[29]

5.25. RUI BARBOSA POR RUI BARBOSA

"Estudante sou. Nada mais. Mau sabedor, fraco jurista, mesquinho advogado, pouco mais sei do que saber estudar, saber como se estuda, e saber que tenho estudado. Nem isso mesmo sei se saberei bem. Mas, do que tenho logrado saber, o melhor devo às manhãs e madrugadas. Muitas lendas se têm inventado, por aí, sôbre excessos da minha vida laboriosa. Deram, nos meus progressos intelectuais, larga parte ao uso em abuso do café e ao estímulo habitual dos pés mergulhados n'água fria. Contos de imaginadores. Refratário sou ao café.

29 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 41-42.

Nunca recorri a êle como a estimulante cerebral. Nem uma só vez na minha vida busquei num pedilúvio o espantalho do sono."[30]

5.26. A DISCIPLINA PELO ACORDAR ANTES DO AMANHECER

"Ao que devo, sim, o mais dos frutos do meu trabalho, a relativa exabundância de sua fertilidade, a parte produtiva e durável da sua safra, é às minhas madrugadas. Menino ainda, assim que entrei ao colégio, alvidrei eu mesmo a conveniência dêsse costume, e daí avante o observei, sem cessar, tôda a vida. Eduquei nêle o meu cérebro, a ponto de espertar exatamente à hora, que comigo mesmo assentava, ao dormir. Sucedia, muito amiúde, encetar eu a minha solitária banca de estudo à uma ou às duas da antemanhã. Muitas vêzes me mandava meu pai volver ao leito; e eu fazia apenas que lhe obedecia, tornando, logo após, àquelas amadas lucubrações, as de que me lembro com saudade mais deleitosa e entranhável."[31]

5.27. AQUELES QUE MADRUGAM NO LER MADRUGAM TAMBÉM NO PENSAR

"Mas, senhores, os que madrugam no ler, convém madrugarem também no pensar. Vulgar é o ler, raro o refletir. O saber não está na ciência alheia, que se absorve, mas, principalmente, nas idéias próprias, que se geram dos conhecimen-

30 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. p. 43.

31 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 43-44.

tos absorvidos, mediante a transmutação, por que passam, no espírito que os assimila. Um sabedor não é armário de sabedoria armazenada, mas transformador reflexivo de aquisições digeridas."[32]

5.28. O SABER DE APARÊNCIA E O SABER DE REALIDADE

"Já se vê quanto vai do saber aparente ao saber real. O saber de aparência crê e ostenta saber tudo. O saber de realidade, quanto mais real, mais desconfia, assim do que vai apreendendo, como do que elabora."[33]

5.29. OS HOMENS-PANACEIAS

"(...) Não aprendeu nada, e sabe tudo. Ler, não leu. Escrever, não escreveu. Ruminar, não ruminou. Produzir, não produziu. É um improviso onisciente, o fenômeno de que poetava Dante:

'In picciol tempo gran dottor si feo'

A êsses homens-panacéias, a êsses empreiteiros de tôdas as empretadas, a êsses aviadores de tôdas as encomendas, se escancelam os portões da fama, do poderio, da grandeza, e, não contentes de lhes aplaudir entre os da terra a nulidade, ainda, quando Deus quer, a mandam expor à admiração do estrangeiro."[34]

32 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. p. 46.

33 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 46-47.

34 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. p. 48.

5.30. O QUE É A LEI: O DIÁLOGO ENTRE PÉRICLES E ALCIBÍADES

"Sócrates, certo dia, numa das suas conversações, que *O primeiro Alcibíades* nos deixa escutar ainda hoje, dava grande lição de modéstia ao interlocutor, dizendo-lhe, com a costumada lhaneza: 'A pior espécie de ignorância é cuidar uma pessoa saber o que não sabe... Tal, meu caro Alcibíades, o teu caso. Entrasse pela política, antes de a teres estudado. E não és tu só o que te vejas nessa condição: é esta mesma a da mor parte dos que se metem nos negócios da república. Apenas excetuo exíguo número, e pode ser que ùnicamente, a Péricles, teu tutor; porque tem cursado os filósofos.'

Vede agora os que intentais exercitar-vos na ciência das leis, e vir a ser seus intérpretes, se de tal jeito é que conceberíeis sabê-las, e executá-las. Dêsse jeito; isto é: como as entendiam os políticos da Grécia, pintada pelo mestre de Platão.

Uma vez, que Alcibíades discutia com Péricles, em palestra registrada por Xenofonte, acertou de se debater o que seja *lei*, e quando exista, ou não exista.

'- Que vem a ser *lei*?', indaga Alcibíades.

'- A expressão da vontade do povo', responde Péricles.

'- Mas que é o que determina êsse povo? O bem, ou o mal?' replica-lhe o sobrinho.

'- Certo que o bem, mancebo.'

'- Mas, sendo uma oligarquia quem mande, isto é, um diminuto número de homens, serão, ainda assim, respeitáveis *as leis?*'

'- Sem dúvida.'

'- Mas, se a disposição vier de um tirano? Se ocorrer violência, ou ilegalidade? Se o poderoso coagir o fraco? Cumprirá, todavia, obedecer?'

Péricles hesita; mas acaba admitindo:

'- Creio que sim.'

'- Mas então', insiste Alcibíades, 'o tirano, que constrange os cidadãos a lhe acatarem os caprichos, não será, êsse sim, o inimigo *das leis?*'

'- Sim; vejo agora que errei em chamar *leis* às ordens de um tirano, costumado a mandar, sem persuadir.'

'- Mas, quando um diminuto número de cidadãos impõe seus arbítrios à multidão, daremos, ou não, a isso o nome de violência?'

'- Parece-me a mim', concede Péricles, cada vez mais vacilante, 'que, em caso tal, é de violência que se trata, não *de lei*.'

Admitindo isso, já Alcibíades triunfa:

'- Logo, quando a multidão, governando, obrigar os ricos, sem consenso dêstes, não será, também, violência, e não *lei?*'

Péricles não acha que responder; e a própria razão não o acharia. Não é *lei* a lei, senão quando assenta no consentimento da maioria, já que, exigido o de todos, desiderandum irrealizável, não haveria meio jamais de se chegar a uma lei."[35]

35 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 49-52.

5.31. O CASO DO BRASIL: NÃO É O CONSENTIMENTO DA MAIORIA QUE FAZ AS LEIS

"Ora, senhores bacharelandos, pesai bem que vos ides consagrar à *lei*, num país onde a lei absolutamente não exprime o consentimento *da maioria*, onde são as minorias, as oligarquias mais acanhadas, mais impopulares e menos respeitáveis, as que põem, e dispõem, as que mandam, e desmandam em tudo; a saber: num país, onde, verdadeiramente, *não há lei*, não há moral, política ou juridicamente falando.

Considerai, pois, nas dificuldades, em que se vão enlear os que professam a missão de sustentáculos e auxiliares *da lei*, seus mestres e executores."[36]

5.32. A ORIGEM DAS LEIS E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

"É verdade que a execução corrige, ou atenua, muitas vêzes, a legislação de má nota. Mas, no Brasil, a *lei* se deslegitima, anula e torna *inexistente*, não só pela bastardia da origem, senão ainda pelos horrores da aplicação."[37]

5.33. A NATUREZA DA BOA LEI

"Ora, dizia S. Paulo que boa é a lei, onde se executa legìtimamente. *Bona est lex, si quis ea legitime utatur.*

Quereria dizer: Boa é a lei, quando executada com retidão. Isto é: boa será, em havendo no executor a virtude, que no legislador não havia. Porque só a moderação, a inteireza

36 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 52-53.

37 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. p. 53.

e a eqüidade, no aplicar das más leis, as poderiam, em certa medida, escoimar da impureza, dureza e maldade, que encerrarem. Ou, mais lisa e claramente, se bem o entendo, pretenderia significar o apóstolo das gentes que mais vale a lei má, quando *inexecutada*, ou *mal executada* (para o bem), que a boa lei, sofismada e não observada (contra êle)."[38]

5.34. A AÇÃO DO MAGISTRADO NA APLICAÇÃO DE LEIS QUE SE REVELAM INJUSTAS

"Que extraordinário, que imensurável, que, por assim dizer, estupendo e sôbre-humano, logo, não será, em tais condições, o papel da justiça! Maior que o da própria legislação. Porque, se dignos são os juízes, como parte suprema, que constituem, no executar das leis, - em sendo justas, lhes manterão êles a sua justiça, e, injustas, lhes poderão moderar, se não, até, no seu tanto, corrigir a injustiça.

De nada aproveitam leis, bem se sabe, não existindo quem as ampare contra os abusos; e o amparo sôbre todos essencial é o de uma justiça tão alta no seu poder, quanto na sua missão. 'Aí temos as leis', dizia o Florentino. 'Mas quem lhes há de ter mão? *Ninguém*.'"[39]

5.35. A SOBERANIA DO PODER JUDICIÁRIO NO CONTEXTO BRASILEIRO

"Entre nós mão seria lícito responder assim tão em absoluto a indagação do poeta. Na constituição brasileira, a mão que êle não via na sua república e em sua época, a mão sustentadora das leis, aí a temos hoje, criada, e tão grande,

38 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 53/55.

39 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 55-56.

que nada lhe iguala a majestade, nada lhe rivaliza o poder. Entre as leis, aqui, entre as leis ordinárias e a lei das leis, é a justiça quem decide, fulminando aquelas, quando com esta se colidirem.

Soberania tamanha só nas federações de molde norte-americano cave ao poder judiciário, subordinado aos outros poderes nas demais formas de gôverno, mas, nesta, superior a todos.

Dessas democracias, pois, o eixo é a justiça, eixo não abstrato, não supositício, não meramente moral, mas de uma realidade profunda, e tão sèriamente implantado no mecanismo de regímen, tão pràticamente embebido através de tôdas as suas peças, que, falseando êle ao seu mister, todo o sistema cairá em paralisia, desordem e subversão. Os poderes constitucionais entrarão em conflitos insolúveis, as franquias constitucionais ruirão por terra, e da organização constitucional, do seu caráter, das suas funções, das garantias apenas restarão destroços.

Eis o de que nos há de preservar a justiça brasileira, se a deixarem sobreviver, ainda que agredida, oscilante e mal segura, aos outros elementos constitutivos da república, no meio das ruínas, em que mal se conservam ligeiros traços da sua verdade."[40]

5.36. A LEI SE ASSENTA SOBRE DOIS BRAÇOS: A MAGISTRATURA E A ADVOCACIA

"Ora, senhores, êsse poder eminencialmente necessário, vital e salvador, tem os dois braços, nos quais agüenta a lei, em duas instituições: a magistratura e a advocacia, tão ve-

40 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 56-57.

lhas como a sociedade humana, mas elevadas ao cem-dôbro, na vida constitucional do Brasil, pela estupenda importância, que o novo regímen veio a dar à justiça.

Meus amigos, é para colaborardes em dar existência a essas duas instituições que hoje saís daqui habilitados. Magistrados ou advogados sereis. Suas duas carreiras quase sagradas, inseparáveis uma da outra, e, tanto uma como a outra, imensas nas dificuldades, responsabilidades e utilidades."[41]

5.37. O TREMER DIANTE AS GRANDES VOCAÇÕES

"Se cada um de vós meter bem a mão na consciência, certo que tremerá da perspectiva. O tremer próprio é dos que se defrontam com as grandes vocações, e são talhados para as desempenhar. O tremer, mas não o descorçoar. O tremer, mas não o renunciar. O tremer, com o ousar. O tremer, com o empreender. O tremer, com o confiar. Confiai, senhores. Ousai. Reagi. E haveis de ser bem sucedidos. Deus, pátria e trabalho. Metei no regaço essas três fés, êsses três amôres, êsses três signos santos. E segui, com o coração puro. Não hajais mêdo a que a sorte vos ludibrie. Mais pode que os seus azares a constância, a coragem e a virtude."[42]

5.38. NÃO SE TRATA DE IDEALISMO, É A EXPERIÊNCIA DA VIDA

"Idealismo? Não: experiência da vida. Não há forças, que mais a senhoreiam, do que essas. Experimentai-o, como

41 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. p. 58.

42 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. p. 58-59.

eu o tenho experimentado. Poderá ser que resignineis certas situações, como eu as tenho resignado. Mas meramente para variar de pôsto, e, em vos sentido incapazes de uns, buscar outros, onde vos venha ao encontro o dever, que a Providência vos haja reservado."[43]

5.39. DENTRE AS CARREIRAS, ESCOLHA A PARTIR DE CONHECER A SI MESMO

"Encarai, jovens colegas meus, nessas duas estradas que se vos patenteiam. Tomai aque vos indicarem vossos pressentimentos, gostos e explorações, no campo dessas nobres disciplinas, com que lida a ciência das e a distribuição na justiça. Abraçai a que vos sentirdes indicada pelo conhecimento de vós mesmos. Mas não primeiro que hajais buscado na experiência de outrem um pouco da que vos é mister, e que ainda não tendes, para eleger a melhor derrota, entre as duas que se oferecem à carta de idoneidade, hoje obtida."[44]

5.40. SEJAIS UM OBSERVADOR

"Pelo que me toca, escassamente avalio até onde, nisso, vos poderia eu ser útil Muito vi em cinqüenta anos. Mas o que constitui a experiência, consiste menos no ver, que no saber observar. Observar com clareza, com desinterêsse, com seleção. Observar, deduzindo, induzindo, e generalizando, com pausa, com critério, com descofiança. Observar, apurando, contrasteando e guardando.

43 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 58-59.

44 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 59-60.

Que espécie de observador seja eu, não vo-lo poderia dizer. Mas, seguro, ou não, no averiguar e discernir, - de uma qualidade, ao menos, me posso abonar a mim mesmo: a de exato e consciencioso no expender e narrar."[45]

5.41. SE A OPÇÃO DE CARREIRA ESCOLHIDA FOR A MAGISTRATURA

"É à magistratura que vos ides votar?

Elegeis, então, a mais eminente das profissões, a que um homem se pode entregar neste mundo. Essa elevação me impressiona seriamente; de modo que não sei se a comoção me não atalhará o juízo, ou tolherá o discurso. Mas não se dirá que, em boa vontade, fiquei aquém de meus deveres.

(...)

Moços, se vos ides medir com o direito e o crime na Cadeira de juízes, começai, esquadrinhando as exigências aparentemente menos altas dos vossos cargos, e proponde-vos caprichar nelas com dobrado rigor; porque, para sermos fiéis no muito, o devemos ser no pouco."[46]

5.42. JUSTIÇA ATRASADA NÃO É JUSTIÇA

"Ponho exemplo, senhores. Nada se leva menos em conta, na judicatura, a boa fé de ofício que o vêzo de tardança nos despachos e sentenças. Os códigos se cansam debalde em o punir. Mas a geral habitualidade e a conivência geral o entretêm, inocentam e universalizam. Destarte se incrementa e desmanda êle em proporções incalculáveis, chegando as causas a contar a idade por lustros, ou décadas, em vez de anos.

45 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 60-61.

46 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 61-63.

Mas justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito escrito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade. Os juízes tardinheiros são culpados, que a lassisão comum vai tolerando. Mas a sua culpa tresdobra com a terrível agravaente de que o lesado não tem meio de reagir contra o delinqüente poderoso, em cujas mãos jaz a sorte do lítigio pendente."[47]

5.43. O PERFIL DE MAGISTRADO QUE SE DEVE ADOTAR NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

"Não sejais, pois, dêsses magistrados, nas mãos de quem os autos penam como as almas do purgatório, ou arrastam sonos esquecidos como as preguiças do mato.

Não vos pareçais com êsses outros juízes, que, com a tabuleta de escrupulosos, imaginam em risco a sua boa fama, se não evitarem o contacto dos pleiteantes, recebendo-os com má sombra, em lugar de os ouvir a todos com desprevenção, doçura e serenidade.

Não imiteis o que, em se lhes oferecendo o mais leve pretexto, a si mesmos põem suspeições rebuscadas, para esquivar responsabilidades, que seria do seu dever arrostar sem quebra de ânimo ou de confiança no prestígio dos seus cargos.

Não sigais os que argumentam com o grave das acusações, para se armarem de suspeita e execração contra os acusados; como se, pelo contrário, quanto mais odiosa a acusação, não houvesse o juiz de se precaver mais contra os acusadores, e menos perder de vista a presunção de inocência,

47 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 63-64.

comum a todos os réus, enquanto não liquidada a prova e reconhecido o delito.

Não acompanheis os que, no pretório, ou no júri, se convertem de julgadores em verdugos, torturando o réu com severidades inoportunas, descabidas, ou indecentes; como se todos os acusados não tivessem direito à proteção dos seus juízes, e a lei processual, em todo o mundo civilizado, não houvesse por sagrado o homem, sôbre quem recai acusação ainda inverificada.

Não estejais com os que agravam o rigor das leis, para se acreditar com o nome de austeros e ilibados. Porque não há nada menos nobre e aplausível que agenciar uma reputação malignamente obtida em prejuízo da verdadeira inteligência dos textos legais.

Não julgueis por considerações de pessoas, os pelas do valor das quantias litigadas, negando as somas, que se pleiteiam, em razão da sua grandeza, ou escolhendo, entre as partes na lide, segundo a situação social delas, seu poderio, opulência e conspicuidade. Porque quanto mais armados estão de tais armas os poderosos, mais inclinados é de recear que sejam à extorsão contra aos menos ajudados da fortuna; e, por outro lado, quanto maiores são os valores demandados e maior, portanto, a lesão argüida, mais grave iniqüidade será negar a reparação, qye se demanda.

Não vos mistureis com os togados, que contraíram a doença de achar sempre razão ao Estado, ao Govêrno, à Fazenda; por onde os condecora o povo com o título de "*fazendeiros*". Essa presunção de terem, de ordinário, razão contra o resto do mundo, nenhuma lei reconhece à Fazenda, ao Govêrno, ou ao Estado."[48]

48 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa

5.44. AO ERÁRIO, À ADMNISTRAÇÃO E À UNIÃO: SE NÃO LHES DEVE SEMPRE CONCEDER, NÃO LHES DEVE SEMPRE NEGAR; NÃO HÁ MAIOR OU MENOR DIREITO

"(...). Não negueis jamais ao Erário, à Administração, à União, os seus direitos. São tão invioláveis, como quaisquer outros. Mas o direito dos mais miseráveis dos homens, o direito do mendigo, do escravo, do criminoso, não é menos sagrado, perante a justiça, que o mais alto dos poderes. Antes, com os mais miseráveis é que a justiça ser mais atenta, e redobrar de escrúpulo; porque são os mais mal defendidos, os que suscitam menos interêsse, e os contra cujo direito conspiram a inferioridade na condição com a míngua nos recursos.

Preservai, juízes de amanhã, preservai as vossas almas juvenis dêsses baixos e abomináveis sofismas. A ninguém importa mais do que à magistratura fugir do mêdo, esquivar humilhações, e não conhecer cobardia. Todo o bom magistrado tem muito de heróico em si mesmo, na pureza imaculada e na plácida rigidez, que a nada se dobre, e de nada se tema, senão da outra justiça, assente, cá em baixo, na consciência das nações, e culminante, lá em cima, no juízo divino."[49]

5.45. AINDA SOBRE O PERFIL DE MAGISTRADO QUE SE DEVE ADOTAR

"Não tergiverseis com as vossas responsabilidades, por mais atribulações que vos imponham, e mais perigos a que vos exponham. Nem receeis soberanias da terra: nem a do

de Rui Barbosa, 1956. pp. 64-67.

49 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 68-69.

povo, nem a do poder. O povo é uma torrente, que rara vez se não deixar conter pelas ações magnânimas. A intrepidez do juiz, como a bravura do soldado, o arrebatam e fascinam. Os governos investem contra a justiça, provocam e desrespeitam a tribunais; mas, por mais que lhes espumem contra as sentenças, quando justas, não terão, por muito tempo, a cabeça erguida em ameaça ou desobediência diante dos magistrados, que os enfrentem com dignidade e firmeza."[50]

"(...)

Outro ponto dos maiores na educação do magistrado: corar menos de ter errado que de se não emendar. Melhor será que a sentença não erre. Mas, se cair em êrro, o pior é que se não corrija. E, se o próprio autor do êrro o remediar, tanto melhor; porque tanto mais cresce, com a confissão, em crédito de justo, o magistrado, e tanto mais se soleniza a reparação dada ao ofendido.

(...)

Não anteponhais o draconianismo à eqüidade. Dados a tão cruel mania, ganharíeis, com razão, conceito de maus, e não de retos.

Não cultiveis sistemas, extravagâncias e singularidades. Por êsse meio lucraríeis a néscia reputação de originais; mas nunca a de sábios, doutos, ou conscienciosos.

Não militeis em partidos, dando à política o que deveis à imparcialidade. Dessa maneira venderíeis as almas e famas ao demônio da ambição, da intriga e da servidão às paixões mais detestáveis.

Não cortejeis a popularidade. Não transijais com as conveniências. Não tenhais negócios em secretarias. Não de-

50 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 69-70.

libereis por conselheiros, ou assessôres. Não deis votos de solidariedade com ôutros, quem quer se sejam. Fazendo aos colegas tôda a honra, que lhes deverdes, prestai-lhes o crédito, a que sua dignidade houver direito; mas não tanto que delibereis só de os ouvir, em matéria onde a confiança não substitua a inspeção direta. Não prescindais, em suma, do conhecimento próprio, sempre que a prova terminante nos esteja ao alcance da vista, e se ofereça à verificação imediata do tribunal."[51]

5.46. NÃO HÁ JUSTIÇA, ONDE NÃO HAJA DEUS

"Não há justiça onde não haja Deus.

Quereríeis que vo-lo demonstrasse? Mas seria perder tempo, se já não encontrastes a demonstração no espetáculo atual da terra, na catástrofe da humanidade. O gênero humano afundiu-se na matéria, e no oceano violento da matéria flutuam, hoje, os destroços da civilização meio destruída. Êsse fatal excídio está clamando por Deus. Quando êle tornar a nós, as nações abandonarão a guerra, e a paz, então, assomará entre elas, a paz das leis e da justiça, que o mundo ainda não tem, porque ainda não crê.

À justiça humana cabe, nessa regeneração, papel essencial. Assim o saiba ela honrar. Trabalhai por isso os que abraçardes essa carreira, com a influência da altíssima dignidade, que do seu exercício recebereis."[52]

51 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 72-73, 75.

52 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 75/77.

5.47. CONCLUSÃO SOBRE O EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA

"Dela vos falei, da sua grandeza e dos seus deveres, com a incompetência de quem não a tem exercido. Não tive a honra de ser magistrado. Advogado sou, há cinqüenta anos, e, já agora, morrerei advogado."[53]

5.48. SOBRE A EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

"É, entretanto, da advocacia no Brasil, da minha profissão, do que nela, em experiência, acumulei, praticando-a, que me não será dado agora tratar. A extensão já demasiadíssima dêsde colóquio em desalinho não me consentiria acréscimo tamanho. Mas que perdereis, com tal omissão? Nada.

Na missão do advogado também se desenvolve uma espécie de magistratura. As duas se entrelaçam, diversas nas funções, mas idênticas no objeto e na resultante: a justiça. Com o advogado, justiça militante. Justiça imperante, no magistrado.

Legalidade e liberdade são as tábuas da vocação do advogado. Nelas se encerra, para êle, a síntese de todos os mandamentos. Mão desertar a justiça, nem cortejá-la. Não lhe faltar com a fidelidade, nem lhe recusar o conselho. Não transfugir da legalidade para a violência, nem trocar a ordem pela anarquia. Não antepor os poderosos aos desvalidos, ne, recusar patrocínio a êstes contra aquêles. Não servir sem independência à justiça, nem quebrar da verdade ante o poder.

53 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. p. 77.

Não colaborar em perseguições ou atentados, sem pleitear pela iniqüidade ou imoralidade. Não se subtrair à defesa das causas impopulares, nem à das perigosas, quando justas. Onde fôr apurável um grão, que seja, de verdadeiro direito, não regatear ao atribulado o consôlo do amparo judicial. Não proceder, nas consultas, senão com a imparcialidade real do juiz nas sentenças. Não fazer da banca balcão, ou da ciência mercatura. Não ser baixo com os grandes, nem arrogante com os miseráveis. Servir aos opulentos com altivez e aos indigentes com caridade. Amar a pátria, estremecer o próximo, guardar a fé em deus, na verdade e no bem."[54]

5.49. RECORDAÇÃO DA SÃO PAULO QUE O AUTOR DEIXARA EM 1870, O ESTADO POLÍTICO NO QUAL O BRASIL E O MUNDO OCIDENTAL SE ENCONTRAVAM ÀQUELE TEMPO E OS DESDOBRAMENTOS QUE LEVARAM A HUMANIDADE À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

"Senhores, devo acabar. Quando, há cinqüenta anos, saía eu daqui, na velha Paulicéia, solitária e brumosa, como hoje saís da transfigurada metrópole do máximo Estado brasileiro, bem outros eram êste país e todo o mundo ocidental.

O Brasil acabava de varrer do seu território a invasão paraguaia, e, na América do Norte, poucos anos antes, a guerra civil limpara da grande república o cativeiro negro, cuja agonia estêve a pique de a soçobrar despedaçada. Eram dois prenúncios de uma alvorada, que doirava os cimos do mundo cristão, anunciando futuras vitórias da liberdade.

54 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 77-79.

Mas, ao mesmo tempo, a invasão germânica alagava terras de França, deixando-a violada, traspassada no coração e cruelmente mutilada, aos olhos secos e indiferentes de outras potências e mas nações européias, grandes, ou pequenas.

Ninguém percebeu que se estavam semeando o cativeiro e a subversão do mundo. Daí a menos de cinqüenta anos, aquela atroz exacerbação do egoísmo político envolvia culpados e inocentes numa série de convulsões, tal, que acreditaríeis haver-se despejado o inferno entre as nações da terra, dando ao inaudito fenômeno humano proporções quase capazes de representar, na sua espantosa imensidade, um cataclismo cósmico. Parecia estar-se desmanchando e aniquilando o mundo. Mas era o velho continente que principiava a expiar a velha política, desalmada, mercantil e cínica, dos Napoleões, Metternichs e Bismarcks, num ciclione de abominações inenarráveis, que bem depressa abrangeria, como abrangeu, na zona das suas tremendas comoções, os outros continentes, e deixaria resolvido o orbe inteiro em tormentas catastróficas, só Deus sabe por quantas gerações além de nossos dias."[55]

5.50. AINDA SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO (PÓS 1888) E A RELEVÂNCIA QUE O PAÍS CONQUISTOU NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL NO INTERVALO 1907-1917

"Neste canto da terra, o Brasil "da hegemonia sul-americana", entreluzida com a guerra do Paraguai, não cultivava tais veleidades, ainda bem que, hoje, de todo em todo extintas.

55 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 79-81.

Mas encetara uma era de aspirações jurídicas e revoluções incruentas. Em 1888 aboliu a propriedade servil. Em 1889 baniu a coroa, e organizou a república. Em 1907, entrou, pela porta de Haia, ao concêrto das nações. Em 1917 alistou-se na aliança da civilização, para empenhar a sua responsabilidade e as suas fôrças navais na guerra das guerras, em socorro direto das gentes, cujo código ajudara a organizar na Segunda Conferência da Paz.

Mas, de súbito, agora, um movimento desvairado parece estar-nos levando, empuxados de uma corrente submarina, a um recuo inexplicável. Diríeis que o Brasil de 1921 tendesse, hoje, a repudiar o Brasil de 1917. Por quê? Porque a nossa política nos descurou dos interêsses, e, ante isso, delirando em acesso de frívolo despeito, iríamos desmentir a excelsa tradição, tão gloriosa, quão inteligente e fecunda?

Não: senhores, não seria possível. Na resolução de 1917 o Brasil ascendeu à elevação mais alta de tôda a nossa história. Não descerá.

Amigos meus, não. Compromissos daquela natureza, daquele alcance, daquela dignidade não se revogam. Não convertamos uma questão de futuro em questão de relance. Não transformemos uma questão de previdência em questão de cobiça. Não reduzamos uma imensa questão de princípios a vil questão de interêsses. Não demos de barato a essência eterna da justiça por uma rasteira desavença de mercadores. Não barganhemos o posso porvir a trôco de um mesquinho prato de lentilhas. Não arrastemos o Brasil ao escândalo de se dar em espetáculo à terra tôda como a mais fútil das nações, não que, à distância de quatro anos, se desdissesse de um dos mais memoráveis atos de sua vida, trocasse de ideiáis, variasse de afeições, mudasse de caráter, e se renegasse a si mesma.

Ó, senhores, não, não e não! Paladinos, ainda ontem, do direito e da liberdade, não vamos agora mostrar os punhos contraídos aos irmãos com que comungávamos, há pouco, nessa verdadeira cruzada. Não percamos, assim, o equilíbrio da dignidade, por amor de uma pendência de estreito caráter comercial, ainda mal liquidada, sôbre a qual as explicações dadas à nação pelos seus agentes, até esta data, são inconscientes e furta-côres. Não culpemos o estrangeiro das nossas decepções políticas no exterior, antes de averiguarmos se os culpados não se achariam aqui mesmo, entre os a quem se depara, nestas cegas agitações de ódio a outros povos, a diversão mais oportuna dos nossos erros e misérias intestinas.

O Brasil, em 1917, plantou a sua bandeira entre as da civilização nos mares da Europa. Daí não se retrocede fàcilmente, sem quebra da seriedade e do decôro, se não dos próprios interêsses. Mais cuidado tivéssemos, em tempo, com os nossos, nos conselhos da paz, se nêles quiséssemos brilhar melhor do que brilhamos nos atos da guerra, e acabar sem contratempos ou dissabores."[56]

5.51. POR UMA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA: DIRETRIZES PARA A POLÍTICA BRASILEIRA NO PLANO INTERNACIONAL FACE O CONTEXTO DE 1921

"Agora, o que a política e a honra nos indicam, é outra coisa. Não busquemos o caminho de volta à situação colonial. Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo--nos das invasões econômicas. Vigiemo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas. Não nos temamos tanto dos grandes impérios já saciados, quanto dos ansiosos

56 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 82-85.

por se fazerem tais à custa dos povos indefesos e mal governados. Tenhamos sentido nos ventos, que sopram de certos quadrantes do ceú. O Brasil é a mais cobiçável das prêsas; e, oferecida, como está, incauta, ingênua, inerme, a tôdas as ambições, tem, de sobejo, com que fartar duas ou três das mais formidáveis.

Mas o que lhe importa é que dê comêço a governar-se a si mesmo; porquanto nenhum dos árbitros da paz e da guerra leva em conta uma nacionalidade adormecida e anemizada na tutela perpétua de governos, que não escolhe. Um povo dependente no seu próprio território e nêle mesmo sujeito ao domínio de senhores, não pode almejar sèriamente, nem sèriamente manter a sua independência para com o estrangeiro."[57]

5.52. CONCLUSÃO DO DISCURSO: O CHAMADO AOS JOVENS À CONSTRUÇÃO DO PORVIR E O PEDIDO DO AUTOR FEITO A DEUS PARA VER O PROGRESSO DIANTE DOS OLHOS

"Eia, senhores! Mocidade viril! Inteligência brasileira! Nobre nação explorada! Brasil de ontem e amanhã! Dai-nos o de hoje, que nos falta.

Mãos à obra da reivindicação de nossa perdida autonomia; mãos à obra da nossa reconstituição interior; mãos à obra de reconciliarmos a vida nacional com as instituições nacionais; mãos à obra de substituir pela verdade o simulacro político da nossa existência entre as nações, Trabalhai por essa que há de ser a salvação nossa. Mas não buscando

57 BARBOSA, Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 85-86.

> salvadores. Ainda vos podereis salvar a vós mesmos. Não é sonho, meus amigos: bem sinto eu, nas pulsações do sangue, essa ressureição ansiada. Oxalá não se me fechem os olhos, antes de lhe ver os primeiros indícios no horizonte. Assim queira Deus". [58]

6. CONCLUSÃO

Pela relação de itens acima disposta e cuidadosamente preparada pelo organizador, o que se pode constatar é que o discurso escrito por Rui Barbosa há 105 anos ainda se mostra importante para as novas gerações. Deve-se reconhecer que a preocupação do autor com a formação dos jovens o colocam em destacada posição no conjunto dos pensadores do Brasil. E há pensamento porque há projeto, há diretrizes. Não se tem um "nefelibata" (um idealista, um sonhador), como achincalhavam o autor. Examinando-se o texto, o que se encontra é um intelectual que se ocupa e se preocupa com uma emancipação do Brasil, com um progresso da nação que verdadeiramente atinja todas as classes sociais.

O discurso tem também a sua importância devida porque foi um dos últimos escritos deixados pelo autor. O texto concluído em 1921 se deu próximo ao falecimento de Rui Barbosa, em 1923. Escrito em circunstâncias de frágil saúde do autor, que ainda assim se prestou a não desapontar os formandos de 1920. Não os desapontou, e não os desapontando, não nos desapontou, pois temos à mão esse documento, que

58 BARBOSA. Rui. Oração aos moços. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. pp. 86-87.

em verdade se trata de um testamento político, o qual aglutina as ideias reunidas em mais de setenta anos de vida.

O organizador, ao imaginar registrar a passagem dos 105 anos da escrita do material, prestando-se a escrever um breve roteiro do que nele consta, objetivou, em verdade, demonstrar que Rui Barbosa é um autor que ainda merece ser lido, que os assuntos os quais ele se dedicara são problemáticas perenes, e que por isso ainda necessitam dos conselhos deixados por ele. A partir dos cinquenta e dois pontos numerados, verifica-se um autor ciente de sua importância, que de forma amistosa dedica linhas às vindouras gerações.

Um apelo que o organizador faz àqueles jovens que se prestaram a ler o roteiro: Que da leitura se materialize ação, que não sejam as palavras de Rui Barbosa lançadas ao vento, que não caiam elas sobre ouvidos moucos, que as páginas manuscritas por ele alcancem os vossos corações e que se impregnem pelas ideias deixadas por ele. Que sejam vocês audaciosos, corajosos, mas sobretudo conscientes da missão que se vos impõe. O direito é um complexo fenômeno de adaptação social do homem, como há tempos nos ensinara Tobias Barreto.

Tal como para o organizador, não se restrinjam aos códigos, tenham a dimensão social do direito, a dimensão política. Pelo que se pode ler das palavras deixadas por Rui Barbosa, ele recorrentemente dedica parágrafos às questões de natureza essencialmente política. É também o direito, na lição de Goffredo Telles Jr, a arte da convivência. Convivamos

pois, uns com os outros. Convivamos harmoniosamente, politicamente, como uma civilização (e no plano internacional, como humanidade) em benefício de um progresso que alcance a todos, que nos eleve simultaneamente. Sem a matriz social, não há que se falar em direito.

O discurso "Oração aos moços" é um testamento político, um escrito íntimo que o autor dedica às novas gerações, semestre após semestre, surgidas como operadores do direito. Mas não apenas a eles. Antes de haver o operador do direito, há o cidadão, há o indivíduo que vive em sociedade. Rui Barbosa, um precursor da interdisciplinaridade, também por isso, não se restringe a temáticas exclusivamente do campo dogmático jurídico. Os códigos não se lhe primordialmente importam. Importa ao autor sim, que o operador do direito tenha ínsito na sua formação o que é a justiça, que exerça o seu mister por vocação e que seja um comprometido com a construção dessa terra chamada Brasil. É um professor, um grande professor. Que nós, privilegiados por tê-lo, tenhamos também o privilégio de estarmos acercados do legado deixado por ele. Rui Barbosa merece, definitivamente a nossa atenção. Como ser humano que foi, com seus erros e acertos, assim deve ser compreendido.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.

SOARES DE MELO, José. **História da oração aos moços**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1974.

A LITERATURA E O ÓDIO DA DIREITA

Ronaldo Costa Fernandes
Titular da Cadeira XVIII da ABrL

Dá para separar o homem e o criador? Até certo ponto, dá. Mario Vargas Llosa, que já defendeu pautas da esquerda, durante boa parte da vida adulta e da velhice se tornou um reacionário, vergonhosamente defendendo figuras autoritárias da direita e extrema direita internacional. Ocorre, contudo, que Llosa, em seus livros, não demonstra nenhum viés ideológico, não há em seus romances uma defesa de regimes ditatoriais ou simpatia por personagens de extrema-direita, pelo contrário, os regimes autoritários são apresentados de forma crua e condenáveis e suas tramas estão mais para o elogio da liberdade e de causas sociais como a "biografia" da avó comunista de Gauguin, em *O paraíso na outra esquina* ou a biografia do diplomata irlandês Roger Casement, que denunciou o genocídio belga no Congo, em *O sonho do celta*.

Por seu lado, Jorge Luís Borges, num momento delicado da ditatura argentina, deu entrevista defendendo os militares. Alguns afirmam que ali perdia ele o Prêmio Nobel. O prêmio norueguês é político? Curioso observar que Jean Paul Sartre, feroz marxista, e Albert Camus, ferrenho crítico da União Soviética, também o ganharam. Logo, a afirmação acima perde um pouco de lustro. A literatura de Borges é revolucionária.

Mas, pode ser vista como escapista. Quando realista, se refere preponderantemente a uma Argentina que não é sua contemporânea. E, quando idealista, visa mundos etéreos, apresentando-se alegórica e mitológica. Contudo, o que nos interessa aqui é observar que a literatura de Borges não se mostra defensora de autoritarismo e, em nenhuma linha, se poderá encontrar um laivo qualquer do homem político que foi vigorosamente antiperonista quando Perón, ainda que populista, também podia ser visto como o defensor dos pobres.

Bem diverso, mas dentro do mesmo espectro, se encontra o caso de o Partido Comunista Brasileiro tentar criar uma cartilha de escrita baseada nas teorias de Andrei Jdanov. Raquel de Queiróz e Graciliano Ramos sofreram com a interferência do partidão que censurava obras dos dois escritores e propunha que as reescrevessem sob a égide do realismo socialista. "Esse Jdanov é um cavalo", gritou certa vez Graciliano numa reunião para discutir justamente as ideias do soviético. Os membros do partido, inclusive um crítico tão perspicaz como Astrojildo Pereira, caíra no lugar-comum de exigir dos escritores como Graciliano Ramos o herói positivo. Todas os pensamentos sonambúlicos de um herói derrotado como Luís da Silva, em *Angústia*, seriam desvios de um formalismo burguês.

O espanhol Camilo José Cela era um bom vanguardista. Dois romances são especialmente modernos: o de estreia, *A família de Pascual Duarte*, e *A Colmeia*. Este último, influenciado por John dos Passos, mostra uma Madri dos anos de Franco

sem personagem principal. A colmeia a que se refere é a multidão anônima que percorre suas páginas: pequenos burgueses, pobres, gente rica, tudo em vários ambientes como edifícios, casas, ruas e transportes. A vertente social é forte em Cela, e não se encontra, nos dois romances, deslize de cunho fascista.

Ocorre que o cidadão Cela não tinha nenhum caráter. Sua atividade política era desastrosa, cretina e perigosa. Foi censor, oferecia-se para criar um plano de cooptação de escritores, buscou os órgãos de repressão sistematicamente, elogiava o ditador. Ganhou o prêmio Nobel, o que causou repulsa ainda maior daqueles que sofriam a repressão sanguinolenta do regime franquista. Foi o fundador da editora Alfaguara em 1964. Em 1997, com a restauração democrática, posou de liberal. O rei o nomeou senador para a Constituinte.

Mais difuso é o caso de Euclides da Cunha. Até hoje, o autor de *Os sertões* é visto como um vingador social. Denunciou a violência de Estado, a histeria da sociedade, o genocídio de Canudos. Entre dois polos, ele seria posto na esquerda. Mas Euclides é mais que o erudito que escreveu sobre um morticínio. É o estilista genial, o construtor de uma linguagem própria, o fundador de uma escola que se esgota em si mesmo.

Nos últimos tempos, de revisionismo, surge outro: o Euclides racista. O problema aqui não é o homem e a obra. É a obra e a obra. Euclides condenou a mestiçagem. "A mistura das raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial." "O mestiço – traço de união entre as raças, breve existência

individual em que se comprimem esforços seculares – é quase sempre um desequilibrado", escreve. Como afirma Luís Cláudio Villafañe, na sua biografia de Euclides: "Na sua famosa frase 'O sertanejo é antes de tudo um forte', se esquece da frase seguinte: 'Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral'".

A seu favor conta que se definia como "misto de celta (branco), de tapuia e grego". Para Euclides, ao contrário da luta de classes marxista, baseado em Gumplowicz, o motor da história era a luta de raças. Com "o esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes". Cabe dizer aí que a raça forte é o branco.

Também não lhe cabe a primazia da denúncia. Euclides, que não presenciou a luta, fez paráfrases de livro de 1898 de Dantas Barreto, este, sim, testemunha ocular. Ou dos artigos, em 1897, de Siqueira de Menezes em *O paiz*.

Gilberto Freyre já havia "inocentado" Euclides da desatualização metodológica, do anacronismo de vários conceitos sobre antropologia, sociologia, botânica e geologia. O poeta havia se sobreposto ao cientista. O artista havia interpretado com palavras cheias de força... "os sertões abandonados, os sertanejos esquecidos".

Mesmo encantado com a expressão mais idiossincrática de Euclides, não posso deixar de registrar que muito do brilho das leituras anteriores se perdeu. Fico me perguntando até onde o encantamento pode persistir ao saber do crivo preconceituoso e visão deforme da realidade. Afinal, Euclides

não é um ficcionista, não escreve um romance. *Os sertões* é um livro de pensamento, ensaístico, que permanece por seu alto grau estético. A ideologia infunde toda uma visão do que vê, relata, comenta, e enfraquece a exuberância formalista, o rebuscamento estilístico, a força do relato que se quer "documental", mas se mostra impressionista.


ORAÇÕES
ACADÊMICAS

DISCURSO DE POSSE DE FABIO DE SOUSA COUTINHO NA ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS - ACL

Rio de Janeiro - RJ, 10 de junho de 2026

Presidente Adriano Espínola,

Confreiras e confrades da Academia Carioca de Letras,

familiares e amigos,

senhoras e senhores,

A ratificação da investidura em uma prestigiosa entidade literária, nesta data, ultrapassa, de modo considerável, os limites de uma simples coincidência. Trata-se, sem exagero, de evidente sincronicidade junguiana: 10 de junho é o dia da morte, na Lisboa de 1580, de Luiz Vaz de Camões, e, por tal razão, ficou consagrado como o Dia de Portugal, das Comunidades Portuguesas e do próprio Camões. Amplamente reconhecido como o maior poeta de nosso idioma, Camões, influenciado pelos colossais Dante Alighieri, Homero, Virgílio, Francesco Petrarca e Ludovico Ariosto, escreveu obra destinada à perenidade, ao respeito e à admiração de quantos forem seus contemporâneos em qualquer futuro em que haja vida humana.

A data de hoje, ainda no âmbito das sincronicidades, assinala o natalício, em 1952, aqui mesmo no Rio de Janei-

ro, de um escritor que figura, há anos, e muito acima de favor de qualquer ordem, no topo da pirâmide intelectual do Brasil, destacando-se como virtuoso mestre, cultíssimo ensaísta e poeta de alto refinamento estético, daqueles com plena consciência de que o artista, na expressão de Edward Said, é um doador de forma. Por último, mas não menos relevante, o aniversariante de hoje é condutor de lúcida, justa e consistente reverência a alguns dos principais criadores da poesia de língua portuguesa.

Tais virtudes, em perfeita e reveladora síntese, se manifestam nos versos que passo a ler, com grande júbilo e fraternal estima:

NA ANTESSALA

Espalhei dezoito heterônimos
em ruas do Rio e Lisboa.
Todos eles, se reunidos,
não valem um só de Pessoa.

Trancafiei-me num mosteiro,
esperando de Deus um dom.
O que Ele me deu foi pastiche
da poesia de Drummond.

Ressoa na minha gaveta
um comício de versos reles.
Em coro parecem dizer:
Não somos Cecília Meireles.

O desavisado leitor
espere bem pouco de mim.
O máximo, que mal consigo,
é chegar a Antonio Secchin.

O patrono da Cadeira 23 desta casa é o médico e historiador carioca José Vieira Fazenda. Sua obra de cronista, publicada a partir de 1896 no jornal *A Notícia*, com base na consulta meticulosa de arquivos e de velhos documentos até então mal conhecidos, tratou de assuntos históricos, usos e costumes, monumentos e tradições da capital de todos os brasileiros. Os artigos estão plenos de lendas e episódios pitorescos, como na série *Coisas de outro tempo,* em que o autor descreve a curiosa história do boi Patrício. Segundo Vieira Fazenda, o boizinho chegou ao Rio de Janeiro em 1808, na proa de um dos navios que trouxeram a Família Real Portuguesa e membros da corte, passando a gozar de uma estada bastante fidalga em terras brasileiras.

Em seu *Dicionário da Hinterlândia Carioca*, Nei Lopes informa que a atual estação férrea do Jacarezinho, inaugurada em 1908, chamava-se originalmente Vieira Fazenda, em homenagem ao "maior conhecedor da história da cidade em seu tempo." Atualmente, uma rua do bairro do Jacaré tem seu nome, bem como uma ruela no centro desta cidade, ao lado da sede social do Clube Naval.

Os cinco ocupantes iniciais da Cadeira 23, meus ilustres antecessores, eram, majoritariamente, a exemplo de nosso patrono, médicos, ou integrantes de profissões relacionadas

à Medicina. O primeiro deles, M. Nogueira da Silva, foi o autor de *Pequenos Estudos sobre Arte, Pintura, Escultura,* livro publicado em 1926, ano da fundação da agora centenária Academia Carioca de Letras. Em seu tempo, Nogueira da Silva chegou a ser considerado, pela qualidade de artigos na *Gazeta de Notícias* e em *A Notícia,* um dos melhores comentadores da obra de Gonçalves Dias.

Seu sucessor, Carlos Benjamin da Silva Araújo, fluminense de Niterói, formou-se em 1919 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Um ano antes da conclusão do curso, devido à morte do irmão, assumiu a direção do Laboratório de Análises Clínicas Silva Araújo, responsável pela fabricação de vacinas de elogiável alcance social. Eleito, em 1932, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Carlos da Silva Araújo teve extensa participação em inúmeras outras entidades especializadas. Faleceu aqui no Rio de Janeiro em 1976, a duas semanas de completar 82 anos de idade.

O terceiro titular desta Cadeira foi o médico e escritor baiano Olavo Dantas Itapicuru Coelho, autor de vasta obra poética, que inclui títulos como *Folhas de Acanto, Lanternas do meu caminho, A ilha não achada, A Alma das Horas, Vida quase Saudade, O Vale das Esmeraldas, Camões e a Armada Imortal* e *Mar das Caravelas – Epopeia do Mar;* na prosa, Olavo Dantas escreveu *A glória de Alberto de Oliveira, Sob o céu dos trópicos, Gaivota dos Sete Mares, O romanceiro do Mar, Nas voltas do Mar,* e dois romances, *Rosa do Mar Salgado* e *Damas do Naipe do Amor.* Foi diretor do Hospital Naval de Salvador e, na déca-

da de 1980, mudou-se para a Cidade Maravilhosa, onde veio a falecer, já quase centenário, em 1997.

Geraldo Halfeld, o quarto ocupante da Cadeira 23, era graduado em Farmácia e Odontologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, a mesma instituição em que veio a ser docente nas especialidades de sua educação formal.

Transferiu-se para a então Capital da República em 1956, aqui desenvolvendo intensa atividade empresarial e associativa. Por ocasião de sua candidatura a membro titular da Academia Nacional de Medicina, em 1973, apresentou memória intitulada *Doença de Chagas. Novas perspectivas de cura.* Quando de seu passamento, há exatos 20 anos, em junho de 2006, era portador de emerência alcançada alguns lustros antes.

Meu antecessor imediato, Omar da Rosa Santos, era um carioca da gema, nascido em 20 de maio de 1940. Graduou-se em 1964 pela Escola de Medicina e Cirurgia da UNIRIO e nela galgou todas as posições do magistério universitário, a partir do ano seguinte à formatura: professor Auxiliar, Assistente, Adjunto e Titular de Clínica Médica. Integrou inúmeras entidades científicas e culturais, brasileiras e do exterior, mormente no âmbito de sua expertise. A exemplo de Carlos da Silva Araújo e de Geraldo Halfeld, era Membro Titular da Academia Nacional de Medicina, a que submeteu, ao candidatar-se, estudo sob o título *Contribuição ao conhecimento das Nefropatias vinculadas à infecção pelos vírus de imunodeficiência humana.* Em 7 de novembro do ano passado, aos 85

anos de idade, Omar da Rosa Santos faleceu em nossa cidade natal.

Não posso deixar de mencionar que, em 1977, já com muitos anos de prática profissional da Medicina, Omar se tornou Bacharel em Ciências Jurídicas, presumivelmente sob a influência dos incontáveis bacharéis com quem conviveu, durante quase duas décadas, à frente do Departamento de Saúde do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A particularidade de passar a pertencer, a partir de agora, a uma Cadeira anteriormente ocupada por médicos escritores vem ao encontro de uma fascinação literária que me acompanha há várias décadas: a leitura da prosa de ficção produzida por escritores médicos, máxime na literatura lusófona do Brasil e de Portugal. Com efeito, e ao longo da vida, tenho sido leitor de Manuel Antonio de Almeida, autor de *Memórias de um sargento de milícias,* considerado o primeiro romance urbano de nossa literatura e precursor do realismo no País; de Joaquim Manuel de Macedo, que escreveu romance pioneiro do romantismo brasileiro, *A moreninha;* de Afrânio Peixoto, que nos legou o seminal *A Esfinge;* de Jorge de Lima, o extraordinário poeta de *Invenção de Orfeu;* do genial João Guimarães Rosa, cujo *Grande Sertão: veredas* é tão meritoriamente festejado neste septuagésimo ano de sua publicação; de Dyonelio Machado, autor de *Os ratos* e de *O louco do Cati,* este uma narrativa de deslocamento, arbitrariedade e silêncio sob a sombra do autoritarismo; do igualmente gaúcho Moacyr Scliar, de *A mulher que escreveu a Bíblia, A orelha de Van*

Gogh e tantos outros; de meu coetâneo Ronaldo Correia de Brito, autor dos impressionantes *Galileia* e *Rio Sangue;* dos portugueses Miguel Torga, dos magistrais *Contos da montanha* e de *O Senhor Ventura,* e o recentemente falecido António Lobo Antunes, de *O esplendor de Portugal* e *Exortação aos crocodilos.* Enfim, uma plêiade de formidáveis escritores, todos de formação e profissão nas ciências biológicas, que como que me anteciparam o afortunado destino acadêmico que ora se materializa com esta posse na Cadeira dos médicos da Academia Carioca de Letras.

Além dessa pontual referência biográfica, mesmo crendo que não se deve falar de si sem transformar o eu num espetáculo contínuo e exaustivo, autorreferente e inócuo, podem caber algumas palavras sobre o que significa para mim a entrada na Casa de Anchieta.

Para tal, permito-me voltar, em reiteração, ao texto da mensagem que enderecei a todos os membros da Academia Carioca de Letras, logo após tomar ciência da votação levada a cabo no último dia 29 de janeiro. Naquela hora, inspirado em Antoine de Rivarol ("O intelecto é o lado parcial do homem: o coração é o todo"), procurei traduzir, com a cabeça e a alma, a importância de ingressar nesta academia e, também, o que tem representado a militância acadêmica em outra entidade do gênero:

> Às Acadêmicas e aos Acadêmicos da Academia Carioca de Letras,
>
> Graças à generosidade de seu voto, passo a compor o quadro de membros efetivos da Academia Carioca de Letras, no ano em que se celebra o centenário de sua fundação.

> Além dos momentos de alegria e felicidade que me acompanham desde a eleição, devo registrar a honra que levarei comigo, para sempre, pelo fato de fazer parte da academia que ostenta o gentílico de minha querida e admirada cidade de nascimento. Ser carioca é das condições existenciais de que mais me orgulho, e integrar esta Academia, carioca há 100 anos, distinção de que buscarei estar permanentemente à altura, sem concessões ou recuos.
>
> Trago uma vivência de quatorze anos na Academia Brasiliense de Letras, os últimos sete, como seu presidente, atento à importância de uma atuação cultural proativa e intelectualmente elevada, saudável e ricamente acolhedora em sua trajetória. Esse é o espírito que deverá caracterizar minha presença junto a vocês, sem jamais negligenciar a relevância da eleição desta tarde, seguramente um dos pontos mais altos da aventura vital que me foi permitido experimentar até esta parte.

Mais do que expressei naquela encantada circunstância, vejo as academias como contrapartida de propostas autocráticas, preconceituosas e distópicas. Sua vocação institucional, como protagonistas, em âmbito regional, do que modernamente passou a chamar-se "soft power", implica um alinhamento incondicional com a inclusividade, devendo, a meu sentir, posicionar-se invariavelmente contra o fascismo racial, a misoginia estrutural, o etarismo obscurantista, o democracídio e outros tantos infortúnios de nossos tempos.

Em oposição intelectual e cultural a toda sorte de negacionismos, na vida das academias de letras impõe-se estar sempre presente a exaltação da ciência e a preservação resiliente de uma das maiores invenções humanas de todas

as eras, o livro. Aquele objeto sagrado sobre o qual o escritor mexicano Carlos Fuentes disse tratar-se de "um ser de carne e osso". Com o livro, pelo livro e para o livro dar-se-ão a resistência e o combate a uma visível e ameaçadora quadra pós-humana, de perigosa prevalência do artificialismo e da superficialidade.

Registro, afinal, que estão hoje, entre nós, nestes momentos de genuína felicidade, alguns colegas e amigos da infância, adolescência, juventude e início de exercício da advocacia neste que é o Distrito Federal de minha certidão de nascimento, o Rio de Janeiro dos bairros do Jardim Botânico, do Leblon e de Botafogo, da Lagoa Rodrigo de Freitas, da Praia do Arpoador, do Colégio e do Mosteiro de São Bento, da Faculdade de Direito da Rua do Catete, do Café Lamas do Largo do Machado, do Teatro Municipal, da Livraria Leonardo da Vinci, da Rua Ataulpho Coutinho, do Estádio Mário Filho, do Fluminense Futebol Clube e de tantas outras maravilhas cuja enumeração taxativa poderia instalar o enfado em hora reservada apenas à convivência amena e cordial.

Srs. Acadêmicos, Sras. Acadêmicas,

Ao me abrigar em sua honrosa companhia, V.Sas. dignificaram uma existência dedicada à bibliofilia, à palavra escrita e impressa, à paixão da leitura, ao reconhecimento de que os livros, sobretudo os clássicos, aqueles que, nascendo e permanecendo contemporâneos, permitem fazer a vida menos vulnerável aos estorvos do quotidiano e, em alguma medida, não tão avassaladoramente sartreana, naquilo em que nos en-

sejam isolar as mazelas e a miséria que perpassam as trajetórias de todos e de cada um.

A teor do que tenho feito constante e prazerosamente ao longo dos últimos cinquenta anos de infindáveis e compensadoras leituras poéticas, pois "um poema deve ser uma festa do intelecto", como disse Paul Valéry, recorro a outro magnífico bardo, o carioca Vinicius de Moraes, para, em paráfrase da estrofe inaugural de um de seus mais célebres sonetos, revelar a todos os que aqui vieram, a quantos cá não puderam estar, e mesmo àqueles que não mais figuram em nosso espaço físico, que

De tudo, à gratidão serei atento
Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto,
Que mesmo em face do maior encanto
Dela se encante mais meu pensamento.

E ainda, como assinalou Elvia Bezerra, lembrando o seu "grande querido", em uma entre tantas passagens memoráveis de *A trinca do Curvelo,* os afetos de Manuel Bandeira,

"Gratidão, é melhor não esconder. São sempre poucas as oportunidades de tê-la."

Muito obrigado.

DISCURSO DE POSSE NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – IHGB

Lucilia de Almeida Neves Delgado

Rio de Janeiro - RJ, 27 de agosto de 2026

Boa tarde!

Ilustre Presidente Victorino Coutinho Chermont de Miranda e ilustres demais integrantes da Diretoria do IHGB.

Saúdo todos os sócios componentes do IHGB, e com especial gratidão, Paulo Knauss, Lúcia Guimarães e André Heraclio que, juntamente com as associações nacionais, ANPUH e a ABHO, instituições das quais fui Vice-Presidente e Presidente, indicaram-me para compor os quadros desta que é a mais importante Casa da Memória Brasileira. André Heráclio não poupou esforços nos contatos que fez comigo em Brasília.

Saúdo também a senhora Tupiara Marchareth Ávila Dias, secretária executiva desta Casa. Com gentileza e simpatia, não poupou esforços na organização desta cerimônia

Com gratidão e muito emocionada!

Peço-lhes ainda licença para abraçar os colegas e amigos historiadores e cientistas políticos aqui presentes nas pessoas de Marieta de Moraes Ferreira, minha parceira de produção historiográfica e Andrea Casanova Maia, outrora orientanda e hoje reconhecida professora, da UFRJ.

Agradecer aos colegas da UFMG, PUC Minas e UnB, pela parceria e companheirismo no desenrolar do desafiante cotidiano da vida acadêmica. Na oportunidade rendo minha homenagem, em memória, à Professora Doutora Maria Efigênia Lage de Resende, sócia desta Casa, Professora Emérita da UFMG e minha amiga de fé e de vida.

Enfatizar profundo respeito a todos os professores responsáveis pela minha formação, nas pessoas de, Albertina Simões e Ernestina Simões (em memória), minhas professoras de História e Geografia, no antigo Curso Ginasial, Nilo Camilo Ayupe (em memória), meu professor de português no antigo Clássico, Vera Lúcia Costa de Melo Reis, minha inspiração maior, no Curso de História da UFJF, , Michel Marie Le Ven (em memória), meu orientador de mestrado na UFMG e Leôncio Martins Rodrigues (em memória), meu orientador de doutorado na USP.

Com amor que eu não sabia existir, oferecer aos meus netos Francisco, Isabela, Lúcia e João dádivas de esperança e votos de fértil caminhada. À nossa Clarinha (em memória) enviar afeto de luz, que espero receba no infinito onde vive.

Abraçar, com carinho amoroso, minhas filhas Gabriela e Marina pelo bem e felicidade que trouxeram para mim. Agradeço-lhes por suas presenças em minha vida assim como por me nutrirem com amor. Dádiva maior não conheço.

Render pleito de gratidão:

À minha mãe, Gabriella, que me deu a vida como presente, e dela se foi quando eu, tão pequenina, ainda não sabia en-

frentar desafios e muito menos a dor de uma dor imensurável, que se tornou eterna.

Ao meu pai, Roberto, esteio de intenso amor, dedicação cotidiana e principal suporte de quem sou. Continuo, na alta maturidade, recebendo seu carinho e espelhando-me nos seus exemplos de dignidade, coragem e bem viver.

À Eugênia Franco, minha mãe de cotidiano amor e de contação histórias que estimularam minha imaginação.

Aos meus irmãos, Breno (em memória), Lúcio e Magda, por serem sempre afetuosos à irmã caçula que chegou, com algum atraso, ao núcleo familiar.

À Magda, especialmente, irmã e também colega de profissão, além de amiga desde sempre, oferto toda afeição que em mim cabe.

Ao Mauricio, pela caminhada conjunta por mais de 50 anos, ofereço amor solar.

Prezadas senhoras e prezados senhores!

Tancredo de Almeida Neves: trajetória política e concepção de democracia

São muitos e diferentes os dilemas e desafios que fazem do ofício de historiador uma das mais fascinantes e eruditas profissões. Entre eles, destaco a inter-relação entre memória e História. Os historiadores que se dedicam à História do Tempo Presente e que lidam com as interseções do lembrar, esquecer e produzir conhecimento histórico conhecem os desafios metodológicos inerentes a essa tarefa. Assim acontece comigo.

Escolhi dedicar-me a estudar História por razões da minha vida pessoal, interligada que foi à História do Brasil, no início da década de 1960. Tinha tão somente nove anos quando, por injunções familiares, no caso a derrota eleitoral de Tancredo de na eleição para o Governo de Minas Gerais, passei a prestar atenção, com percepção ainda infantil, aos acontecimentos políticos que marcaram minha família e a mim mesma.

Um ano depois, com apenas 10 anos, vivenciei a época em que Tancredo de Almeida Neves tornou-se Primeiro Ministro do governo federal brasileiro. Posto político maior não havia, embora compartilhasse o poder central com o Presidente da República João Goulart. Era o ano de 1961 e o sistema de governo parlamentarista foi instalado no Brasil em decorrência da crise institucional, de imensa gravidade, decorrente da renúncia do então Presidente Jânio Quadros e da recusa de seus ministros militares e significativos setores conservado-

res à posse do Vice-Presidente, o histórico trabalhista, João Belchior Marques Goulart. Após delicadas e densas tratativas, nas quais Tancredo Neves teve decisiva participação, Goulart tomou posse, com seus poderes limitados. Tancredo, todavia, com explícita lealdade, trouxe para o campo governamental a já histórica parceria político-partidária, PSD/PTB. Parceria que incluía, evidentemente, o Presidente Jango.

Fui inteiramente cativada pela correnteza familiar, colhi sentimentos de vitória, compartilhando-os com amigos, vizinhança, colegas de colégio e professores, que passaram a me ver e à minha família com uma importância para mim desconhecida. Com alegria, absorvi esses devaneios de importância fugaz, sem nada saber sobre as mudanças de ventos do poder e suas repercussões nas vidas das pessoas.

Não durou muito esta fase histórica, e circunstâncias externas à minha vida privada trouxeram outra visão das pessoas sobre minha família e, por decorrência, sobre quem eu era no pequeno mundo onde me situava.

É que o Parlamentarismo não se sustentou por longo tempo, sendo que Tancredo Neves deixou de ser o Primeiro Ministro, ao passo que, logo a seguir, João Belchior Marques Goulart assumiu os poderes presidenciais inerentes ao sistema presidencialista, amplamente aprovado em escrutínio nacional. Menos de dois anos depois de retornado o presidencialismo, João Goulart foi deposto por um golpe de estado. Meu pai, General Roberto de Almeida Neves, por se recusar a participar da empreitada que não só destituiu o Presidente

da República como o obrigou a refugiar-se no exílio, amargou prisão domiciliar em Juiz de Fora e, poucos meses depois, foi transferido para a reserva.

Tancredo Neves, por ser extremamente hábil e ter relações extensas e variadas decorrentes de sua capacidade de construção de consensos, recolheu-se a uma discreta posição parlamentar. Ele o fez não sem antes, com ênfase e coragem, protestar, no plenário da Câmara dos Deputados, contra a deposição do Presidente da República que havia sido constitucionalmente eleito, além de se abster de votar no Marechal Castelo Branco para ocupar o cargo presidencial federal brasileiro. Sua justificava para a significativa abstenção está registrada na ata daquela eleição indireta.

Meu mundo de menina, que crescia com aconchego e alegria na cidade de Juiz de Fora, onde meu pai servia às Forças Armadas, virou de ponta à cabeça. Olhares de esguelha e certo silenciamento ao meu redor, tudo me fez perceber, aos 12 anos de idade, que o mundo era muito maior do que eu aventava e que as transformações políticas podiam afetar, e muito, a vida das pessoas.

Ao meu redor passaram a pulular notícias sobre militares que eram punidos, políticos cassados, sindicalistas presos, torturas, pessoas que partiam para o exílio – tortura e exílio, a propósito, tristes novas palavras que passaram a integrar meu ainda escasso vocabulário.

Eu não sabia, mas nasceu naqueles dias desta conturbada e triste conjuntura a historiadora e cientista política que hoje sou.

Por essa razão, peço aos parentes, amigos, colegas historiadores, confreiras e confrades, alguma compreensão sobre a inter-relação das minhas memórias com a História e sobre a minha opção de ser uma historiadora do tempo presente, do período republicano contemporâneo brasileiro, que fez da História e da Ciência Política suas escolhas de vida profissional.

Uma historiadora que ousa discursar, nesta Casa da Memória Nacional, sobre um homem público que é irmão do seu pai e, ao termo e ao cabo, seu padrinho de batismo. O que muito significa para uma pessoa nascida em São João Del Rei, cidade imbuída de intensa religiosidade e de fortes tradições familiares e regionais.

Tenho consciência de que tais condições em muito complicam as dificuldades de construção, com densidade narrativa, as complexas relações entre o que, na História, mostra-se estrutural ou conjuntural. Mostra-se factual e memorial.

Trajetória de um Democrata:

Discorrer sobre a longa e fértil trajetória de vida de Tancredo Neves nas poucas páginas de um discurso é tarefa não só desafiante, como ousada. Com escrúpulos peculiares à cautela dos que nascem e crescem em Minas Gerais, tentarei realizá-la, dividindo-a em diferentes fases.

Infância e Formação

Francisco de Paula Neves e Antonina de Almeida Neves constituíram uma prole de 11 filhos, todos nascidos em São João Del Rei. Tancredo Neves foi um deles.

Sua infância e adolescência foram permeadas pela fé católica e pela absorção de valores liberais, herdados do pai, das leituras ora exigidas pelo colégio Santo Antônio, onde estudou, ora disponíveis na biblioteca de sua residência. Eram livros de teoria política humanista e iluminista, além de romances dos grandes literatos, em especial franceses e portugueses, que escreveram ao final do século XIX e início do século XX.

O conteúdo iluminista absorvido naqueles anos acompanhou-o no Curso Direito da hoje Universidade Federal de Minas Gerais, e ao longo da sua vida. A este conteúdo, Tancredo Neves adicionou um sólido suporte harmônico de nacionalismo, desenvolvimentismo e de justiça social – este último pilar buscado na Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII.

Centralidade da Política

No período compreendido pelos anos de 1935 a 1964, Tancredo fez da política a sua razão de vida, influenciado pelo conterrâneo Augusto Viegas, que trazia em si sólida cultura liberal e democrática. A Augusto Viegas, dedicou respeito e gratidão permanentes, traduzidos no nome escolhido para seu filho, Tancredo Augusto Tolentino Neves.

Foi vereador e, em seguida, sempre pelo Partido Social Democrata, o antigo PSD, deputado estadual, relator da Constituinte Mineira de 1947, deputado federal, Ministro da Justiça no segundo governo de Getúlio Vargas, Presidente da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil no Governo Juscelino Kubitscheck, candidato derrotado ao Governo de Minas

Gerais em 1960, Primeiro Ministro, de 1962 a 1963, e líder do Governo Goulart na Câmara dos Deputados, de 1963 a 1964.

Tempo de cautela e resistência

A deposição do Presidente Goulart em 1964 e o fim do pluripartidarismo, por ato de força governamental, levou Tancredo Neves a participar da fundação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o desafiou a agir com habilidade e extrema cautela. Desta posição de cuidado e pouca visibilidade afastou-se somente em três ocasiões, ao discursar, no plenário do Congresso Nacional, com indignação e sólidas críticas à condição de arbítrio que dominava o Brasil, quando das mortes dos presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart e por ocasião de sua despedida do Senado Federal.

Nesse período, que se estende de 1964 a 1982, Tancredo foi deputado federal e senador, exercendo sempre uma oposição calculada aos governos dos presidentes generais. Cuidado que precisou ser aumentado após a promulgação do AI5, em dezembro de 1968. Sobre o AI5, afirmou: "(...) *foi ao meu ver, o instrumento mais repressivo que existiu na civilização dos povos cultos."*

Novos ares e o caminho para a democratização (1978-1985).

O desgaste do período ditatorial começou a ganhar gradativa envergadura em decorrência, entre outros fatores, da atuação oposicionista dos deputados do MDB, conhecidos como "autênticos", e das manifestações corajosas de artistas,

cientistas e intelectuais, além do próprio movimento sindical. A força da oposição aumentou quando uma parte de segmentos das esquerdas, antes restringida à clandestinidade em face do regime autoritário, bem assim à defesa de objetivos socialistas, migrou para o espaço público e passou a defender uma transição democrática ampla, bastante diferente da proposta governamental de distensão meramente "lenta, gradual e segura".

Foi naqueles dias, entre oscilações de alguma abertura e novos fechamentos do regime militar, que manifestações de movimentos políticos e sociais ganharam força como oposição. Destacam-se um amplo surto grevista impulsionado por sindicalistas do ABC, liderados por um então jovem líder sindical, hoje Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a Campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, o Movimento Feminino pela Anistia, e a Campanha pelas Diretas Já.

Entre as idas e vindas do governo federal autoritário, as eleições diretas para os governos estaduais, abolidas em 1966, foram restabelecidas no início dos anos 1980. Tancredo Neves candidatou-se ao Governo de Minas Gerais pelo PMDB e, 42 anos após a sofrida derrota de 1960, realizou o sonho que acalentou durante todos aqueles anos. Empossado como Governador das Minas e das Gerais, seu olhar mirou mais alto e alcançou a Presidência da República.

Transição negociada

O objetivo de que o Brasil voltasse a eleger, por via direta, seu Presidente da República, ganhou força indescritível, com a apresentação ao Congresso Nacional da Emenda das Diretas, pelo Deputado do PMDB, Dante de Oliveira. Em 1984, a campanha pelas "Diretas Já" tomou conta do Brasil, mas o Congresso Nacional não a aprovou o voto direto pra presidente da república e o caminho da eleição indireta passou a ser a única opção possível para o encerramento do ciclo do governo militar

Tancredo Neves, após intensas negociações, que abrangeram militares de alta patente, setores e políticos governistas, lideranças civis conservadoras e moderadas e organizações e partidos de esquerda, sagrou-se como candidato da oposição ao pleito presidencial indireto. Seu vice, José Sarney, era originário do antigo partido governamental, a ARENA. Neste contexto, seus apoiadores traziam em si diferentes colorações. Mas, naquele momento histórico, o que importava era derrotar o candidato do governo federal, Paulo Salim Maluf.

Em uma campanha monumental, Tancredo de Almeida Neves percorreu o imenso território do Brasil, discursou em comícios, negociou com associações da sociedade civil, grupos e instituições religiosas, sindicatos e, principalmente com políticos que integravam o colégio eleitoral.

Eleito, procurou construir legitimidade internacional para o resultado do pleito presidencial, pois sabia que os ali-

cerces da transição democrática não eram suficientemente sólidos. Enfrentou o inverno do hemisfério norte e visitou, além do Papa João Paulo II, importantes países como Itália, França, Espanha, Portugal, EUA e finalmente, já no hemisfério sul, a Argentina.

Mas o inesperado aconteceu. Após o intenso esforço realizado, adoeceu gravemente, não chegando a ser empossado como Presidente da República Federativa do Brasil. Após sofridos mais de 40 dias de adoecimento e diversas cirurgias, Tancredo Neves faleceu no dia 21 de abril de 1985.

Uma comoção dolorosa abateu-se sobre o Brasil. A conta da transição chegou excessivamente mais cara do que se podia imaginar.

Interpretações sobre Tancredo Neves e sua atuação na transição democrática

No campo da política, a construção de consensos, como ressalta Tancredo Neves, só existe pela necessidade democrática de, em contextos cruciais, reunir em torno de um mesmo objetivo segmentos e pessoas de diferentes concepções ideológicas e políticas. Assim aconteceu com a difícil transição democrática no Brasil, que durou mais de uma década e foi permeada por inúmeras e profundas divergências quanto às estratégias a serem adotadas.

Os desdobramentos dos acontecimentos, à luz de diversos suportes teóricos e metodológicos, integram as divergências registradas em torno das interpretações sobre a atuação de Tancredo Neves, em especial no que tange ao processo de transição.

Com sua mente pluralista, ouso supor que o próprio Tancredo Neves gostaria de conhecê-las.

Elas englobam:

- as que ressaltam seu heroísmo e capacidade aprimorada de articulação. Neste bloco, identifico, sobressai entre outros, o historiador e economista Ronaldo Costa Couto.
- as que consideram central o papel dos meios de comunicação na construção mítica de sua atuação e personalidade. O principal autor desta linha de abordagem é o historiador Rodrigo Francisco Dias.
- as que entendem que, em decorrência de sua aprimorada percepção estratégica e capacidade de construção de alianças, Tancredo Neves optou pelo modelo de transição preferido pelos militares, objetivando evitar qualquer tipo de retrocesso. Entre os autores que adotam esta linha interpretativa inscrevem-se Bolívar Lamounier, Maria Dalva Gil Kinzo, José Alvaro Moisés e Élio Gaspari.
- As que criticam a atuação de Tancredo Neves, por entenderem que contribuiu, de forma definidora, para uma transição tida por eles como conservadora, pelo alto, pactuada entre elites políticas, civis e militares. Esta linha tem como destaques Daniel Aarão Reis, Florestan Fernandes, Emir Sader, Alberto Tosi e Domingos Leonelli.
- as que entendem que a atuação de Tancredo Neves, no período da transição e do pacto político

essencial a ela, deve-se a três fatores, em geral intrincados entre si: correlação de forças na respectiva conjuntura; personalidade negociadora inerente a este clássico político brasileiro, que foi consolidada em inúmeros anos de trajetória política intensa; por fim, a marcante cultura conciliadora brasileira, que quase sempre absorveu ou construiu fundamentos políticos de modernização conservadora. Entre os adeptos desta interpretação, destacam-se Eli Diniz, Wanderley Guilherme dos Santos, Luiz Werneck Vianna, José Murilo de Carvalho, Luiz Carlos Bresser Pereira, Marieta de Moraes Ferreira, Maria Victória Benevides, Maria Helena Moreira Alves e Maria Paula Araújo. Penso que, nesta vertente interpretativa, predomina, sobre uma visão essencialmente conjuntural, uma análise que vislumbra uma maior duração do processo histórico.

Considero importante registrar que novos estudos decorrentes de dissertações de mestrado e teses de doutorado têm trazido à tona ricas interpretações sobre Tancredo Neves, sua trajetória e sua atuação na transição política dos anos de 1980. Todavia, é impossível identificar e detalhar todas por ocasião de um discurso de posse. Neste quadro, decidi então concentrar-me nos autores mais veteranos da Ciência Política e da História da República Brasileira.

Por fim, é importante reconhecer que nenhuma das interpretações sobre o político Tancredo Neves deixa de nele reconhecer um democrata clássico.

As concepções políticas de Tancredo Neves

Democracia como valor universal e base da liberdade

A concepção de democracia de Tancredo de Almeida Neves refere-se aos institutos clássicos da democracia liberal, ou seja: direito universal ao voto, alternância no poder, sistema partidário pluralista, equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, livre expressão de pensamento, federalismo, anti-centralismo e ordem constitucional vinculada às prerrogativas constituintes do Poder Legislativo.

A influência do pensamento liberal e democrático, que floresceu no século XVIII e se expandiu e se aperfeiçoou nos séculos seguintes, consagrando mundialmente os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade (ou solidariedade), tem registro explícito em sua postura política e em suas manifestações. Ainda em 1953, Tancredo afirmou:

> "*Devo, então, dizer que aceito os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, mas como de origem e substância cristã, pois o cristianismo é que proclama o homem ser livre e responsável, considera-nos a todos iguais e irmãos e reconhece que todos temos direito a participar dos bens terrenos, pelo menos na medida de nossas necessidades, a fim de podermos praticar a virtude e realizar o nosso destino. Considero a democracia como o regime de governo mais apto à promoção do bem comum, reconhecendo que a soberania reside no povo (...)*

O líder político brasileiro definia também a democracia como contraposição ao autoritarismo e à concentração de renda. Assim, em discurso realizado em 1978, afirmou:

> "Realizou-se o milagre brasileiro, promoveu-se o crescimento desmedido do nosso Produto Interno Bruto (PIB), tudo através de uma desumana acumulação capitalista à custa dos mais pobres. Marginalizado politicamente, o nosso povo viu deteriorar-se a sua qualidade de vida, além de se lhe impor um regime de duras e implacáveis privações, que lhe quebra a resistência cívica e o condena à submissão política e econômica.
>
> *Estão ficando cada vez mais distantes os horizontes de uma sociedade pluralista, solidária, cordial e unida, que harmonize, em favor de nosso povo, uma clarividente política de bem-estar, uma sadia atmosfera de justiça social, com desenvolvimento e liberdade democrática.*"

Quanto aos partidos políticos, Tancredo Neves sempre os considerou ingredientes primordiais da prática democrática. Eis suas palavras:

> "*Estruturar uma democracia, sem aprimorar o seu regime partidário e sem aperfeiçoar a sua organização eleitoral, é realizar obra precária e insustentável(...)*"

A concepção democrática de Tancredo Neves atualizou-se no decorrer de sua trajetória, com inclusão em seu pensamento de uma moderna ideia sobre cidadania republicana, referida ao povo e não estritamente ao Estado. Imbuído dessa concepção manifestou-se em discurso da campanha presidencial:

" (...) *república e cidadania são indissociáveis. Elas se engrandecem ou se degradam juntas, tendo sempre o mesmo destino.*

Não haverá no Brasil uma república sadia e estável sem se refazer a realidade e a mística da cidadania como origem do poder político do Estado e condição maior da existência dos direitos e liberdades da pessoa humana, independente de riqueza, raça, sexo ou credo".

Uma nação de todos os cidadãos

No período compreendido entre os anos de 1935 e 1960, a palavra "nação" integrava o vocabulário e o cotidiano da vida política brasileira. Tancredo era filho de seu tempo e associou-se aos valores e projetos de sua época. Desenvolveu, todavia, uma concepção de nacionalismo muito peculiar, vinculada mais ao conceito de povo e de bem-estar da comunidade do que ao conceito de Estado. Uma concepção que o acompanharia em toda a sua trajetória, constituindo-se em esteio fundamental de suas ações.

"Meus amigos, o que é a pátria senão o povo, em suas tradições, seus sentimentos, sua história? Amar a pátria não é amar suas montanhas, seus mares, seus rios, porque são rios, mares, montanhas. Amar a pátria é amar cada um de nossos irmãos que nela vivem, trabalham e sofrem. Não se ama a pátria quando se despreza o povo."

Nacionalismo e inclusão social

Forte influência sobre a concepção nacionalista de Tancredo Neves pode ser buscada novamente em Getúlio Vargas,

contudo com diferença substantiva ao pensamento do presidente trabalhista, que tinha na instituição estatal sua principal referência. Para Tancredo, o núcleo do nacionalismo, embora consideradas as razões e atribuições do Estado, advinha do povo, no sentido amplo da palavra.

O nacionalismo de Tancredo de Almeida Neves era, sobretudo, projetivo. Incluía uma clara noção de que a "*pátria é democracia, razão, liberdade, cidadania e dignidade do povo.*" Em discurso preparado para a posse de seu ministério, em 1985, visualizou um futuro de esperança e inclusão social para a nação brasileira.

> "*Senhores Ministros:*
>
> *Quero convidá-los a visualizar, num futuro não muito distante, uma nação em que haja sido abolida a insegurança gerada pela miséria, pela ignorância e pelo desemprego; uma nação em que todos os cidadãos possam almejar melhores condições de vida e alcançá-las através de seu próprio esforço; uma nação em que os menos afortunados e os menos aptos não sejam condenados a permanecer à margem do corpo social, mas dele recebam apoio solidário com vistas à sua integração na coletividade nacional (...)"*

Constituição, cidadania e democracia

Quando eleito Presidente da República, Tancredo de Almeida Neves tinha como plano a imediata convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que se responsabilizaria pela redação de uma nova Carta Magna para o Brasil. Considerava esse objetivo o maior a ser cumprido no decorrer de seu mandato presidencial:

A preocupação do presidente eleito em 1985 com a redação e votação pela Assembléia Nacional Constituinte de uma nova Constituição para o Brasil sintonizava-se com a linha de atuação por ele adotada desde seus primeiros passos na vida política. Uma linha constitucionalista, derivada do entendimento de que o mais sólido suporte de uma democracia a Constituição da República, debatida, votada e promulgada; jamais outorgada.

A convicção constitucionalista de Tancredo Neves ganhou expressão maior nos momentos em que criticou a ordem autoritária implantada no Brasil desde abril de 1964. Discordava, de forma veemente, da maneira como foi redigida e aprovada a Constituição de 1967 e, sempre que a oportunidade política permitia, insistia na necessidade do retorno à democracia no Brasil, o que somente estaria concretizado com a promulgação de uma nova Constituição da República. Ao assumir a liderança do MDB, declarou em nome da oposição:

> *"Em momento algum a oposição abrirá mão do seu movimento em prol da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Estamos sempre e, cada vez mais, plenamente convencidos de que as reformas constitucionais anunciadas, amplas ou parciais, serão sempre meros artifícios no texto irrecuperável de uma Constituição outorgada(...)"*

Estado democrático, liberdade, cidadania, predomínio dos direitos da maioria, mas com respeito aos da minoria, compromissos dos cidadãos com a lei. Todas essas questões

são componentes da concepção contratualista de Tancredo Neves sobre política e vida pública:

> "*O Estado terá de ser a linha possível e compactuada entre os interesses de cada homem e os interesses de todos os homens juntos. O Estado é a sua Constituição. Sem Constituição, não há Estado, mas precário arranjo entre os interesses e a força (...)*"
>
> *A vida das Constituições está no espírito com que são concebidas. Quanto mais estejam subordinadas aos efêmeros interesses das minorias, ou quanto mais atendam à voracidade de poder dos tiranos, menos podem durar. A verdade social é, assim, a essência de tais documentos.*"

Conciliação e Política

Para Tancredo Neves, a unidade deveria prevalecer sobre a discórdia, a negociação sobre a intransigência, o entendimento sobre a divergência, o consenso sobre a dissensão. Todavia, sempre reconheceu que a ênfase na conciliação pressupõe o reconhecimento das diferenças. A democracia para ele era condição ideal para a costura de entendimentos, para a aproximação de adversários, para a construção da unidade nacional. Como democrata convicto, sabia que a pluralidade, que incorpora em si a divergência, é substrato da democracia.

Por isso trouxe marcado em seu perfil, e traduzido por suas atitudes, o gosto pela negociação e pela construção de consensos. Referindo-se aos desafios políticos e institucionais do ano de 1961, quando assumiu o cargo de Primeiro Ministro, afirmou, com incontido orgulho:

> "*Para enfrentar a crise que assolava a nação, organizamos um ministério de concentração nacional. Dele participaram os representantes mais capacitados de todas as facções com presença no Congresso Nacional, as mais lúcidas e respeitáveis mentalidades políticas e militares do tempo... Tive sorte de organizar um governo de união nacional.*"

Mais de 20 anos após a curta vigência do parlamentarismo, Tancredo ainda manteria viva sua convicção de que a melhor das práticas políticas é a da negociação e do entendimento. Assim, quando foi eleito Governador de Minas Gerais, ao se despedir do Senado Federal, afirmou:

> *"A nação, na fase atual de sua evolução, não comporta nem lutas partidárias acirradas, nem luta de classes exacerbada. Havemos de encontrar, com urgência, o caminho do entendimento, se não em torno dos problemas menores do nosso povo, certamente em torno dos graves e complexos problemas de nossa ordem institucional e econômico-financeira.*

Inspirado pelo objetivo permanente em sua vida, de consolidação da democracia por meio da construção de sólido consenso, firmado em contrato sócio-político, assim se manifestou em discurso pronunciado após sua vitória como candidato a Presidente da República no colégio eleitoral:

> *"Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e de milênio, (...) permanecer divididos dentro de nossas fronteiras".*

Justiça social como fator de estabilidade

A preocupação com a justiça social ganhou, gradativamente, cores, robustez e permanência em seu pensamento sobre a realidade brasileira.

No discurso redigido para sua posse como Presidente da República, afirmou:

> *"Temos de atribuir ao trabalho destaque sobre o capital na consideração dos fatores de produção e estou persuadido de que os direitos do trabalhador devem prevalecer sobre os interesses da empresa e de que as reivindicações ou ambições de qualquer classe devem ceder ante as exigências do bem comum (...)"*

Como já registrado, sempre considerou Getúlio Vargas o melhor paradigma de homem público brasileiro, que teve como marca de suas políticas públicas uma forte sensibilidade quanto à questão social. Para Tancredo Neves, o registro histórico definitivo de quem foi Getúlio Vargas é a Consolidação das Leis do Trabalho. Somente um estadista, no seu entendimento, teria a grandeza de reunir duas qualidades essenciais: perspectiva visionária modernizante e forte determinação no trato dos problemas sociais. Delas originou a CLT.

O contundente debate social da década de 1950 e início dos anos de 1960 também influenciou a elaboração de sua visão social, explicitada, com clareza, por ocasião de sua posse como Primeiro Ministro:

> *"Nortearemos a nossa ação por estas quatro palavras, que a sintetizam e resumem: desenvolvimento, estabilidade, in-*

tegração e justiça.

Desenvolvimento, porque é a única maneira de salvar o povo da miséria e enriquecer a nação.

Estabilidade, para que a inflação não devore, por um lado, o que o desenvolvimento cria por outro.

Integração, para que pedaços da nação não se cevem na miséria de irmãos de outras regiões.

Justiça, para que o trabalho e a privação de muitos de seus filhos não sejam fontes de lucros excessivos e do ócio improdutivo de alguns.

Anos depois, ao longo da campanha presidencial, Tancredo Neves também explicitou, com clareza, sua visão social:

"*O povo é a substância da República, como prova a raiz latina da palavra. A República deve, pois, ser o compromisso fundamental do Estado para a solução dos problemas do povo, o atendimento de suas necessidades básicas até de sobrevivência. As necessidades referentes ao pão, à saúde, à educação, à habitação, à previdência e assistência social, que têm na criação de empregos, no salário digno e na justa distribuição de renda e dos frutos do progresso as suas respostas básicas.*"

E, inspirado por sua formação cristã, conclamou:

"*Brasileiros:*

Não me cansarei, enquanto houver injustiça, de clamar em nome dos perseguidos, dos humilhados, dos que têm mãos ociosas e vazias. Nada é mais doloroso para um pai de família do que oferecer suas mãos para o trabalho e recolhê-las, enver-

gonhado, com o óbolo da ajuda. Para quem o recebe, o pão da caridade é sempre amargo.

Chega de proclamarmos, para aplacar a consciência, o direito de todos ao trabalho. É hora de transformar tais intenções em fatos concretos. E é também hora de pagar salários justos aos que produzem."

Mineiridade e política

Tancredo Neves sempre cultivou sólido, mas equilibrado, sentimento regionalista. O Estado de Minas Gerais, ao longo de sua trajetória, foi a sua principal referência. Referência múltipla, que abarcou várias dimensões do seu ser: religiosa, geográfica, espacial, cultural e histórica. Nos principais momentos de sua vida, seu pensamento e suas emoções estiveram voltados para Minas Gerais. Amalgamou a dimensão da nacionalidade às qualidades que entendia serem marcas essenciais da mineiridade:

"*Somos orgulhosamente sabedores da importância de Minas para a grandeza e o equilíbrio político do nosso país. Por isso, jamais desertamos da responsabilidade do que nos tem incumbido a história...*

Conhecida é a nossa tolerância, elogiada é a nossa disposição para o diálogo e a conciliação. Mas, quando se trata de dignidade da pátria e da defesa de sua soberania, somos intolerantes, intransigentes, ensandecidos de bravura. Porque, para nós, o amor a Minas é o amor ao Brasil."

Alguns dos seus registros sobre Minas Gerais são peças de oratória contundentes e literárias:

> "*Quando a nação mergulha em crise, quando mergulha nas borrascas da construção democrática, nós, mineiros, como que impelidos por uma força estranha, somos levados a ocupar lugar de destaque no proscênio*".

Outro componente essencial da representação de mineiridade de Tancredo Neves é o da liberdade

Ao assumir o governo de Minas, da sacada do Palácio da Liberdade, sintetizou, em pronunciamento que se tornou uma peça clássica da política nacional, sua convicção sobre a relação dos mineiros com a liberdade. E, assim, afirmou que "*O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade*"; e, ainda, "*Liberdade é o outro nome de Minas*."

Tancredo de Almeida Neves amou Minas Gerais com a mesma proporção com que se dedicou às causas da democracia e da liberdade. Ao seu canto de amor a Minas Gerais e aos mineiros, acoplou pungente registro de amor ao Brasil e aos brasileiros.

Partiu levando em seu coração as montanhas de Minas e o horizonte infinito da liberdade.

> "*Mas, soada a hora da ação, o mineiro se agita, não teme surpresas, e as suas arrancadas conservam a impetuosidade dos fenômenos sísmicos e ele desafia as intempéries, enfrenta o patíbulo, planta instituições, rasga os céus, inova a ciência, aprimora a arte, planta cidades, prega e faz revoluções...*

Minas sempre criou e no seu solo pululam os contrastes, que às vezes nos surpreendem, quando não nos espantam. Saímos do risco grave das igrejas e da austeridade dos solares envidraçados para as linhas festivamente cheias de graça de um deslumbrante conjunto da mais moderna arquitetura. Se a sombra mística do Aleijadinho aponta o caminho do recolhimento e da contemplação, a Igreja de São Francisco, na Pampulha, acena ao mundo com o seu perfil ousadamente revolucionário. Na literatura colonial, criamos uma escola de poetas, depois apareceram sisudos mestres do direito, em seguida vieram os cientistas, ensaístas, pensadores, até que, de repente, neste século, Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa conquistaram para as letras do nosso estado uma posição excepcional, com profundas ressonâncias em todos os povos cultos da terra. Minas é uma renascença permanente e, apesar das dificuldades econômicas, uma constante em toda a sua evolução, nada lhe abate o ânimo criador e libertador."

Tancredo de Almeida Neves integra a constelação dos estadistas brasileiros que fizeram da democracia e da causa republicana um valor ético superior e da política um imprescindível, digno e indispensável ofício.

Muito obrigado!

DISCURSO DE RECEPÇÃO A JOSÉ THEODORO MASCARENHAS MENCK

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Brasília, DF, 28 de agosto de 2026

Boa noite a todos que aqui nos encontramos para acompanharmos e prestigiarmos a posse do agora Acadêmico José Theodoro Mascarenhas Menck.

Receber um historiador em uma Academia de Letras não exige licença ou concessão: a História é também uma forma de literatura. Heródoto, por exemplo, não foi apenas o pai da História; foi um extraordinário narrador, convertendo viagens, guerras, costumes e personagens em uma das grandes obras da prosa antiga.

Tucídides submeteu a narrativa histórica a um rigor novo, mas o fez com uma prosa de extraordinária força, particularmente nos discursos que recriou para explicar os conflitos de seu tempo. Não se sabe o que é fato, o que é versão, o que é documento, o que é literatura.

Xenofonte reuniu igualmente a experiência do soldado, o olhar do historiador e o talento do escritor. E Cícero, ao refletir sobre a História como testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, sabia que a compreensão do passado dependia também da arte de contar o

que aconteceu, ou o que gostaríamos que tivesse acontecido ou, simplesmente, o que achamos que de fato aconteceu.

Essa tradição seguiu viva e forte. De Edward Gibbon a Jacob Burckhardt, de Jules Michelet a Marc Bloch, de Sérgio Buarque de Holanda a Gilberto Freyre, alguns dos grandes historiadores foram também exímios prosadores e, nessa medida, grandes literatos.

O historiador está submetido às fontes e não possui a liberdade inventiva do romancista; porém, depois de investigar, selecionar e compreender, precisa narrar. E é pela palavra que devolve vida aos mortos, movimento aos acontecimentos e sentido ao tempo.

É nessa linhagem de historiadores-escritores que devemos compreender Menck e é também por isso que sua chegada a uma Academia de Letras se mostra tão natural.

Essa naturalidade também se constata na Academia Brasileira de Letras, que conviveu com Oliveira Lima, com o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Afonso Arinos, José Honório Rodrigues, José Murilo de Carvalho, Evaldo Cabral de Mello, Arno Wehling, Lilia Moritz Schwartz. São historiadores que conhecem profundamente esse aliciante ofício.

Menck dedica-se à tentativa de compreensão da formação histórica do Brasil. Penso que busca compreender como o Brasil se constituiu politicamente como Nação e juridicamente como Estado. Escreveu sobre D. João VI, sobre José Bonifácio, sobre D. Leopoldina, sobre D. Pedro I, sobre as primeiras eleições gerais realizadas no Brasil, sobre a imprensa no pro-

cesso de Independência, sobre a Constituinte de 1823, sobre a Constituição de 1824. Não se trata de uma sucessão casual de temas. Há aí, a meu ver, um verdadeiro programa intelectual.

Menck retornou, livro após livro, ao momento extraordinário em que o Brasil era construído. Interessa-lhe aquele período em que as instituições que hoje nos parecem dadas ainda estavam em formação; em que era preciso decidir a forma do Estado, organizar o poder, estabelecer a representação política, definir as relações entre o Imperador e o Parlamento e, em última análise, imaginar o que seria o próprio Brasil.

Em "*D. João VI e a Construção das Bases do Estado Nacional*", acompanha a formação das condições institucionais que antecederam a Independência. Em "*José Bonifácio de Andrada, Patriarca da Nacionalidade*," volta-se para um dos grandes formuladores do projeto nacional. Em "*Primeiras Eleições Gerais no Brasil*", recupera o nascimento da representação política brasileira.

Em seus estudos sobre D. Pedro I, sobre a imprensa da Independência e sobre a Constituinte de 1823, examina as tensões entre autoridade, representação e constitucionalismo. Em "*A Constituição de 1824 e a Ordem Constitucional no Império do Brasil"*, descortina o documento jurídico que procurou dar forma institucional ao país que emergia.

É esse Brasil ainda incerto, ainda em construção, diante de diferentes possibilidades históricas, que Menck procura compreender. E talvez esteja justamente aí uma das qualidades mais importantes do verdadeiro historiador:

recordar-nos que aquilo que hoje parece inevitável um dia foi apenas uma possibilidade; que as instituições não nasceram prontas; e que compreender as escolhas feitas no passado é também compreender melhor o país que delas resultou.

Há uma segunda característica que singulariza a trajetória intelectual de Menck: o encontro permanente entre História e Direito. Graduado em Direito pela Universidade de Brasília, especializou-se em Direito Romano na Universidade de Roma – La Sapienza; depois, voltou-se sistematicamente à História, tornando-se mestre em História Social e doutor em História das Relações Internacionais.

Há ainda outra circunstância especialmente emblemática na trajetória de Menck: o Parlamento é, ao mesmo tempo, seu lugar de trabalho e uma das grandes obsessões de sua reflexão intelectual. Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados desde 1993, exerceu por doze anos a função de Diretor Adjunto da Consultoria Legislativa.

Fez do Parlamento um observatório privilegiado. Não é difícil compreender essa atração. O Parlamento é o lugar em que uma sociedade transforma seus conflitos em palavras, suas divergências em debates e, finalmente, suas escolhas em instituições. Quem conhece seus arquivos, seus discursos e seus embates conhece também muito da história política de um país.

Talvez por isso Menck tenha conseguido reunir duas experiências que raramente caminham tão próximas: a de quem conhece o Parlamento por dentro e a de quem sabe observá-lo com a distância e a curiosidade do historiador. Sua vida

profissional e sua obra intelectual acabam, assim, por iluminar-se reciprocamente.

Seria injusto e imperfeito, porém, apresentar Menck apenas como historiador das instituições políticas brasileiras. Sua formação e sua obra revelam também uma atenção constante à posição do Brasil no mundo, às fronteiras, à diplomacia e às relações internacionais.

Estudou a Questão do Rio Pirara, examinou a longa controvérsia entre Brasil e Inglaterra pela definição da fronteira na região amazônica. A esse interesse somam-se estudos sobre Roraima, Alcântara, Direito Internacional, constitucionalismo europeu, entre tantos outros temas.

E chegamos, finalmente, a Brasília. Não apenas à cidade em que Menck construiu sua vida profissional, mas à cidade que também se tornou objeto de sua curiosidade intelectual e de seu compromisso com a memória.

Menck formou-se na Universidade de Brasília, ensinou em instituições da Capital, fez sua carreira na Câmara dos Deputados e é o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Dedicou-se também à própria história da cidade, em trabalhos que conduziu como curador a exemplo de "*Brasília – A Ideia de uma Capital*".

Sua chegada à Academia Brasiliense de Letras possui, por isso, um significado especial. Não recebemos simplesmente um historiador que vive em Brasília. Recebemos um intelectual que fez de Brasília um dos postulados de sua vida, de seu trabalho e de sua reflexão.

Há uma fidelidade constante na trajetória de Menck: o desejo de compreender o Brasil e de preservar a sua memória.

As Academias existem também para conservar a memória sem transformá-la em relíquia, para reconhecer aqueles que fizeram da palavra um instrumento de conhecimento, e para propiciar o diálogo entre aqueles que vieram antes de nós e aqueles que ainda virão.

Retomo a introdução. A História é também, em alguma medida, uma forma de literatura. O historiador trabalha com fatos que não pode inventar, com documentos que deve respeitar e com evidências às quais deve fidelidade.

Porém, é pela palavra que restitui vida ao que passou. É pela narrativa que aproxima épocas distantes, reconstrói conflitos, recupera personagens e torna inteligíveis acontecimentos que o tempo dispersou.

A literatura dispõe da liberdade da imaginação; a História, da disciplina das fontes. Ambas, porém, compartilham a palavra e a narrativa como instrumentos para compreender a experiência humana.

E é precisamente nesse ponto de encontro que José Theodoro Mascarenhas Menck chega, com inteira naturalidade, a uma Academia de Letras: como historiador que fez da pesquisa seu método, da memória sua matéria e da palavra seu instrumento.

Seja muito bem-vindo.

DISCURSO DE POSSE DE JOSÉ THEODORO MASCARENHAS MENCK NA CADEIRA XXXIX DA ABrL

José Theodoro Mascarenhas Menck

Brasília, DF, 28 de agosto de 2026

Senhor Presidente da Academia Brasiliense de Letras,
Senhores Acadêmicos,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Ilustres convidados, amigos, confrades e confreiras,

É com profunda emoção, com sincera humildade e com sentimento muito vivo da honra recebida que me ponho de pé nesta solene ocasião para vos dirigir estas palavras. O instante que ora se cumpre pertence, sem dúvida, à memória desta Casa; pertence ao prestígio desta Academia; pertence ao convívio das letras, que aqui encontra guarida, disciplina e permanência; pertence, enfim, à generosidade de todos vós, que me recebeis com tamanha distinção. A vossa presença engrandece esta cerimônia e dá a este momento uma dignidade que excede em muito as limitações da minha voz e a modéstia da minha pessoa.

Recebei, pois, desde logo, a expressão da minha mais sincera gratidão pela honra com que me distinguistes ao ele-

ger-me para esta Cadeira. Nenhuma eleição acadêmica é ato meramente formal; toda eleição em uma Casa de Letras encerra um juízo de confiança, uma expectativa de continuidade e um apelo à responsabilidade. Ao ser chamado por vós para integrar esta Academia, sinto-me não apenas distinguido, mas comprometido. Comprometido com a palavra escrita, com o estudo, com a memória intelectual do país e com o dever de honrar, no presente, aquilo que o passado aqui depositou de melhor.

Senhores, se me for permitido resumir em uma só palavra o sentimento que me invade nesta hora, eu diria que essa palavra seria gratidão. Gratidão, antes de tudo, pela honra da escolha; gratidão pela acolhida fraterna; gratidão pela oportunidade de participar de uma comunidade dedicada à cultura, à reflexão e ao serviço da língua portuguesa.

Agradeço, outrossim, ao Senhor Presidente da Academia Brasiliense de Letras, pela nobreza com que conduz esta solenidade e pela gentileza com que me recebe nesta Casa.

Agradeço aos Senhores Acadêmicos, que, pelo vosso voto e pela vossa confiança, me abristes as portas de uma instituição cuja história muito honra a vida literária brasileira.

Agradeço aos amigos, aos familiares, aos convidados e a todos quantos hoje se acham presentes, pois a vossa presença dá corpo ao afeto, densidade à cerimônia e significado à festa do espírito que aqui se realiza.

E, principalmente, agradeço à Santíssima Trindade, que me tem dado abundantes graças nesta vida e perante a qual,

no derradeiro dia, diante do terrível julgamento, espero poder comparecer trazendo frutos dos dons que, repito, me têm sido dados em abundância por toda a minha existência.

Senhores, como bem sabeis, a gratidão, em uma posse acadêmica, não é uma emoção descompromissada: ela implica em dever. E o dever, para quem acede a uma Cadeira em Academia de Letras, assume a forma de continuidade.

Toda Cadeira acadêmica é um repositório de memória. Toda Cadeira guarda uma linhagem. Toda Cadeira é herança e promessa. Nela estão inscritos nomes que nos antecederam, obras que nos precederam, valores que nos convocam, exemplos que nos disciplinam. Não se trata, portanto, de ocupar um assento; trata-se de adentrar em uma tradição. Não se está concluindo uma etapa; está-se assumindo uma responsabilidade. E é precisamente por isso que hoje me volto, com reverência, e em busca de inspiração para aqueles nomes que dão a esta Cadeira sua identidade espiritual.

- Heitor Martins

Em primeiro lugar, rendo homenagem a Heitor Medeiros Martins, meu antecessor direto nesta Academia. Fazê-lo é, para mim, mais do que um gesto protocolar: é um dever de reconhecimento e um ato de respeito. Heitor Martins foi um homem de letras no sentido mais amplo e exigente da expressão. Escritor, crítico, poeta, cronista, tradutor, jornalista, editor e professor universitário, ele pertence àquela rara família de intelectuais cuja obra ultrapassa os limites de uma especialidade e se espalha por vários domínios da cultura. Sua tra-

jetória mostra o quanto a literatura pode ser, ao mesmo tempo, erudição e serviço, disciplina e generosidade, reflexão e construção institucional.

Nascido em Belo Horizonte, aos 22 de julho de 1933, Heitor Martins formou-se em Letras Neolatinas e concluiu, na Universidade Federal de Minas Gerais, o doutorado em Literatura Portuguesa, em 1962.

Já aí se revelara uma vocação séria para o estudo das letras, vocação que se aprofundaria no exercício do magistério e da investigação literária. Sua formação acadêmica rigorosa, de índole humanística, preparou-o para uma vida de intensa dedicação à língua, à literatura e à formação de gerações de leitores e estudantes.

Sua trajetória em Belo Horizonte, antes de sua transferência aos Estados Unidos, de acordo com o obituário que lhe foi dedicado pelo diário Estado de Minas, já revelava seus interesses e paixões, *in verbis*:

> "Quem viveu a Belo Horizonte dos anos 1950 talvez se lembre dele: sempre de terno, ele era um daqueles garotos estilosos que toda noite batia ponto na leiteira Tirolesa. Grande agitador cultural, ao lado de Theotônio dos Santos Jr., Maurício Gomes Leite, Silviano Santiago, Ary Xavier, Ezequiel Neves e Pierre Santos, criaria a revista Complemento em 1955.
>
> O mais velho dos rapazes da chamada geração Complemento, antes de se formar em Letras Neolatinas, na UFMG, Heitor trabalharia como jornalista no Tribuna de Minas, cobrindo política. Depois de um curto período em São Paulo,

onde se tornou amigo do inigualável Oswald de Andrade, retornaria a Belo Horizonte, onde seria o grande responsável pelo sucesso editorial da Editora e Livraria Itatiaia daqueles anos. A primeira edição do romance Doutor Jivago, de Boris Pasternak, e a edição de Duas faces, estreia literária dos escritores Ivan Ângelo e Silviano Santiago, tiveram sua mão. Durante anos, assinou a coluna Plantão Literário, no extinto Diário da Tarde, que cobria a vida literária do país.

Homem de grande erudição, Heitor Martins foi autor de livros de temas diversos, que vão de Bocage e Minas, publicado em 1966, a Oswald de Andrade e Outros, de 1973. Com passagens pela *University of New Mexico* e pela *Tulane University*, Heitor ensinou praticamente durante a vida toda na *Indiana University*, em Bloomington, onde era professor emérito do Departamento de Espanhol e Português. Mestre de várias gerações, foi o primeiro e o mais importante divulgador da literatura brasileira contemporânea nos Estados Unidos."

Como vimos, Heitor Martins cedo se transferiu para os Estados Unidos, onde sua carreira adquiriu notável projeção. Nos Estados Unidos, atuou como professor assistente na Universidade de Tulane, em Nova Orleans, e, em 1968, ingressou na Universidade de Indiana, onde se tornou professor titular e, posteriormente, professor emérito de Espanhol e Português, aposentando-se em 1997. Sua atuação naquela universidade foi decisiva para a consolidação de um dos mais importantes programas de estudos da língua portuguesa e da literatura luso-brasileira nos Estados Unidos. Não foi pequena sua contribuição para que a literatura brasileira encontrasse,

em território estrangeiro, leitores mais numerosos, estudiosos mais atentos e interlocutores mais sensíveis.

Cumpre registrar, ainda, o vínculo especial que uniu Heitor Martins a Brasília e, por consequência, a esta Academia. Segundo depoimento gravado no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, em entrevista conduzida pelo acadêmico Rogério Faria Tavares, o contato do Professor Heitor Martins com a capital federal se deu por força de convite que lhe foi endereçado pelo então Reitor da Universidade de Brasília, Professor José Carlos Azevedo, para que implantasse, no Curso de Letras daquela instituição de ensino, o mestrado em literatura brasileira - cuja ausência o Reitor reputava ser uma lacuna sensível no currículo do respectivo departamento. Atendendo ao chamado, Heitor Martins abraçou a tarefa com a mesma seriedade e o mesmo espírito de serviço que haviam marcado toda a sua trajetória acadêmica. Durante seis anos, alternou sua presença entre Brasília e os Estados Unidos, dedicando um ano a cada uma das duas instituições, em regime de alternância que bem revela a amplitude de seus compromissos e a generosidade com que os honrava. Foi, portanto, por meio desse vínculo institucional e intelectual com a Universidade de Brasília que Heitor Martins se aproximou desta cidade e, com ela, das instituições culturais que aqui floresciam - entre as quais esta Academia Brasiliense de Letras, que o acolheu em seu quadro e da qual hoje me honro em ser membro.

Heitor Martins não foi apenas professor: foi também organizador de cultura. Dirigiu o Programa de Português da

Universidade de Indiana entre 1968 e 1979; chefiou o Departamento de Espanhol e Português entre 1972 e 1976; colaborou com o *Office of Overseas Studies*, dirigindo programas universitários na Cidade do México e em Guanajuato; e se notabilizou por iniciativas que deram vitalidade aos estudos brasileiros no exterior. Entre essas iniciativas, destaca-se a criação da tradicional *Brazil Week*, em 1989, organizada em parceria com sua esposa, Marlene Martins, e destinada a reunir professores, pesquisadores e escritores em torno da cultura brasileira.

Sua ação também se fez sentir na preservação e difusão do livro raro e dos acervos brasileiros. A colaboração de Heitor Martins com a *Lilly Library*, da Universidade de Indiana, foi fundamental para o enriquecimento de seus fundos em português e para a organização de exposições importantes, entre elas a comemorativa dos 150 anos da Independência do Brasil, em 1972, da qual resultou o catálogo *Brazil from Discovery to Independence*. A presença de Heitor Martins nesse universo revela uma inteligência que não se contentava com o comentário crítico, mas buscava instituir, preservar e divulgar.

Como antes citado, Heitor Martins foi autor de obra própria, publicou livros como *Das emoções necessárias* (1954), *Sirgo nos cabelos* (livro de poesias lançado em Lisboa, Portugal, em 1961), *Bocage e Minas* (1966), *Neoclassicismo – uma visão temática* (1982) e *Do Barroco a Guimarães Rosa* (1983), além de numerosos artigos, estudos e edições críticas. Em

1981, recebeu o Prêmio de Literatura do Governo do Estado do Paraná, reconhecimento merecido a uma trajetória que uniu reflexão, ensino e criação.

Não menos importante foi sua participação em instituições literárias: Heitor Martins integrou os quadros da Associação Nacional de Escritores e desta Academia Brasiliense de Letras, ocupando a Cadeira de número XXXIX, na qual lhe sucedo. Apesar de ter vivido grande parte de sua vida fora do Brasil devido à sua carreira acadêmica, ele manteve fortes laços com a literatura brasileira e com as instituições literárias do Distrito Federal.

Sua memória, portanto, liga-se naturalmente ao espírito desta Casa, e sua presença, ainda que agora apenas evocada, confere à Cadeira que passo a ocupar uma dignidade que me cumpre honrar.

Ao recordar Heitor Martins, recordo não somente uma biografia ilustre, mas um tipo de vida intelectual que deve ser preservado como exemplo. Ele pertenceu à estirpe dos que entendem que a literatura não se reduz ao gosto, nem o estudo à acumulação de informações. Para ele, a cultura era exercício de rigor, de generosidade e de responsabilidade. E é precisamente por isso que sua lembrança me toca: porque esta Academia, ao recebê-lo em seu quadro, reconheceu nele não apenas um escritor, mas um homem de cultura no mais alto sentido do termo.

É com espírito igualmente reverente, que me volto agora para o patrono desta Cadeira, Luís Carlos Martins Pena, nome fundador de nossa dramaturgia e figura inaugural da

comédia de costumes no Brasil. Se Heitor Martins representa, para mim, o antecessor próximo, o nome de Martins Pena representa a grande herança longínqua e fundadora que esta Cadeira carrega. Entre o antecessor e o patrono há uma ponte simbólica de memória e de responsabilidade, e eu me inclino perante ambos com igual respeito.

Senhores Confrades, permiti-me chamar-vos assim, Meus caros amigos ouvintes;

Para que possamos avaliar a importância de Martins Pena na história da literatura e, mais especificamente, do teatro brasileiro. Faz-se mister, pois, discorrer sobre os pródomos da arte teatral em Pindorama.

- Pródomos do teatro brasílico

Peço agora licença para dar vazão à minha alma de historiador.

A grande crítica literária italiana, especializada em nossa literatura, a Profa. Luciana Stegagno-Picchio, em seu estudo sobre *História da Literatura Brasileira* (Rio de Janeiro: ed. Nova Aguilar, 1997, págs. 226 e segs.), nos recorda que o teatro, em terra de Vera Cruz, surgiu voltado para fins catequéticos. São José de Anchieta fizera-se jogral de Deus, com o escopo de fortalecer, em torno das missões, as vocações indígenas. Fizera-o, no entanto, dentro da estrutura do auto português de Gil Vicente, incluindo-lhe uma problemática local e jogando, como já o fizera o seu inspirador, com um plurilinguismo maneirista, escolhido em registro estilístico e para módulo expressivo de uma nova e bem mais completa realidade.

Em todo caso, seu teatro permanecera como fenômeno isolado. E, se as crônicas nos transmitiram os nomes de autores que o teriam precedido, como o padre Manuel do Couto, ou lhe seguido, como o bahiano Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque, autor de *Autos Sacramentais*; José Borges de Barros, autor de *A Constância com Triunfo*; e Salvador de Mesquita, cinzelador de tragédias senequianas em versos latinos, nenhum texto preenche, verdadeiramente, um vazio de dois séculos que separa a produção catequética de São José de Anchieta das tentativas oitocentistas de instauração de um teatro nacional.

Afinal, não se pode considerar plenamente "brasileiras" as duas comédias espanholas escritas na esteira de Zorrilla e de Montalván por Manuel Botelho de Oliveira. Nem preenchem o vácuo o exercício dramático do árcade Cláudio Manuel da Costa (*O Parnaso Obsequioso*, elogio ao governador das Minas Gerais, D. José Luís de Menezes, recitado *in musica*, em 1768) ou o *Enéias no Lácio*, obra talvez de outro inconfidente, o infeliz Alvarenga Peixoto.

O teatro de Vila Rica, da barroca e prestigiosa capital das Minas Gerais, pode ter sido uma realidade, mas os arquivos que dele nos conservaram o eco em crônicas de mundanidade ainda não no-lo restituíram em sua verdadeira dimensão textual.

Se é verdade que, desde o século XVII, o Brasil se havia qualificado como tema de teatro na literatura internacional - Lope de Vega e *El Brasil Restituído* -, também é verdade que,

no século XVIII, foi o momento em que, na Bahia e nas Minas Gerais, cronistas locais fixaram em diários e relações a lembrança de espetáculos religiosos e mundanos em que a *Zaira*, de Voltaire, vem ao lado de textos calderonianos e outros pertencentes ao grande repertório eucarístico espanhol. Cita-se, entre outras, a Casa da Ópera, dirigida, no Rio de Janeiro, pelo padre Ventura: exótica personagem colonial, de quem se diz ter sido corcunda, mulato, bailarino, cantor e maestro, e que fazia recitar Pietro Metastasio a uma companhia de negros, dirigida por ele próprio, do alto de um pódio, vestido de batina.

Como quase todos os teatros da época, a Casa da Ópera foi destruída pelo fogo, em 1769. E, se bem que as crônicas mundanas ainda abundem em notícias sobre o gosto pelo espetáculo no século XVIII, será preciso aguardar a Independência e, mais precisamente, o Romantismo, para que se possa falar de um verdadeiro teatro brasileiro.

O primeiro impulso veio de Gonçalves de Magalhães, Visconde de Araguaia, o mesmo que nos deu *"Suspiros Poéticos e Saudades"* e *"A Confederação dos Tamoios"* que, no dia 13 de março de 1838, no palco do Constitucional Fluminense, na cidade do Rio de Janeiro, estreou sua tragédia *Antônio José ou O Poeta e a Inquisição*, interpretada pelo célebre João Caetano (dos Santos, 1808–1863). Seguiu-se *Olgiato*, de argumento italiano, obra inspirada na conspiração histórica contra o Duque de Milão, Galeazzo Maria Sforza, ocorrida na Itália em 1476, protagonizada pela figura de Girolamo Olgiati. São

obras, segundo a crítica especializada, de escassa invenção, ainda que com certo equilíbrio de composição. Não há como negar, entretanto, que foram essas as obras que abriram as portas para o teatro nacional.

- Martins Pena: O Riso no Nascimento do Teatro Brasileiro

Foi João Caetano quem primeiro interpretou aquele a quem a crítica reservou a glória de ter sido o inventor da comédia de costumes brasílica, gênero que transforma hábitos sociais, vícios públicos, relações familiares e tipos populares em matéria de riso e crítica: Luís Carlos Martins Pena. E foi por meio da comédia de costumes que, podemos afirmar, se consolidou o teatro genuinamente nacional.

Luís Carlos Martins Pena nasceu no Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1815, e faleceu em Lisboa, em 7 de dezembro de 1848, aos 33 anos de idade. Sua vida breve não impediu que sua obra se tornasse essencial para o teatro brasileiro. Órfão ainda criança — perdera o pai cedo e a mãe aos dez anos —, foi encaminhado pelos tutores para o comércio, concluindo o curso correspondente em 1835. Contudo, sua verdadeira vocação o conduziu em direção às artes. Ingressou na Academia de Belas Artes, onde estudou arquitetura, desenho, escultura e música, ao mesmo tempo em que se dedicava às línguas, à literatura, à história e ao teatro. Essa formação múltipla e ampla explica, em parte, a agudeza de seu olhar e a versatilidade de sua criação.

Em 1838, Martins Pena ingressou no Ministério dos Ne-

gócios Estrangeiros, carreira que o levaria mais tarde à Legação do Brasil em Londres. A tuberculose, agravada pelo clima londrino, acabou por abreviar-lhe a vida. Durante a antecipada viagem de retorno ao Brasil, porém, faleceu em Lisboa. Ainda assim, dentro dos poucos anos que lhe couberam, logrou produzir obra de extraordinária relevância. Entre 1846 e 1847, atuou como crítico teatral no *Jornal do Comércio*, experiência da qual resultaram os conhecidos folhetins *A semana lírica*, textos que testemunham sua inteligência crítica e seu conhecimento da cena.

Sua estreia no teatro, com *O Juiz de Paz da Roça*, em 1838, no Teatro de São Pedro, pela companhia de João Caetano, constitui um marco da nossa dramaturgia. A peça introduz no palco brasileiro personagens, situações e conflitos nitidamente nacionais: o juiz de paz, o lavrador, a moça da roça, o escrivão, o abuso de autoridade, a vida interiorana, o contraste entre campo e Corte. Com esse texto, Martins Pena não apenas escreveu uma comédia; inaugurou um modo de ver o Brasil em cena.

Escreveu cerca de trinta peças, entre comédias, farsas e dramas. Entre as mais conhecidas além de *O Juiz de Paz da Roça*, estão: *A Família e a Festa na Roça*, *O Judas em Sábado de Aleluia*, *O Namorador ou A noite de São João*, *A Barriga do meu Tio*, *Os Ciúmes de um Pedestre*, *Os Meirinhos*, *O Caixeiro da Taverna*, *Os Irmãos das Almas*, *Quem Casa quer Casa*, *O Noviço* e *Os Dois ou o Inglês Maquinista*.

A Academia Brasileira de Letras registra ainda dramas e

textos publicados ou encenados posteriormente, como *Vitiza ou O Nero de Espanha*. Essa produção revela um autor que, embora tenha vivido por pouco tempo, deixou uma marca decisiva na história do teatro brasileiro.

A obra de Martins Pena encontrou sua forma mais plena na comédia e na farsa. Suas peças possuem cenas curtas, linguagem viva, intrigas familiares, crítica à burocracia, sátira da autoridade, exposição da hipocrisia social e humor apoiado em tipos reconhecíveis. Sua galeria de personagens — funcionários, meirinhos, juízes, malandros, matutos, estrangeiros, falsos cultos, devotos de fachada, casamenteiros e oportunistas — constitui um verdadeiro inventário dos costumes do Brasil imperial. É nesse ponto que seu teatro adquire valor histórico e literário: ele nos mostra um país em formação e, ao mesmo tempo, ensina a rir de seus próprios mecanismos de poder e de vaidade.

Entre suas obras mais expressivas, *O Noviço* costuma ser lembrada como uma de suas maiores realizações. Nela, a sátira à ambição, ao falso moralismo e ao uso interessado da religião atinge notável precisão cômica. Já *Os Dois ou o Inglês Maquinista* amplia o horizonte da crítica, abordando o ambiente urbano, as relações de interesse, o dinheiro, o casamento, o estrangeirismo e a corrupção. Em ambas, o autor confirma que sua força maior consiste em transformar a observação da realidade em matéria teatral viva.

Há, contudo, no conjunto de sua obra, limites que a crítica reconhece. Martins Pena foi incomparável na comédia de

costumes, mas menos convincente no drama histórico. Peças como *Vitiza ou O Nero de Espanha* e *A Mulher Feia*, ainda que importantes para a compreensão de sua produção, não alcançaram a mesma fortuna crítica de suas comédias. Esse fato, longe de diminuir sua importância, ajuda-nos a compreender melhor a singularidade de seu talento: ele foi, antes de tudo, um dramaturgo da observação social, um artista da cena cômica, um intérprete da vida brasileira em seus ridículos e em suas contradições.

No século XIX, a recepção de Martins Pena foi marcada por uma dupla tendência. De um lado, o sucesso popular das comédias, que agradavam ao público pela vivacidade, pela graça e pelo reconhecimento imediato dos tipos sociais. De outro, certa reserva crítica, que via em suas peças uma aparente simplicidade formal. Mas o tempo mostrou que essa simplicidade era uma força. Martins Pena sabia captar a oralidade, o ritmo da fala, a disposição das cenas e a lógica dos costumes de um Brasil em transformação. Sua comicidade não era superficial; era reveladora.

No campo da crítica literária, Sílvio Romero foi um dos nomes que mais contribuíram para fixar a importância de Martins Pena. Em sua obra monumental *História da Literatura Brasileira* (Livraria José Olympio Editora, 1980, p. 1.364), Romero dedica um capítulo-ensaio específico a Martins Pena, que depois também circulou de forma autônoma como ensaio crítico de 1900/1901, no qual o teatrólogo é apresentado como o verdadeiro fundador do teatro nacional brasileiro, com destaque absoluto para a comédia de costumes.

Fiel ao seu método crítico de base sociológica e determinista, Romero analisa a obra de Martins Pena não apenas pelo seu valor estético, mas principalmente pelo seu valor documental e social. Ele destaca a capacidade do dramaturgo de capturar a "cor local", retratando com fidelidade a sociedade brasileira do século XIX, seus tipos populares, a malícia, os costumes da roça e da Corte e a transição cultural do país. Para Romero, Martins Pena foi um dos primeiros a dar uma feição genuinamente brasileira à nossa literatura, sendo peça fundamental na evolução do caráter nacional.

Uma das citações mais famosas e representativas de Sílvio Romero sobre Martins Pena, presente em seu ensaio crítico, é a seguinte:

> "O escritor fotografa o seu meio com uma espontaneidade de pasmar, e essa espontaneidade, essa facilidade, quase inconsciente e orgânica, é o maior elogio de seu talento. Se se perdessem todas as leis, escritos, memórias da história brasileira dos primeiros cinquenta anos deste século XIX, que está a findar, e nos ficassem somente as comédias de Martins Pena, era possível reconstruir por elas a fisionomia moral de toda esta época."

José Veríssimo, por sua vez, abordou a literatura brasileira em sua *História da Literatura Brasileira* — título idêntico ao de Sílvio Romero —, obra em que também se insere a avaliação de Martins Pena como autor decisivo para a formação de uma tradição teatral própria, **in verbis**:

> "E Martins Pena não é senão isto, um escritor de tea-

tro. Do autor dramático possui em grau que se não antolha outro exemplo na nossa literatura as qualidades essenciais ao ofício e ainda certos dons que as realçam: sabe imaginar ou arranjar uma peça, combinar as cenas, dispor os efeitos, travar o diálogo, e tem essa espécie de observação fácil, elementar, corriqueira e superficial, mas, no caso, preciosa, que é um talento de gênero. Não raro tem o traço psicológico do caricaturista e o jeito de apanhar o rasgo significativo de um tipo, de uma situação, de um vezo. Possui veia cômica nativa, espontânea e ainda abundante, infelizmente, porém — defeito desta mesma virtude —, com facilidade de se desmandar na farsa. Martins Pena e Manuel de Almeida, o singular e malogrado autor das *Memórias de um Sargento de Milícias*, são porventura os melhores, senão os únicos, exemplos de espontaneidade literária que apresenta a literatura brasileira.

A maior parte das peças de Martins Pena são antes farsas que comédias. Independentemente dessa denominação, que ele próprio lhes deu, a sua feição e estilo são de farsa. Ele exagera o feitio cômico das situações e personagens, acumula o burlesco sobre o ridículo, manifestamente no intuito de melhor divertir o seu público e provocando-lhe o riso abundante e descomedido. É tradição que o conseguiu plenamente. Ainda hoje se representam as comédias de Pena, com o mesmo sucesso de franca hilaridade que lhes fizeram nossos pais. A mais de meio século de distância, lidas ou ouvidas, deixam-nos a impressão de representarem suficientemente, no essencial e no característico, o meio brasileiro que lhes serviu de modelo e tema. E só talvez delas, em todo o nosso teatro, se poderá dizer a mesma coisa."

Essas vozes críticas são importantes porque mostram que Martins Pena não foi apenas um autor de sucesso em seu tempo; foi, desde cedo, um ponto de referência na construção da história literária brasileira. Se Romero insistiu na dimensão documental e social de sua obra, e se Veríssimo lhe reconheceu papel central na literatura nacional, são provas de que Martins Pena ultrapassou a condição de dramaturgo de ocasião e se tornou nome fundador.

A crítica mais moderna, ou seja, mais próxima temporalmente de nós, ampliou ainda mais essa leitura. Alguns estudiosos, como, por exemplo a já lembrada crítica literária Luciana Stegagno Picchio (*História Literária Brasileira,* pág. 228) acentuam em Martins Pena a sátira social: a denúncia do abuso de autoridade, da precariedade da justiça, da corrupção miúda, da hipocrisia religiosa e da imitação servil de costumes estrangeiros.

Outros, como Paula Beiguelman ("Análise *literária* e investigação sociológica*", in Viagem Sentimental a "Dona Guidinha do Poço*", São Paulo, Ed. Centro Universitário, 1966, págs. 67 a 77), vêm como eixo da comédia de Martins Pena o crescendo da urbanização, que desintegrava o velho modo de vida na Corte e, com ele, o decoro de um estilo simples e desambicioso de viver.

Por fim, há os que relativizam o alcance dessa sátira, entendendo suas peças mais como teatro de efeito cômico do que como projeto sistemático de reforma social, como, de certa forma, nos deixa entender Alfredo Bosi (*História Concisa*

da Literatura Brasileira, São Paulo: Cultrix, 2013 [1970], págs. 156 a 159).

Essa divergência é fecunda, porque preserva Martins Pena como autor vivo, capaz de suscitar interpretações múltiplas.

Raimundo Magalhães Júnior apresentou o seguinte parecer acerca de Martins Pena:

> "Martins Pena, morto há cem anos, não deve ser avaliado apenas pela sua obra dramática, mas igualmente pelas influências que nos legou. E essas influências, na verdade, estabelecem a tradição inicial e a mais autêntica em nosso teatro. Escrevendo numa época em que ainda se tinha de imitar os clássicos, abandonou os velhos modelos e os temas gastos, para se voltar para a realidade brasileira. Seu gênio dramático foi eminentemente brasileiro. Escreveu, na realidade, alguns dramas e tragédias de assunto espanhol e português, mas o que dele ficou e ficará, em nossa literatura, e o que constitui a parte mais importante de sua obra, são as comédias como *O noviço*, *Os Irmãos das Almas*, *O Judas em Sábado de Aleluia*, *O Juiz de Paz da Roça*, etc. Essas comédias estão cheias de preciosas anotações. Mostram-nos, admiravelmente, o que era o Brasil da Regência e dos primeiros anos do Segundo Reinado. A precária administração da justiça, a ausência de polícia, o recrutamento sui generis, até mesmo as traficâncias e fatos e coisas de antanho, revelam em Martins Pena um agudo espírito crítico, sempre pronto a apontar mazelas e a documentar coisas carecedoras de emenda. Não exagerou Sílvio Romero quando, na sua *História da Literatura Brasileira*, declarou que, se todos os documentos e fontes históricos nos faltassem, seria possível reconstituir a vida da sociedade brasileira

> tão somente através das comédias de Martins Pena, porque essas comédias constituem 'documentos sociológicos' da maior importância. Podemos dizer que Martins Pena fundou, no Brasil, uma escola - a da comédia de costumes - que não desapareceu nem deve desaparecer do nosso teatro."

Por fim, não podemos deixar de citar o ingente trabalho de resgate e consolidação crítica das comédias de Martins Pena realizada pelo Prof. Darcy Damasceno (*Teatro de Martins Pena, Comédias,* Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Livro, 1956), graças ao qual, dos confusos manuscritos que restaram do autor, salvou-se o possível e corrigiram-se muitos dos textos que haviam sido impressos ainda no século XIX.

Também é importante recordar sua relação com o grande ator e empresário João Caetano, que montou *O Juiz de Paz da Roça* em 1838. A tradição crítica ligou Martins Pena ao epíteto de "Molière brasileiro", expressão que, embora elogiosa, jamais será suficiente para encerrar a originalidade de sua obra. Como todo grande criador, ele dialoga com modelos alheios, mas os reconfigura em chave própria, profundamente brasileira. Ninguém como ele soube transportar para o palco a comicidade social do Império e fazê-la falar em língua nossa.

É por isso que Martins Pena continua atual. Ele deu forma teatral a um país que ainda buscava representar-se. Antes dele, o palco brasileiro era dependente, em larga medida, de referências portuguesas e francesas. Com ele, surgem a roça, a Corte, o juiz de paz, o funcionário público, o malandro, a moça casadoira, o falso devoto, o estrangeiro oportunista, a família endividada, a autoridade ridícula. Ele mostrou que o Brasil

podia rir de si mesmo - e que o riso, quando inteligentemente manejado, é também uma forma de conhecimento social.

Martins Pena é lembrado como fundador da comédia de costumes no Brasil, como um dos criadores de uma dramaturgia nacional ou, pelo menos, como seu consolidador.

Sua obra não é importante apenas por ter sido pioneira, mas porque ainda oferece uma imagem viva de problemas recorrentes: abuso de poder, clientelismo, corrupção, casamento por interesse, desigualdade social, fascínio pelo estrangeiro e distância entre norma e prática. O fato de suas peças continuarem a ser lidas, estudadas e encenadas confirma que seu teatro ultrapassou a função de documento histórico e permanece como arte cênica.

É nessa convergência de heranças que hoje me reconheço: de um lado, Heitor Martins, meu antecessor nesta Academia, cuja vida intelectual honra esta Cadeira; de outro, Martins Pena, patrono desta Cadeira, cuja obra funda uma tradição teatral brasileira. Entre a memória do antecessor e a grandeza do patrono, cabe a mim apenas a modesta tarefa de tentar ser digno.

Recebo esta Cadeira, portanto, como compromisso e não como prêmio. Compromisso com a palavra; compromisso com a cultura; compromisso com a memória; compromisso com esta Academia, que me acolhe entre seus membros; compromisso com a literatura brasileira, que espero servir com dedicação, respeito e fidelidade.

Se esta noite é de alegria, é também de responsabilidade. Se é de festa, é também de recolhimento. Porque a verdadeira solenidade das Academias reside precisamente nisso:

em transformar a memória em dever e a honra em trabalho. E este trabalho, Senhor Presidente, Senhores Acadêmicos, Senhoras e Senhores, não se faz apenas com brilho, mas com constância; não se faz apenas com entusiasmo, mas com perseverança; não se faz apenas com inspiração, mas com disciplina.

Permiti-me, pois, concluir com a expressão mais sincera do meu agradecimento.

Agradeço à Academia Brasiliense de Letras pela confiança que em mim depositou. Agradeço ao Senhor Presidente pela condução desta solenidade. Agradeço aos Senhores Acadêmicos pela generosa acolhida. Agradeço à família, aos amigos, aos convidados e a todos os que comigo repartem este momento de alegria e de gravidade. Agradeço, finalmente, a Heitor Martins, meu antecessor nesta Cadeira, pela permanência exemplar de sua memória; e a Martins Pena, patrono desta Cadeira, pela força duradoura de sua obra.

Que eu possa ser digno de ambos, do antecessor que me precedeu e do patrono que me inspira.

Que eu possa honrar esta Casa.

Que eu possa contribuir, ainda que modestamente, para o prestígio das letras brasileiras.

E que esta posse não seja um termo, mas um começo: o começo de uma dedicação, de uma escuta, de uma fidelidade e de uma esperança.

Por fim, agradeço ao Senhor Deus nosso Criador, pela bondade de me proporcionar uma noite como a de hoje.

Muito obrigado.

DISCURSO DE RECEPÇÃO A MARIA ELIZABETH ROCHA

Lucilia de Almeida Neves Delgado
Brasília, DF, 21 de setembro de 2026

Exma. Ministra Maria Elizabeth Rocha, presidente do Superior Tribunal Militar,

Exmos. ministros do Tribunal Superior Militar,

Ilustríssimo, Fabio de Sousa Coutinho, Presidente da Academia Brasiliense de Letras,

Caros amigos e colegas, membros da Academia Brasiliense de Letras

Queridos amigos das letras e da literatura aqui presentes,

Senhoras e senhores,

Antes de iniciar minha saudação à nova confreira, hoje empossada na Academia Brasiliense de Letras, peço-lhes licença para fazer um registro pessoal. Discursar nesta Casa é um desafio! Um grande desafio! Vivi parte da minha infância, toda a minha adolescência e juventude nas décadas de 1960 e 1970. Sou da geração de 1968. Naqueles dias, para nos salvarmos, pensávamos:" Faz escuro, mas eu sonho!"

Prezada Maria Elizabeth Rocha,

Eu poderia dizer que é uma honra saudá-la na noite de hoje, em nome da Academia Brasiliense de Letras. E é!

Poderia dizer que é uma satisfação recebê-la em nome de nossas colegas e nossos colegas acadêmicos. E é!

Mas a honra e a satisfação de poder abraçá-la com as palavras desta saudação ganham significado especial, por compartilharmos idiossincrasias, medos e sentimentos. Por sermos mulheres!

Somos, nós duas, integrantes de um universo feminino que é único e plural. Somos, como tantas outras mulheres, múltiplas no exercício de papéis e funções. Somos corajosas, embora muitas vezes o medo e um certo desânimo nos abrace. Somos força, determinação, alegria e tristeza. E na realidade social que nos coube na vida, insistirmos em sermos inteiras e realizadas. E sabemos, nós duas , como muitas outras mulheres também sabem, que embora cultura e hábitos nos destinassem caminhos diferentes dos que trilhamos, chegamos a lugares como academias literárias, majoritariamente destinados ao ser masculino. Lugares de distinção masculina que, por vezes, talvez por solidariedade, talvez por convicção da igualdade na diferença, talvez para se não ter perdas na corrida incessante do tempo, colore sua composição, de alta extirpe de escritores com algumas cores femininas.

E aqui estamos nós!

Somos cores nas nossas roupas, maquiagens, acessórios, cabelos, desafios cotidianos, maneia de ver e viver, de escre-

ver e de ler. Somos cores ora alegres, ora tristes. Pluralidades no sentir e no viver.

Somos todas Marias. Marias como as dos versos de Fernando Brant, poeta nosso contemporâneo do Clube da Esquina da nossa Minas Gerais. Somos as mulheres desdobráveis de um verso da nossa também contemporânea, Adélia Prado. Somos do Mundo. Estamos brasilienses. Somos Minas Gerais. Somos mineiras que na maturidade absorveram o viver e o ser na capital de todo o Brasil e de todos os brasileiros. Somos brasileiras e gostamos de ler e escrever.

E na síntese plural do ser mulher, somos professoras, manicures, cozinheiras, enfermeiras, lavradoras, donas de casa, faxineiras, catadoras de papéis, médicas, militares, historiadoras, advogadas, juízas, merendeiras, psicólogas, babás, cuidadoras, balconistas, geografas, diplomatas, escritoras, bordadeiras, tradutoras, cientistas políticas, farmacêuticas, biólogas, cozinheiras, executivas, trabalhadoras de plataformas, costureiras, geógrafas, matemáticas, políticas, cabelereiras, arquitetas, cientistas, floristas, artesãs, engenheiras, dentistas, jornalistas, secretárias, artistas, escritoras, seguranças, sociólogas, mães. Somos, insisto, múltiplas!

Nessa rica pluralidade, nós as escritoras, somos pessoas, que nos reconhecemos como integrantes de um universo que abraça a palavra escrita no universo da literatura e dos livros.

Por essas razões e por tantas outras posso dizer que, na verdade, é um presente da vida saudá-la nesta noite de festa

da literatura brasiliense, que é, como toda e qualquer literatura, universal.

É um presente poder homenageá-la nesta cerimônia que reconhece e recebe uma mulher que traz inserida em sua trajetória individual ações em prol de todos que compõem a coletividade brasileira e da construção da justiça em nosso Brasil. Nosso Brasil complexo, diverso e nada equânime.

A solenidade de hoje pertence a nós mulheres, mas principalmente a você, Maria Elizabeth Rocha: professora, intelectual jurista, magistrada. A você da estirpe das mulheres corajosas, realizadoras, competentes e fortes na sua suavidade.

Seu currículo não é tão somente registro de realizações, premiações e funções. Ao contrário, registra uma vida com sentido e valor especial, que poucos alcançam ter.

Hoje ministra e primeira presidente do Superior Tribunal Militar sua trajetória é mesmo única e como dizem os antigos, valorosa.

Convido a todos os presentes a acompanhá-la, embora não necessariamente em ordem cronológica, pois as fases da vida se fundem e ganham expressão em sua fusão .

A escritora Maria Elizabeth Rocha nasceu em Belo Horizonte. Lá cresceu, alçou os primeiros voos e se formou pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Concluiu o Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Católica Portuguesa – Lisboa/Portugal e na sequência, no seio de sua cidade natal, tornou-se Doutora em

Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Também abraçou o magistério e foi professora universitária em várias instituições: Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), Universidade de Brasília (UnB), na condição de pesquisadora associada do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais; Faculdade Arnaldo Janssen, em Minas Gerais, Universidade Cândido Mendes, no Rio Janeiro, Fundação de Ensino Superior de Itaúna (MG), Faculdade Milton Campos em Belo Horizonte, Universidade de Buenos Aires na Argentina e Universidade Javeriana, na Colômbia.

Defensora intransigente dos direitos humanos, recebeu títulos de Doutora *Honoris Causa* pela Universidad Inca Garcilaso de La Veja, Lima, capital do Peru, e Doutora *Honoris Causa* pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA) Manaus.

Portanto, o dia hoje é de festa para a literatura e para a Academia Brasiliense de Letras. Festa que ganha brilho especial, pois Maria Elizabeth Rocha traz, para o elenco das obras de autores desta Casa, produção significativa de livros que escreveu e organizou.

Entre eles, destacam-se:

- *Filosofia das abordagens Jurisdicionais nos Direito Constitucional e Internacional;*
- *Ela pede vistas : estudos em homenagem à Ministra Rosa Weber;*

- *Correlações entre Europa e América Latina: atualidades e perspectivas;*
- *Lições de Direito Constitucional em homenagem ao professor Jorge Miranda; e*

*Sobral Pinto no Superior Tribunal Militar: defesa da liberdade e da democracia***,** por ela organizado em parceria com João Carlos Souto e Jéssica Fachin, tendo sido lançado há cerca de um mês, portanto, datado de 2026.

Com olhos fixados nessa obra, composta por nove capítulos, proponho-me com ela estabelecer um diálogo alimentado pela proximidade e frescor de sua leitura. O tempo foi curto para absorvê-lo por completo. Mas sinto, vibrando em mim, os reflexos de alguns de seus textos. Aqueles que o tempo e minha especialidade me permitiram ler a tempo dessa solenidade. E não poderia ser diferente, pois, além da qualidade da obra, com ela me identifico, por ser uma historiadora e cientista política que encontra na leitura de livros biográficos e memorialísticos um grande prazer.

Seu prefácio, escrito pela própria jurista Maria Elizabeth Rocha, nos traz duas perspectivas: a da autora que o escreveu e a de Heráclito Fontoura Sobral Pinto.

Maria Elizabeth Rocha ao focar suas análises sobre o perfil do grande advogado Sobral Pinto, que no decorrer do regime militar não se eximiu de defender, com empenho e até fervor, pessoas de diferentes partidos ou organizações, que foram processadas por fazerem oposição aos governos de então, apresenta suas próprias convicções democráticas e seu irrestrito respeito aos direitos humanos.

Com firme adesão aos procedimentos do Doutor Sobral Pinto, destaca, elogiosamente, as características, de firmeza, respeito às diferenças ideológicas e defesa dos direitos da cidadania, do advogado de presos políticos, que entrou para a História do Brasil com reconhecido respeito e gratidão por ter sido defensor da liberdade de escolha, de expressão, organização da sociedade civil e direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.

Entendendo ser a conjuntura em que Sobral Pinto atuou como caracterizada por cotidiana violação dos direitos humanos, mediante uso da força e de recursos de violência pelo Estado, ressalta ser sua advocacia instrumento garantista do Direito.

Também destaca a coragem que nunca deixou de ser a marca da sua atuação. Ressalta que nos arquivos do STM, onde foram realizadas pesquisas históricas para organização do livro, encontra-se vasta documentação que comprova como Sobral Pinto atuou de forma cívica e democrática.

E são também os melhores valores cívicos que pautam a vida de Maria Elizabeth Rocha em sua defesa intransigente da democracia, do respeito ao pluralismo de ideias e dos valores que devem pautar os direitos da cidadania e da liberdade.

Penso ser a palavra democrata a que melhor define o perfil da nova acadêmica da Academia Brasiliense de Letras, posto que sempre defendeu as instituições republicanas, com foco importante e indispensável na sociedade civil, tanto quanto nas instituições do Estado e não nas ações específicas de governos.

Maria Elizabeth registra em seus escritos, sejam eles votos, palestras, livros ou discursos, ser a democracia em sua plenitude social, política, econômica, cultural e identitária seu principal norte e seu maior valor. Faz da palavra sua defensora.

Além de democrata, é humanista. Sempre busca no humanismo, herdado dos gregos, dos escritores da renascença europeia e dos iluministas, sem desconsiderar as diversificadas experiências humanas, sua inspiração cotidiana.

No campo da literatura, o humanismo lhe chegou pela leitura de autores de sua preferência, com destaque para: Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Cecília Meireles, Leonardo Padura e Mia Couto. E, no campo do Direito, por juristas substanciais de diferentes gerações, com forte influência pátria, como Carlos Maximiliano, Paulo Bonavides, Ingo Salert, entre outros, no Brasil, e, nas tradições lusitanas, por exemplo, os constitucionalistas Jorge Miranda e Gomes Canotilho.

Cabe ainda destacar que Maria Elizabeth, como Ministra e Presidente do Superior Tribunal Militar, traz em si uma sólida coragem, expressa em ações que trazem à tona questões relevantes da memória nacional. Memória disputada por diferentes versões da História. Memória registrada nos arquivos da instituição que preside. Memória que diz de um passado que muitos querem seja silenciado no esquecimento.

Silêncio com o qual ela não compactua. O livro sobre Sobral Pinto e a possibilidade de acesso de pesquisadores aos

arquivos do Superior Tribunal Militar muito dizem sobre sua determinação de impedir o ofuscamento do passado.

Seu compromisso com a História, somado à sua elevada formação jurídica e dedicação ao Superior Tribunal Militar, inspirou-a, novamente em parceria com Érika Fachin e com Flávio Albuquerque, a nos presentear com um belo projeto, a coleção *Julgados Históricos da Justiça Militar*. Trata-se de um amplo projeto de cunho literário memorialístico e da História do STM, que reunirá julgamentos históricos desde a Guerra do Paraguai, incluindo personagens como Luiz Carlos Prestes, Vladimir Herzog, Leonel Brizola, entre outros. Será lançado no dia 18 de fevereiro de 2027, na Academia Brasileira de Letras, seguido de um seminário e de uma exposição no Museu do Amanhã no Rio de Janeiro.

Ouso intuir que não poucas vezes Maria Elizabeth Rocha deve pensar. Que venham as pesquisas! Que se escrevam livros, pois as vozes que eles oferecem são os mais sólidos registros de que a justiça, os registros da História, a liberdade de criação, a liberdade de expressão e a literatura salvam a humanidade!

Os historiadores, os brasileiros e a História e o Brasil lhe agradecem!

A escritora Clarissa Pimkola Estés afirma que:

"Uma benção não faz com que você ganhe alguma coisa, mas na verdade faz com que você use alguma coisa – algo que você já possui – o dom que nasceu junto com você no dia em que chegou à Terra. Uma benção é para que você

lembre totalmente de quem é, e faça bom uso da magnitude que nasceu embutida no seu eu precioso e indomável."

E, ainda, a mesma escritora em sua reflexão sobre mulheres sábias:

Há "(...) mulheres que na vida real são genitoras de determinação, de gerações de ideias, processos, genealogias, criaturas, (...) sempre se tornando mais sábias e se manifestando dessa forma. Existem mentoras, graças que ensinam, que orientam alunos e quem quiser aprender."

Mulheres que florescem e ofertam sementes.

Maria Elizabeth Rocha, obrigada pelas sementes!

Seja bem vinda à Academia Brasiliense de Letras!

DISCURSO DE POSSSE DE MARIA ELIZABETH ROCHA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Academia Brasiliense de Letras, Fabio de Sousa Coutinho, que, entre os códigos e o horizonte da palavra, encontrou caminhos para o próprio pensamento;

Excelentíssima acadêmica Lucilia de Almeida Neves Delgado, conterrânea mineira, a quem agradeço por suas generosas palavras, tanto mais significativas por virem de alguém que, assim como eu, preserva consigo a memória *das Gerais*; fiquei muito emocionada com o seu discurso que atribuo à sua generosidade;

Ilustres acadêmicas e eminentes acadêmicos;

Autoridades, colegas de magistratura, servidores, familiares e amigos.

Há paisagens que se oferecem aos olhos e logo escapam à memória. Outras acompanham quem as contempla muito depois de ter partido.

Os Sertões de Euclides são assim. Os cenários não terminam onde os sentidos alcançam. Por trás da árida paisagem, uma terra parece preservar, em cada fenda, a lembrança da resiliência. Ali, onde a vegetação retrai-se e os rios entregam-se ao silêncio da seca, o sol inclemente anuncia-se promessa.

É com respeito pelo valor da tradição e pelo inestimável legado dos membros que integram a Academia Brasiliense de Letras que assumo a Cadeira V, sob a inspiração permanente

de seu patrono, Euclides da Cunha, um dos intelectuais mais marcantes dos primeiros anos da República.

Sua formação fez-se entre os livros, a ciência e a experiência militar, em um tempo de profundas transformações políticas vivenciadas no país. Esse percurso começou ainda nos primeiros anos de sua juventude quando, em 1883, ingressou no Externato Aquino. Nele, sob a liderança de Benjamin Constant, conheceu a filosofia positivista. [1]

O contato com novas vertentes de pensamento seria acompanhado, nos anos seguintes, pelo aperfeiçoamento de sua qualificação acadêmica. Em 1885, iniciou os seus estudos na Escola Politécnica e, posteriormente, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, então um dos principais centros de ideias republicanas no Rio de Janeiro. Foi nesse ambiente que recebeu o título de Bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais, alcançando o posto de primeiro-tenente, patente que conservaria até a sua reforma pelo Exército, em 1896. [2]

Se a ciência e a disciplina militar forneceram-lhe os instrumentos para compreender o mundo, a escrita permitiria que Euclides da Cunha encontrasse maneiras de interpretá-lo para revelar, com a sua singularidade, as contradições entre o Brasil que se proclamava e a realidade que os seus sertões anunciavam.

Talvez seja ele um daqueles autores cuja obra mais se confunda com a pergunta sobre aquilo que realmente somos.

1 ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Euclides da Cunha – Biografia*. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/biografia>. Acesso em: 14 de setembro de 2026.

2 *Ibidem*.

Sua expressão literária não se limitou a narrar acontecimentos e a descrever territórios: diante da geografia e da história, decifrou as forças que moldavam o país e que tantas vezes permaneciam ocultas aos olhos de quem o observava.

É essa vocação que confere à Cadeira de que é patrono uma dimensão particularmente brasileira. Nela, a criação não está dissociada da realidade. Antes, apresenta-se como mecanismo de perquirição de sua diversidade. Não à toa, Euclides fez da palavra uma forma de aproximação a um país que ainda precisava conhecer a si mesmo.

Sua vivência em Canudos ocupa capítulo especial nessa descoberta. Quando seus passos o levaram à região como correspondente do periódico *O Estado de São Paulo*, o escritor carregava consigo a compreensão de que ali se debelava o prenúncio de uma ameaça à jovem República brasileira, sob a liderança de Antônio Conselheiro.

Sua experiência direta, entretanto, haveria de transformar esse olhar. O que encontrou foi uma população submetida à pobreza e ao isolamento, cuja resistência não poderia ser compreendida pela superficialidade das explicações que circulavam à época.

A distância entre o que se afirmava sobre o Arraial de Canudos e aquilo que os seus olhos encontraram tornou-se, para Euclides da Cunha, símbolo de ruptura.

Daí surgiria *Os Sertões*, obra singular e de difícil enquadramento em um único gênero. Nela convivem a literatura, a história, a ciência e o dissabor do testemunho. Mais do que

contar a tragédia de Canudos, Euclides transformou-a em uma interrogação sobre o próprio Brasil.

Ao dissertar sobre o tema, Afrânio Coutinho, crítico literário e antigo ocupante da Cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras, proclamou:

> "*Os Sertões* são uma obra de ficção, uma epopeia em prosa, da família de *Guerra e Paz*, da *Canção de Rolando*, e cujo antepassado mais ilustre é a *Ilíada*. [...] O que há nele é um vasto afresco da vida sertaneja em um instante de crise dramática. O sopro de tragédia que lhe varre as páginas é antes das linhas das grandes tragédias literárias do que das frias descrições históricas".[3]

Por isso*, Os Sertões* que Euclides enxergou transcendem o sentido geográfico. São retratos da paisagem humana revisitada pela resistência, pelo vigor de quem sobrevive onde quase tudo parece refutar o clamor da própria vida.

O reconhecimento de sua obra logo ultrapassaria os limites da imprensa e da literatura. Em setembro de 1903, foi eleito para a Cadeira VII da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Valentim Magalhães. Em 20 de novembro daquele ano, tomou posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conquistando o espaço que alcançariam poucos homens de letras do seu tempo. [4]

3 VENANCIO FILHO, Alberto. A recepção de *Os Sertões*. Revista Brasileira, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 63, p. 87-132, abr./maio/jun. 2010.

4 ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Euclides da Cunha – Biografia. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/biografia>. Acesso em: 14 de setembro de 2026.

Mas a mente inquisitiva do escritor não estaria confinada ao sertão. Apresentado ao Barão do Rio Branco por José Veríssimo e Oliveira Lima, foi escolhido para chefiar a Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, incumbida de cooperar na demarcação dos limites entre Brasil e Peru.[5]

Dessa maneira, durante os anos 1904 e 1907, dedicou sua atenção à região norte, onde encontraria uma realidade igualmente marcada pelo abandono e pela exploração. Após depurar a dimensão humana da tragédia de Canudos, Euclides da Cunha identificaria, na Amazônia, outra face de um mesmo país desigual.

Dessa experiência resultaram as obras *Contrastes e Confrontos* e *Peru versus Bolívia*, além do projeto de *Um Paraíso Perdido*.[6] Em comum, revelam um Brasil distante dos centros de poder, onde o trabalhador se submete às engrenagens de uma economia distópica que confunde o valor social do trabalho com o estigma da opressão.

Canudos e Amazônia, embora separados pela métrica geográfica, aproximam-se, nas lentes da obra euclidiana, por tudo aquilo que revelam: uma nação à margem de si mesma, confrontada com as contradições de sua própria diversidade.

Essa compreensão da Cadeira V denota o reconhecimento da tradição que acena para um país maior do que o traço aparente de seus contornos. Tradição que permeia a biografia

5 ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Euclides da Cunha – Biografia. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/biografia>. Acesso em: 14 de setembro de 2026.

6 *Ibidem*.

individual dos nomes que integram esse *locus* de pensamento e nele encontram formas de permanência.

Se Euclides da Cunha eleva essa cátedra à singularidade da estirpe, aqueles que a ocupam asseguram a continuidade de seus predicados. Francisco Ferreira de Castro, que nela me antecedeu, haveria de encontrar, no Brasil de seu tempo, as paisagens de um país ainda em construção.

Natural do Piauí e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, o eminente jurista fez da sua formação o ponto de partida para uma atuação que alcançaria a advocacia, o magistério e a vida pública.

Primeiro presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal, esteve investido do cargo entre os anos de 1967 e 1969;[7] um período particularmente adverso para aqueles que tinham nas liberdades civis o fundamento de sua atuação.

Foi, também, um dos fundadores do Instituto dos Advogados do Distrito Federal, instituição que viria a presidir, consolidando uma trajetória em que o Direito ultrapassaria os limites da advocacia para ganhar novas formas de realização.

O seu percurso haveria de ser ampliado por outros caminhos: atuou como deputado estadual e federal, vice-governador do Piauí e professor da Universidade de Brasília. Ade-

7 OAB/DF. *Nota de pesar e luto oficial de 3 dias pelo falecimento do ex-presidente da OAB/DF Francisco Ferreira de Castro*. Disponível em: <https://oabdf.org.br/nota-de-pesar-e-luto-oficial-de-tres-dias-pelo-falecimento-do-ex-presidente-da-oab-df-francisco-ferreira-de-castro/>. Acesso em: 14 de setembro de 2026.

mais, foi membro da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, onde encerraria a sua carreira como subprocurador-geral.

Há, em seu legado, algo que excede as adjacências da vida pública: Francisco Ferreira de Castro encontrou na escrita formas de servir. Produziu estudos sobre Direito e Ciência Política, publicou artigos na imprensa e elaborou sólidos pareceres jurídicos. No início do novo século, ao lançar a obra *OAB/DF 40 anos: Uma História de Lutas e Afirmações*, produziu uma contribuição de referência sobre a evolução da advocacia no Distrito Federal.

Entre a memória de uma origem e a construção de um destino, a Cadeira que um dia acolheu o patronato de Euclides da Cunha encontraria, em Francisco Ferreira de Castro, uma forma de permanecer entrelaçada à identidade de um país que ainda aspira à definição de seu futuro.

É nessa continuidade – onde semelhanças cedem a compromissos – que me cabe ingressar. Recebo esta cátedra consciente de que nenhuma trajetória pessoal acrescenta-se a uma tradição sem antes assumir a responsabilidade de prolongá-la. E é nesse aspecto que a Cadeira V acolhe a minha presença no curso de uma história que se renova.

Em meio à reflexão a que convidam os livros e à inquietação que a vida desperta, encontram-se as raízes de uma formação que haveria de acompanhar minha atuação profissional e acadêmica. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no ano de 1982; especializei-me, em 1985, pela Universidade Federal de Minas Gerais, *Vetusta Casa de Afonso Pena*, em Direito Constitucional.

Em Lisboa, obtive o grau de Mestre em Ciências Jurídico-Políticas, na Universidade Católica Portuguesa, em 1993. Anos mais tarde, em 2000, esse processo de amadurecimento convergiu para o meu doutoramento, em Direito Constitucional, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Este percurso pavimentou os caminhos que me levariam à defesa intransigente dos valores democráticos e do Estado de Direito.

Ao ensino dediquei parte significativa da minha vida intelectual, reconhecendo, na docência, uma oportunidade de participar da formação daqueles que viriam a construir os seus próprios destinos. Essa trajetória estendeu-se por Minas Gerais, pelo Rio de Janeiro e pelo Distrito Federal, onde atuei como Pesquisadora Associada do Departamento de Ciência Política e de Relações Internacionais da Universidade de Brasília; e como professora nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Na Advocacia-Geral da União, iniciei minha atuação profissional, experiência que me abriria os pórticos deste Superior Tribunal Militar. Mais tarde, essa Corte me confiaria a sua Presidência, que hoje ocupo, registrando o nome de uma mulher em um lugar que, durante 217 anos, permanecera inacessível às minhas congêneres.

O conhecimento que acumulei no magistério, na advocacia pública e na magistratura encontrou manifesta expressão na palavra. Essas vivências, antes entrelaçadas que apartadas, alimentaram minha produção intelectual, da qual resultaram as obras *Classes Sociais e Processo Político no Brasil: o golpe*

de 1964 e *Limitação dos Mandatos Legislativos: uma nova visão do contrato social*, às quais se somam capítulos em obras coletivas, artigos publicados em periódicos e a coordenação de livros doutrinários.

A existência também me concedeu a generosidade das homenagens. Como exemplo, cito os títulos de *Doutora Honoris Causa* com os quais fui agraciada pela Universidad Inca Garcilaso de La Vega, em Lima, em 2013, e pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, em Manaus, em agosto de 2023. A todas essas distinções, que tanto me honraram, soma-se a alegria de hoje integrar esta Casa de Letras.

É justamente essa convivência entre memória e renovação que confere a esta Academia sua identidade singular. Do mesmo modo que congrega o legado das diferentes gerações, mantém-se vigilante diante das transformações que redesenham o presente e que antecipam o futuro. Temas como desinformação, inteligência artificial, decisões automatizadas e novas formas de trabalho vilipendiadoras descortinam um não tão *admirável mundo novo*.

Os Sertões da modernidade não estão inscritos em mapas ou em cartas geográficas. Estendem-se pelas novas paisagens da vida social, deslocando-se para os territórios virtuais da existência contemporânea. Uma realidade confrontada com a relativização das dignidades, acutiladas por discursos de ódio que se ocultam sob a neutralidade dos algoritmos.

Se Euclides da Cunha soube enxergar, nos sertões de seu tempo, a dimensão humana encoberta pelas contradições de

um país em formação, são esses, certamente, os sertões que habitam as paisagens do presente.

Para percorrer aqueles que me cabem, por vezes em árida paisagem, preservo uma herança que não se mede pelo tempo, mas pelos valores que orientam os meus passos: o legado de meus pais, Adherbal Teixeira Rocha e Maria Magdala Guimarães Teixeira Rocha.

A essas raízes, soma-se a ampliação dos territórios do meu afeto. Na pessoa de Romeu Costa Ribeiro Bastos, meu Príncipe Shakespeariano, encontro a escolha cotidiana de um amor que se realiza na partilha da vida. Em meu irmão, Adherbal Junior, vislumbro a comunhão do pertencimento, das memórias da infância e de tantas experiências que, ao longo dos anos, fizeram do nosso vínculo a certeza que permanece.

Ao fim, aceno para as mulheres que ousaram transpor os espaços que lhes eram interditos e, neles, postularam o timbre da própria voz. Mulheres que proclamaram ser a equidade não uma cortesia do Estado, mas um imperativo constitucional. A elas o meu reconhecimento.

E é sob o signo dessa reafirmação histórica que tomo assento na Academia Brasiliense de Letras, agradecida aos eminentes intelectuais que me elegeram. Constato, com especial clareza, que esta cátedra simboliza, para além da distinção de um lugar, a certeza de que novos sertões interrogam novos tempos.

Que Euclides nos ensine a reconhecê-los! Muito obrigada!

ACADEMIA BRASILIENSE DE LETRAS - ABrL

Quadro Acadêmico e Patronos

Cadeira I
Patrono: Alberto Torres
Fundador: Hermes Lima
1º sucessor: Marcos Vinicius Vilaça
2º sucessor: Gilmar Ferreira Mendes

Cadeira II
Patrono: Antônio de Alcântara Machado
Fundador: Oswaldo Almeida Fischer
1º sucessor: Meira Penna
2º sucessor: Max Telesca

Cadeira III
Patrono: João Ribeiro
Fundador: Sylvio Elia
1º sucessor: Carlos Fernando Mathias de Souza
2º sucessor: Lucília de Almeida Neves Delgado

Cadeira IV
Patrono: Eduardo Prado
Fundador: Cândido Motta Filho
1º sucessor: Alan Viggiano
2º sucessor: Alberto Bresciani

Cadeira V
Patrono: Euclides da Cunha
Fundador: Nelson Omegna
1º sucessor: José Aparecido de Oliveira
2º sucessor: Francisco Ferreira de Castro
3º sucessor: Maria Elizabeth Rocha

Cadeira VI
Patrono: Tomás Antônio Gonzaga
Fundador: Domingos Carvalho da Silva
1º sucessor: Romeu Barbosa Jobim
2º sucessor: Danilo Gomes

Cadeira VII
Patrono: Joaquim Nabuco
Fundador: Aderbal Jurema
1º sucessor: José Santiago Naud
2º sucessor: Rossini Corrêa

Cadeira VIII
Patrono: José Lins do Rego
Fundador: Ernany Satyro
1º sucessor: Oscar Dias Corrêa
2º sucessor: Luiz Gutemberg
3º sucessor: Murillo de Aragão

Cadeira XI
Patrono: Augusto dos Anjos
Fundador: José Pereira Lira
1º sucessor: José Carlos Brandi Aleixo

Cadeira X
Patrono: Da Costa e Silva
Fundador: Sousa Neto
1º sucessor: Roberto Rosas

Cadeira XI
Patrono: Farias Brito
Fundador: Hamilton Nogueira
1º sucessor: José Carlos de Almeida Azevedo
2º sucessor: Carlos Henrique Cardim

Cadeira XII
Patrono: Vicente de Carvalho
Fundador: Antônio Serralvo Sobrinho
1º sucessor: Antônio Fonseca Pimentel
2º sucessor: João Batista Cascudo Rodrigues
3º sucessor: Adirson Vasconcelos

Cadeira XIII
Patrono: Manuel Antônio de Almeida
Fundador: Luiz Beltrão
1º sucessor: Antônio Campos
2º sucessor: Lucília Garcez
3º sucessor: Cristovam Buarque

Cadeira XIV
Patrono: Artur Azevedo
Fundador: Ruy Santos
1º sucessor: José Geraldo Pires de Mello
2º sucessor: Napoleão Valadares

Cadeira XV
Patrono: Machado de Assis
Fundador: Dinah Silveira de Queiroz
1º sucessor: Nelson Carneiro
2º sucessor: Vamireh Chacon
3º sucessor: Arnaldo Godoy

Cadeira XVI
Patrono: Gonçalves Dias
Fundador: Rubens Borba de Moraes
1º sucessor: Ernesto Silva
2º sucessor: Paulo Castelo Branco

Cadeira XVII
Patrono: José de Alencar
Fundador: Jarbas Passarinho
1º sucessor: Dad Squarisi
2º sucessor: Ana Maria Lopes

Cadeira XVIII
Patrono: Cláudio Manuel da Costa
Fundador: Abgar Renault
2º sucessor: Ronaldo Costa Fernandes

Cadeira XIX
Patrono: Castro Alves
Fundador: Waldemar Lopes
1º sucessor: Fabio de Sousa Coutinho

Cadeira XX
Patrono: Sílvio Romero
Fundador: Mozart Victor Russomano
1º sucessor: Marco Maciel
2º sucessor: Hugo Napoleão

Cadeira XXI
Patrono: Ruy Barbosa
Fundador: Aliomar Baleeiro
1º sucessor: Hindemburgo Dobal
2º sucessor: Afonso Ligório

Cadeira XXII
Patrono: Simões Lopes Neto
Fundador: José Sarney

Cadeira XXIII
Patrono: Aluísio Azevedo
Fundador: Ursulino Tavares Leão
1º sucessor: Thiago Aguiar de Pádua

Cadeira XXIV
Patrono: José Veríssimo
Fundador: Bernardo Élis
1º sucessor: Lustosa da Costa
2º sucessor: Edmílson Caminha

Cadeira XXV
Patrono: Graça Aranha
Fundador: Cyro dos Anjos
1º sucessor: Tania Serra

Cadeira XXVI
Patrono: Cruz e Sousa
Fundador: José Wamberto
1º sucessor: João Carlos Taveira

Cadeira XXVII
Patrono: Raul Pompéia
Fundador: José Augusto Guerra
1º sucessor: João Emílio Falcão
2º sucessor: Paulo Bertran
3º sucessor: Ronaldo Costa Couto

Cadeira XXVIII
Patrono: Olavo Bilac
Fundador: Yolanda Jordão
1º sucessor: Clóvis Sena
2º sucessor: José Jeronymo Rivera
3º sucessor: Raul de Taunay

Cadeira XXIX
Patrono: Hugo de Carvalho Ramos
Fundador: Luís Viana Filho
1º sucessor: Kurt Pessek
2º sucessor: Alaor Barbosa

Cadeira XXX
Patrono: Monteiro Lobato
Fundador: Cassiano Nunes
1º sucessor: Márcio Cotrim
2º sucessor: Valdir Ximenes

Cadeira XXXI
Patrono: Graciliano Ramos
Fundador: Jaime Câmara
1º sucessor: Luiz Cláudio Cardoso
2º sucessor: Gilmar Duarte Rocha

Cadeira XXXII
Patrono: Mário de Andrade
Fundador: Israel Dias Novaes
1º sucessor: Carlos Ayres Britto

Cadeira XXXIII
Patrono: Jorge de Lima
Fundador: Dom José Newton de Almeida Baptista
1º sucessor: Dom Raimundo Damasceno

Cadeira XXXIV
Patrono: Álvares de Azevedo
Fundador: Anderson Braga Horta

Cadeira XXXV
Patrono: Coelho Neto
Fundador: Herberto Sales
1º sucessor: Fontes de Alencar
2º sucessor: Marcus Vinícius Furtado Coêlho

Cadeira XXXVI
Patrono: Joaquim Manuel de Macedo
Fundador: Antônio Carlos Osório
1º sucessor: José Alberto Couto Maciel

Cadeira XXXVII
Patrono: Raimundo Corrêa
Fundador: Marly de Oliveira
1º sucessor: Margarida Patriota

Cadeira XXXVIII
Patrono: Raul de Leoni
Fundador: José Helder de Souza
1º sucessor: Branca Bakaj
2º sucessor: Vladimir Carvalho
3º sucessor: Vera Lúcia de Oliveira

Cadeira XXXIX

Patrono: Martins Pena
Fundador: Heitor Martins
1º sucessor: José Theodoro M. Menck

Cadeira XL

Patrono: Afonso Arinos
Fundador: José Augusto Guerra
1º sucessor: João Guilherme Aragão
2º sucessor: Fernando Mendes Vianna
3º sucessor: Affonso Heliodoro dos Santos
4º sucessor: Victor Alegria